

chapter 1...Need work by others
December 6 2005

chapter two...Need work by others
December 6 2005

chapter 3...Need work by others
December 6 2005

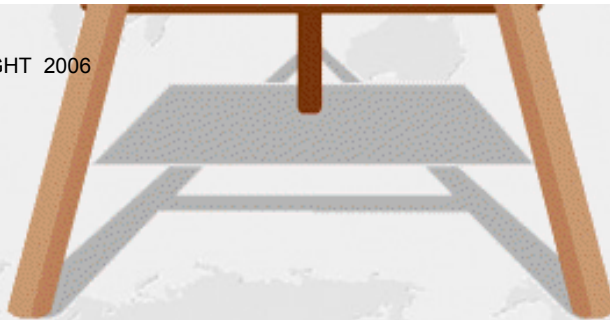
chapter 4...waiting for final approval
December 6 2005

**As viagens gloriosas do famoso
navegador Diogo Cão à Costa Ocidental da África**
Por Amadeu Foutoura Mata



**Biografia
de Amadeu
F. Mata,
nascido em
Angola e
imigrante
em
Portugal
Continental.**

*Tenho muito
prazer em
publicar este
trabalho original
do Sr. Amadeu
Mota porque ele
viveu
exactamente na
regiões onde o*



*navegador
Diogo Cão fez as
suas
descobertas e
colocou os seus
Padrões. (a)
Luciano da
Silva.*

Aqui está a
biografia do Sr.

Amadeu Mata me enviou por Internet:

Nasci no Lobito distrito de Benguela, a 14 de Março de 1952. Enquanto pequeno andei com os meus pais e irmãos por Teixeira de Sousa (Luau), Nova Lisboa (Huambo) Luanda, Ambriz e Cabinda.

Os meus pais (nascidos no Continente Português em Trás-os-Montes) radicaram-se em Angola na década de quarenta. Meu pai (já falecido) pertencia ao corpo da velha e extinta guarda fiscal de Angola. Durante trinta anos percorreu de lés a lés a ex-província ultramarina.

Quando eclodiu a guerra de guerrilha no norte de Angola em Março de 1961, encontrava-me em Cabinda.

Em 1963, os meus pais mandaram-me estudar para o Seminário do Quipeio - distrito do Huambo.

Abandonei o seminário em 1967 e fui estudar para Luanda tendo concluído o antigo 5º ano liceal no Paulo Dias de Novais. Depois fui para o Liceu Salvador Correia estudar o 6º ano.

Por contingências da vida, aos 19 anos comecei a trabalhar na Administração Civil de Angola e fui para a capital do distrito do Zaire - S. Salvador do Congo - (Banza Congo). Posteriormente colocado no Ambrizete (zona litoral), segui em 1972 para o Quinzau. Mais tarde para Sazaire (Soyo), e Sumba (Porto Rico) 40 Km a montante da foz do rio Zaire.

No Zaire participei em várias actividades comemorativas sobre as descobertas marítimas, nomeadamente na 2ª missa realizada na ponta do Padrão, onde Diogo Cão colocara o Padrão de S. Jorge em Abril de 1483. Estive muito perto das cataratas de lelala, a 170 Km da foz do rio, mas infelizmente não as pude observar de perto nem as inscrições nas Pedras efectuadas pelos Portugueses.

Em Julho de 1973 fui chamado a cumprir o serviço militar obrigatório e voltei ao Huambo à Escola de aplicação militar. Depois de promovido a furriel miliciano segui para Cabinda, e foi nesta cidade que passei à disponibilidade em Março de 1975, já decorria o processo da descolonização. Na Tropa ia todos os fins de semana (Outubro de 1974 a Fevereiro de 1975) passá-los à cidade do Soyo, a 13 minutos de viagem de avião, lugar que sempre me fascinou pela exuberância da paisagem e principalmente pela riqueza da sua flora e fauna, lugar onde Diogo Cão estivera 490 anos antes, confraternizando com gentes muito pacíficas, leais, honestas e

amigas.

BBDO@COPYRIGHT 2006

A 14 de Setembro de 1975,consegui a muito custo embarcar na célebre ponte aérea para Portugal país dos meus pais, que não conhecia. Para trás ficou um país destruído pela guerra civil, onde os movimentos armados (MPLA. FLNA e UNITA se gladiavam encarniçadamente pelo poder. Foram 23 anos de permanência em Angola que me trouxe uma vivência muito rica e saudosa.

Já em Portugal Continental

No entanto fiz dois trabalhos de fim de curso académico concluídos no Instituto Politécnico - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança. Um em bacharel em Contabilidade e Administração - cujo título é " Contabilidade Pública e Financeira". Outro na licenciatura em Auditoria e Controle de Gestão, cujo título é o IVA -"Imposto do Valor Acrescentado", imposto do consumo.

Minha investigação Histórica

Com os conhecimentos que trouxe de Angola e dos lugares onde Diogo Cão pela primeira vez abordou, despertou em mim em 1985 fazer um trabalho inédito, sobre o navegador e os nautas que o acompanharam.

Depois de verificar vários trabalhos de historiadores de gabinete (os únicos que têm acesso aos arquivos), e escreverem muito vagamente sobre o navegador, comecei a travar uma batalha das inverdades encontradas.

Havia relatos contraditórios nomeadamente sobre as viagens que fez, qual a latitude que atingira na primeira viagem, quando e como as inscrições das Pedras de Ielala foram efectuadas, se na ida para a 2ª viagem ou se já no retorno dessa viagem depois de ter atingido a latitude de 22º sul na Namíbia, onde teria desaparecido (morrido) o navegador, as notícias dos restos mortais do navegador se encontrarem em Vila Real de Trás-os- Montes - Portugal.

**Este trabalho original consta de seis partes.
Para as ler clique em cada uma:**

(1)

[Capa](#)

(2)

[Diogo](#)

[Cão - I](#)

(3)

[Diogo](#)

[Cão -](#)

[II](#)

[\(4\)](#)

[Diogo](#)

[Cão -](#)

[III](#)

[\(5\)](#)

[Diogo](#)

[Cão -](#)

[IV](#)

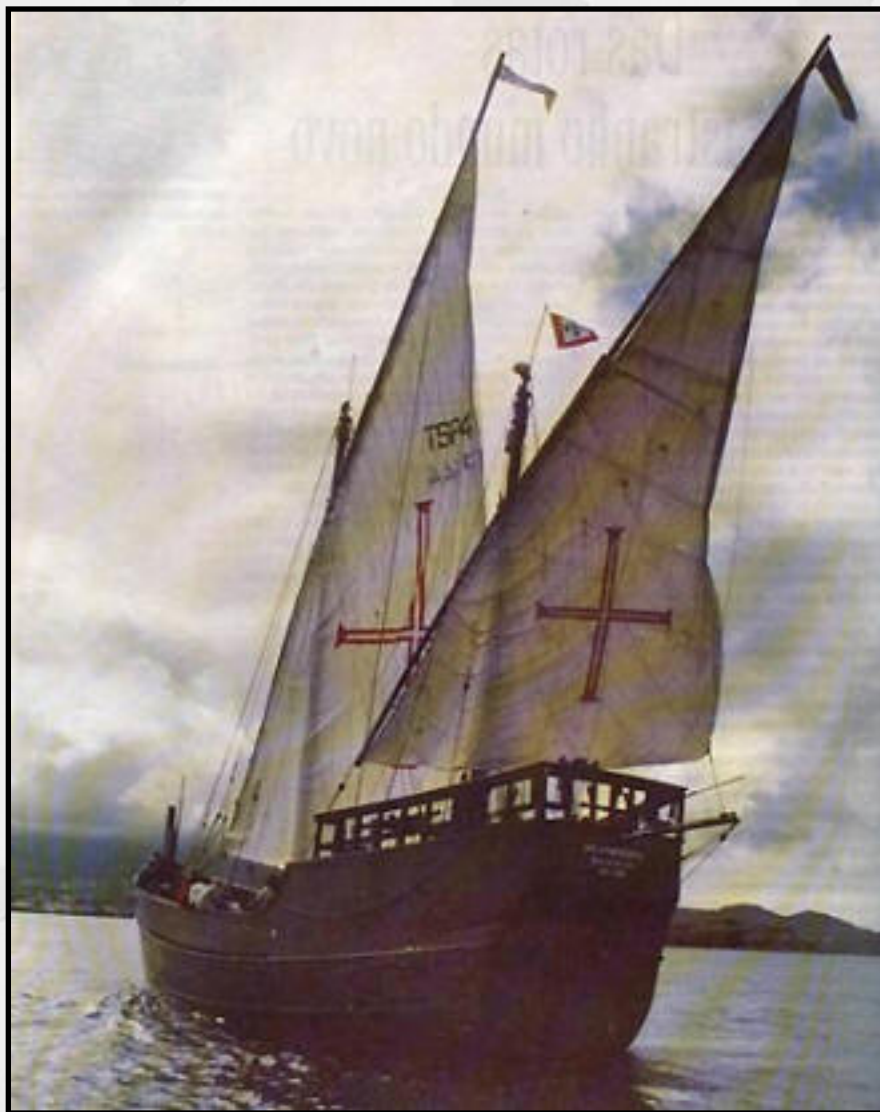
[\(6\)](#)

[Indice](#)

O trabalho original possui centenas de fotos. Quem quiser obter uma cópia em DVD Power Point deve contactar o Autor por meio da Internet. amadeumata@hotmail.com

A história das viagens e morte de Diogo Cão no contexto dos descobrimentos Portugueses

Por Amadeu F. Mota



**Caravela dos finais do séc. XV do tipo das viagens
de Diogo Cão. Réplica da Caravela de Bartolomeu Dias.**

As viagens de Diogo Cão ao longo da Costa Ocidental da África



Fernando Pessoa, que passou dez anos na África do Sul, no seu livro *Mensagem* diz:

Mensagem

*O esforço é grande e o homem é pequeno
 Eu, Diogo Cão, navegador, deixei
 Este padrão ao pé do areal moreno
 E para diante naveguei.
 A alma é divina e a obra imperfeita.
 Este padrão sinala ao vento e aos céus
 Que, da obra ousada, é minha a parte feita:
 O por-fazer é só com Deus.
 E ao imenso e possível oceano
 Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
 Que o mar com fim será grego ou romano:
 O mar sem fim é português.
 E a cruz ao alto diz que o que me há na alma
 E faz a febre em mim de navegar
 Só encontrará de Deus na eterna calma
 O porto sempre por achar.*

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

INTRODUÇÃO

A primeira referência conhecida sobre Diogo Cão deve-se a um estrangeiro: trata-se do relato da *Voyage D'Eustache Delafosse sur la côte de guinée, au Portugal & en Espagne (1479-1481)*.

O francês Eustache de la Fosse identifica-o como um dos capitães portugueses que patrulham o golfo da Guiné, cerca de 1480.

BBDO © COPYRIGHT 2006
Na descrição do apresamento de um navio castelhano na costa da Mina, em 1480, Diogo Cão desempenhava na altura as funções de Capitão de um dos quatro navios portugueses.

O navio de Eustáquio de la Fosse , foi tomado naqueles mesmos lugares e o seu capitão caiu nas mãos de Diogo Cão, que, depois de o obrigar a ajudá-lo a vender as suas próprias mercadorias aos indígenas em benefício dele, captor, o trouxe para Portugal. Uma vez aqui, Eustáquio de la Fosse foi condenado a morrer na forca, mas conseguiu escapar-se para Espanha, “ Descobrimientos dos Portugueses, Edgar Prestage, pág. 185

Ao certo, apenas se sabe que a sua família se instala em Vila Real de Trás-os-Montes e que ele se torna escudeiro da Casa Real.



Segundo a tradição , o navegador Diogo Cão nasceu nesta casa, situada em Vila Real de Trás-os-Montes (Portugal . É um edifício de dois pisos, de pedra, com uma escadaria exterior sob uma arcada. Trata-se de uma construção do século XV

No tempo de D. João I, o seu avô Gonçalo Cão fora companheiro de armas do rei, prestara relevantes serviços à Pátria nas lutas com Castela, pelo que lhe havia sido feita a doação de Badajoz.

Seu pai fora igualmente batalhador nos tempos de Afonso V e distinguido nas campanhas efectuadas pelo rei.

D. João II tinha boas referências sobre Diogo Cão e não foi por acaso que o escolheu para dar continuidade aos descobrimentos.

Em 1481, quando D. João II tomou conta dos destinos do país, os portugueses tinham chegado ao Cabo de Santa Catarina (actual Gabão), e os descobrimentos estavam praticamente parados.

Sobre a vida do navegador pouco se conhece, sendo escassas e ambíguas as informações, à semelhança do que se passa com as viagens pelas quais é recordado.

Aos descobrimentos realizados por Diogo Cão referiram-se os cronistas Rui Pina (1440-1522), Garcia de Resende (1470-1536), António Galvão (1490-1557), João de Barros (1496-1570), e o cosmógrafo e roteirista Duarte Pacheco (1570).

Todas essas notícias, úteis para o conhecimento de alguns pormenores, são, porém, bastante incompletas e confusas quanto a pontos fundamentais, tais como o número de viagens, datas em que foram realizadas e extensões.

Rui de Pina (Crónica de D. João II cap. 62º) começa por aludir a uma viagem encetada em 1485, acrescentando logo ter havido outra antes, de que não diz a data; descreve sumariamente as duas, apontando como limite da primeira o Zaire, e acaba a narração com a chegada dos navios ao Tejo, em conclusão da segunda viagem, facto a que atribui a data de 1489.

Garcia de Resende (crónica D. João II, capº CL V) descreve uma viagem de Diogo Cão ao Congo em 1485, acrescentando, de passagem que aquele navegador «outra vez já lá fora por seu descobridor». Nada diz dessa primeira viagem, descreve aquela que considera segunda, e fá-la seguir de uma terceira, já sem referências a Diogo Cão; em nenhuma alude a navegações para sul da foz do Zaire.

António Galvão (Tratado dos descobrimentos pág. 26), descreve uma só viagem, começada em 1484, dando-lhe por limite o Trópico de Capricórnio « ... chegado ao rio de Manicongo, pôs nele padrão de pedra com armas e letras reais....; daqui foram ter ao rio Pico de Capricórnio pondo padrões onde pareceu ser necessário ».

João de Barros (Asia, Dec. I, livro 3º cap III) descreve duas viagens : à primeira, que diz começada em 1484 e concluída em 1486, dá como termo a foz do Zaire; à segunda, feita logo após a primeira, atribui o reconhecimento de mais 200 léguas para além daquele rio.

Duarte Pacheco (Esmeraldo de situ orbis liv 3º cap. 4º) igualmente atribui a partida de Diogo Cão, e também só alude a uma viagem, terminada no Zaire.

Apesar de tantas imperfeições e contradições, os aludidos relatos foram durante perto de quatro séculos a informação quase única de que se dispôs relativamente aos descobrimentos realizados por Diogo Cão.

Historiadores, escrevendo no séc. XIX, quando já era notável o desenvolvimento dos estudos de história das navegações portuguesas, esforçaram-se por uma explicação razoável, porém, nunca conseguiram desfazer satisfatoriamente a confusão das notícias quinhentistas quanto às datas e ao âmbito das viagens efectuadas por Diogo Cão.

Em 1892 tais factos começaram a ser conhecidos, devido ao aproveitamento de outras, e mais sólidas fontes históricas: as de carácter epigráfico, cartográfico e diplomático, até então desconhecidas ou totalmente ignoradas.

Desde o segundo quartel do séc. XIX, o incremento dos estudos da história das navegações portuguesas fez despertar o interesse do que poderiam revelar essas inscrições.

Era, porém, geral a crença de tê-las a acção do tempo deteriorado a ponto tal,

BBDO@COPYRIGHT 2006

que nenhum esclarecimento útil ministravam.

O navegador, Diogo Cão percorreu (navegou) pela 1ª vez na história da navegação marítima, a costa ocidental de África da latitude 2 sul à latitude 22º 10' sul, o correspondente a 20 graus de descoberta da costa ocidental africana, ao serviço de el-rei D. João II de Portugal.

Os 20 graus equivalem a 2.230 Km aproximadamente.

Considerando, a estrutura real do mapa físico a sul do Equador, o navegador percorreu mais de 5.000 Km o equivalente 2.900 milhas náuticas por mares nunca antes navegados.

A proeza foi alcançada em duas expedições (viagens):

1ª expedição - De Julho de 1482 a Abril de 1484, da era Cristã – alcance da Lat. 15º 45' Sul- actual baía de Moçâmedes –Angola – Setembro de 1483.

2ª expedição - De Setembro de 1485 a 1486/1487, da era Cristã. – alcance da Lat. 22º 10' Sul – actual Hentiesbay (Namíbia). – Fevereiro / Março de 1486

A armada de Diogo Cão esteve a 1º 17' = 170 Km de atingir o Trópico de Capricórnio (23º 27' Sul) a 6' de Anichad (23º 21'' Sul)

O Professor ERIC AXELSON, catedrático jubilado da Universiadde de Cape Town (cidade do Cabo – Africa do Sul), considerado como a maior autoridade na história do estabelecimento dos portugueses na África austral nos séc. XV a XVII, escreve sobre as viagens de Diogo Cão:

“ Diogo Cão que se tinha distinguido na captura de três caravelas espanholas na Costa do Ouro, em 1480, foi nomeado para capitanear uma expedição que partiu de Portugal em 1482.

A frota fez escala em São Jorge da Mina e navegou depois para além do Cabo de Santa Catarina.

Na margem sul da foz do Rio Congo, quase ao nível do mar, Diogo Cão levantou um padrão- um pilar de pedra composto por uma coluna circular, sobreposto por um bloco rectangular, que por sua vez tinha sobreposta uma Cruz.

O Brasão do Rei D. João II e uma inscrição, proclamavam a soberania portuguesa sobre aquelas águas, direito reconhecido pelo Papa, enquanto a cruz anunciava a chegada da fé cristã.

Ao ouvir falar dum rei todo poderoso no interior do continente, Diogo Cão mandou emissários a fim de entrar em contacto com ele.

Continuou a navegar para Sul e, no Cabo do Lobo, mais tarde Cabo de Santa Maria, na latitude 13º 26' S, ergueu em 28 de Agosto de 1483 um segundo padrão, dedicado a Santo Agostinho.

A partir do Cabo de Santa Maria, as terras altas estendem-se 5 Km para sul, até ao Cabo de Santa Marta e parece que aí, por razões desconhecidas, Diogo Cão, voltou para trás.

É possível que tivessem escassez de mantimentos e sofressem de escorbuto, mas há quem pense que Diogo Cão estava convencido de que tinha atingido a extremidade Sul do continente.

Regressado à foz do Congo, a fim de embarcar os emissários que tinha mandado ao rei, viu que não tinham voltado.

Raptou, então, alguns indígenas como reféns. Em Abril de 1484, Diogo Cão chegou a Portugal e o rei, convencido de que ele tinha alcançado um notável êxito, armou-o cavaleiro e concedeu-lhe uma pensão, assim como aos seus descendentes.

Diogo Cão escolheu para o seu braço os dois padrões que tinha levantado.

O embaixador do rei junto da Santa Sé afirmou, com muito orgulho, que os portugueses se tinham aproximado do Promontório Prassum, onde começa o Golfo da Arábia.

Encarregado de empreender uma segunda expedição, Diogo Cão partiu na segunda metade de 1485.

Devolveu os reféns e procurou, provavelmente na ida, explorar o Rio Congo, na esperança que pudesse vir a ser a extremidade meridional do canal que, segundo a mapa de Fra Mauro, separava a África Austral da massa do continente e desembocava no Índico perto de Quilóa.

Não há dúvida que D. João esperava que Diogo Cão alcançasse pelo menos os reinos periféricos de Prestes João ou, mesmo, o Índico, pois um tal percurso tornava desnecessário mais expedições ao longo da costa.

A expedição progrediu até às cataratas de Ielala, que se situam a noventa e duas milhas náuticas do mar, onde os marinheiros gravaram várias inscrições nas rochas, deixando assim para a posteridade um precioso registo da sua façanha.

Segundo o cronista João de Barros, Diogo Cão viajou por terra até à capital do rei do Congo – cidade que no século seguinte viria a receber o nome de São Salvador – onde iniciou a duradoura aliança entre o Congo e Portugal.

Mas também recebeu notícias desoladoras de que o rio era intransponível, por causa das muitas cachoeiras no percurso superior, e que encontrar uma rota até ao Índico estava fora de questão.

As explorações tiveram assim de continuar por via marítima e, ao navegar para além do Cabo de Santa Marta, verificou, com desilusão, que o continente se estendia para sul, aparentemente sem fim.

No Cabo Negro, na latitude 15° 42' S, Diogo Cão ergueu outro padrão.

Logo a seguir ancorou numa baía, hoje Porto Alexandre, a que deu o nome de Angra das aldeias, devido à existência de duas povoações.

Também entrou na manga das areias, hoje Baía dos Tigres.

Navegando ao longo duma costa deserta, alcançou a latitude 21° 47' S, onde ergueu outro padrão, o mais meridional de todos, num sítio que hoje se chama Cape Cross (Cabo do Padrão).

Mais a sul fica a serra Parda e é provável que fosse perto dali que Diogo Cão morreu; pelo menos sabe-se que a expedição acabou neste ponto.

Diogo Cão tinha aumentado os conhecimentos dos Europeus sobre o sul do continente africano e o sul do Atlântico, desde o Cabo da Santa Catarina até ao sudoeste da África (Namíbia).

Logo que os sobreviventes da expedição de Diogo Cão chegaram a Portugal, o rei mandou Bartolomeu Dias continuar o empreendimento.

(Réplica-caravela Bartolomeu Dias- finais séc.XV)



Dias deixou o Tejo em Agosto de 1487, com duas caravelas e uma naveta de mantimentos.

A pequena frota fez escala em São Jorge da Mina e depois seguiu a costa reconhecida e traçada por Diogo Cão.

Lançando ferro numa baía abrigada, provavelmente a Baía dos Tigres, Dias transferiu mantimentos para as caravelas e seguiu para sul, deixando alguns homens na naveta.

Para além do último padrão erguido por Diogo Cão e para lá da Serra Parda, as caravelas teriam navegado com terra à vista.”

Trezentos anos antes da descoberta da nascente do Nilo, um português deu notícia dos lagos imaginados por Ptolemeu. No século XVI, Duarte Lopes revelou velhos segredos ao mundo.

Este é um excerto do artigo que pode encontrar na edição impressa da NGM – Portugal.

Em 1591, um livro publicado em Roma causou grande sensação na Europa. Tratava-se da "Relatione del Reame di Congo et delle Circonvicine Contrade", ditada a Filippo Pigafetta pelo português Duarte Lopes, que durante seis anos viveu naquele reino da África Ocidental.

Repleta de informações precisas sobre o Congo e outras regiões do interior africano, a "Relatione" deu a conhecer terras e gentes de que os europeus tinham apenas notícias vagas, desmistificando ideias herdadas de tempos antigos.

À data da viagem de Duarte Lopes, o reino do Congo era já bem conhecido dos portugueses.

Cem anos antes, Abril de 1483, as caravelas de Diogo Cão explorando a costa africana encontraram a foz do rio Congo, ou Zaire, o segundo maior de África a

seguir ao Nilo.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Regressando em 1485 subiram a foz do rio Zaire às cataratas de Ielala, onde deixaram os seus nomes gravados nos rochedos junto ao rio Zaire a montante de Matádi.

Em finais de 1488, Bartolomeu Dias regressando ao Reino, depois de encontrar a passagem do cabo de Boa Esperança - ligação do oceano Atlântico com o Índico -, aportou a M'Pinda e trouxe uma embaixada congoleza, sendo um dos principais o Caçuta, que já estivera em Portugal em 1484/1485 no tempo de Diogo Cão.

Em Dezembro de 1490, uma nova expedição, trouxe o Caçuta de volta ao Reino do Congo, e morreu de doença em Cabo Verde. Os portugueses estabeleceram relações amistosas com aquele povo, cujos reis se converteram à religião cristã adoptando os nomes de João e Leonor em homenagem aos reis de Portugal.

Nos anos a seguir, enviaram os seus dois filhos para Lisboa a fim de aprenderem português e se instruírem nos ensinamentos da nova fé.

Missionários franciscanos, dominicanos e agostinhos, bem como alguns comerciantes, estabeleceram-se em S. Salvador do Congo, ou Banza, a capital daquele reino - uns para evangelizar, outros para comerciar.

É consensual que em torno da figura de Diogo Cão, subsistem duas grandes questões por esclarecer.

Em que circunstâncias ocorreu a sua morte e ou quantas viagens teria feito para sul do cabo de St^a Catarina (actual Gabão).

Na verdade, boa parte do que se julga conhecer sobre as viagens de Diogo Cão depende dos padrões que deixou ao longo do seu trajecto e respectivas inscrições, cartas, gravações, crónicas e a oração de obediência ao Papa:

- Três (3) padrões actualmente na Sociedade de Geografia em Lisboa (o Padrão de S. Jorge – os quais existem alguns fragmentos- , o Padrão de St^o Agostinho e o Padrão do Cabo Negro).**
- Um (1) padrão, actualmente na Alemanha (Padrão do Cabo) ou Cape Cross.**
- Toponímia incluída nas cartas de Cristóforo Soligo, datada de 1486, de Henricus Martellus de 1489 e do globo de Martim Behaim, de 1492.**
- Gravações nas pedras das cataratas de Ielala, 160Km (92 milhas náuticas) da foz do rio Zaire ou Congo a montante de Matádi.**
- Oração de Obediência que D. João II, envia ao papa Inocêncio VIII e que foi lida em Roma por Vasco Fernandes de Lucena em 11 de Dezembro de 1485.**
- Crónicas de Rui de Pina, Garcia de Resende e de João de Barros.**

Com as viagens de Diogo Cão, para além do Cabo de Santa Catarina (Gabão)

inicia-se a prática de assinalar com padrões de pedra (calcário) as terras descobertas pelos portugueses e de se estabelecer os primeiros contactos com o rei do Congo, cuja residência ficava em M'Banza Congo (S. Salvador - Angola) para o interior e a sudeste das cataratas de Ielala (100Km).

Partindo do Tejo as caravelas seguiram para S. Jorge da Mina, (Gana) entreposto comercial edificado em princípios de 1482, por Diogo de Azambuja a mando de D. João II.

Dirigiram-se depois ao cabo de Santa Catarina (actual Gabão), última etapa atingida no reinado anterior D. Afonso V.

Foi reconhecida a costa a Sul daquele cabo e descoberto um grande rio a que puseram o nome rio do Padrão ou Rio Poderoso (actual rio Zaire ou Congo), onde foi erguido na foz e ponta extrema na margem Sul, (hoje conhecido por Moita Seca –Ponta do Padrão), um padrão de pedra a que puseram o nome de Padrão de S. Jorge.

Mais a sul, no cabo do Lobo (actual Cabo de Stª Maria a sul de Benguela), até onde prosseguiu a expedição, foi colocado o segundo padrão, a que chamaram Padrão de S. Agostinho (Cabo do Lobo). Os portugueses seguiram pouco mais além até à baía de Moçâmedes?

Os navios terão então regressado a Portugal, em Abril de 1484. Diogo Cão foi distinguido por D. João II, pelos serviços prestados.

O objectivo seria continuar a exploração da costa africana para além da Baía de Moçâmedes, convencidos que estavam de terem atingido o Promontório Prassum.

No decurso dessa segunda expedição, tendo início na segunda metade de 1485, Diogo Cão navegou pelo Rio Zaire até às cataratas de Ielala, onde foram gravadas em rochedos a permanência dos portugueses.

Descendo o rio, navegaram depois para além da Baía de Moçâmedes, e são fixados mais dois padrões, um dos quais no cabo Negro (Porto Alexandre) e o outro no cabo do Padrão (actual Cape Cross, na Namíbia).

Não se sabe, ao certo a data de regresso desta expedição, (1486 ou mesmo 1487). Sabe-se no entanto que Bartolomeu Dias partiu de Portugal na demanda do Sul de África em Agosto de 1487, já os sobreviventes da segunda expedição de Diogo Cão tinham chegado ao reino.

E Bartolomeu Dias fez escala na Baía dos Tigres (sul Angola), transferiu a maior parte dos alimentos da pequena naveta para os navios de maior porte e deixou ali alguns homens.

Ficou assim a memória da sua participação neste período de explorações, em que se nota claramente o interesse em encontrar o extremo sul do continente africano, que o mesmo é dizer, a passagem para a Índia.

Súmula dos factos conhecidos:

A Primeira Viagem a sul do Equador

1482

D. João II mandou Diogo Cão, seu escudeiro, prosseguir a descoberta para o Sul da África.

Levava víveres para larga demora e numerosos artigos para permuta com o gentio e presentes aos potentados das regiões africanas a visitar.

Em vez das cruzes de madeira que os navegadores dos reinados anteriores costumavam colocar nas terras descobertas, levava Diogo Cão padrões de pedra calcária.

Neste propósito, partiu do Tejo (Lisboa) com duas caravelas, no segundo semestre de 1482, acompanhado do cosmógrafo Martim Beheim?, introdutor do uso do astrolábio na navegação e autor do afamado globo de Nuremberg, fazendo escala em São Jorge da Mina (Gana).



Castelo S. Jorge da Mina, actual Gana - África

“ o estabelecimento da feitoria da Mina fora resolvido por D. João II em fins de 1481, sendo encarregado dessa assaz delicada missão Diogo de Azambuja, que partiu de Lisboa em Dezembro daquele ano,, comandando uma frota constituída por dez caravelas e duas urcas. Naquelas seguiam quinhentos homens de armas e cem artífices, e nestas os materiais de construção, já aparelhados, os mantimentos e as munições.

A frota fundeou em 12 de Janeiro de 1482 defronte do lugar escolhido para assentamento da feitoria, próximo da Aldeia das Duas Partes, um pouco além da mina de ouro. A construção dos edifícios começou imediatamente e prosseguiu com rapidez. Por vezes os indígenas vieram perturbar o curso dos trabalhos, mas Diogo de Azambuja, com prudência logrou levar a obra a bom termo rapidamente.

Navegou até ao de Cabo de Santa Catarina, (actual Gabão), já reconhecido em 1474/75, por Lopo Gonçalves e Rui Sequeira no reinado de D. Afonso V.

BBDO © COPYRIGHT 2006
Antes de atingir o Cabo de Stª Catarina, Diogo Cão descobriu a ilha de Ano Bom.

A viagem para além do Cabo Stª Catarina foi feita ao longo da costa.

Este método de navegação, porém, se era vantajoso por permitir um metucioso conhecimento da costa, não era isento de graves dificuldades.

Duarte Pacheco mais tarde ainda aconselhava, “ sabendo pouco a pouco o que nella hia, a asy suas Rootas e conhecenças, e cada província de que gente era, pela verdadeiramente saberem ho lugar em que estauam, por onde podiam seer certos da terra que hiam buscar” (Esmeraldo de situ orbis)

Trecho da Costa Africana do paralelo 2 sul (Cabo Stª Catarina) ao Rio Zaire ou Congo

Seguindo para Sul reconhece sucessivamente:

“Duas moitas” (hoje Mamas de Banda).

“Praia Formosa de São Domingos” (Ponta Negra – Congo Brazaville)

“Serra da Praia Formosa” (Luango).

“Ponta ou Praia Branca” (Lândana), actual enclave de Cabinda

Foz do Rio Chilungo – Lândana – enclave de Cabinda

“Ponta da Barreira Vermelha” (Molembo), norte de Cabinda

“Cabo do Paúl”, a sul da actual cidade de Cabinda

➤ 1483 – Chegada ao Rio Zaire

Passado aquele Cabo, aos navios deparou-se em 23 de Abril, dia de São Jorge, uma corrente de 20 Km de largo, barrenta e rumorejante que invadia o mar com violência de catarata, trazendo consigo, em remoinhos, ilhas de capim, troncos raptados à margem, ramos estilhaçados, toda a triste e aflitiva bagagem das grandes inundações, era a embocadura de um grande rio, “Rio Poderoso” (Rio Zaire ou Congo), como lhe terá chamado alguém da frota, conhecido depois por “Rio do Padrão”.

A curiosidade das tripulações, já de si aguçada pelo facto de navegarem em novos mares, devia ter sido despertada por esta inesperada circunstância.

À medida que caminhavam, experimentavam os efeitos de uma corrente vertiginosa que cortava o mar perpendicularmente à costa : “ e no inverno desta terra, que he do mês de abril atee o fim de setembro, traz este Rio tam grande corrente d’ auguoa doce, que a trinta léguas em mar se sente a força dela (Esmeraldo.)

Torneando e atravessando a corrente da embocadura do rio, a armada penetra num majestoso estuário de margens baixas e foram dar com a margem esquerda, junto à foz.

Viram uma língua de terra, nesse bocado de terra frisada, que avança pelo mar como braço recurvado de muralha a proteger um ponto e que olha de um dos lados para o Atlântico e do outro para a foz do Zaire, arribou as caravelas de Diogo Cão.



Rio Zaire ou Congo – (Ponta do Padrão, actual cidade do Soyo e M'Pinda, residência do Manisoyo). Ao encontro do Manisoyo em M'Pinda

Festivamente, a tripulação desembarca, a que, pelo grande volume de água e impetuosidade de corrente, os marinheiros puseram o nome de Rio Poderoso, conhecido também por rio do Manicongo e mais tarde por Rio do Padrão.

Em Mbanza Malele , praia fluvial do Soyo, (hoje porto e estaleiro fluvial da cidade), Diogo Cão encontrou um pescador, Ndom Lwolo, um súbdito da rainha Malele kya Nsi, nome que figura entre os primeiros da lista de soberanos do Mfutila Neanda (o "Soyo de baixo").

O navegador perguntou o nome da terra, o pescador respondeu: "Kinzadiko" ("não sei"). Ao interrogá-lo sobre o nome do grande rio, Ndom Lwolo respondeu: "Nzadi" ("Rio"). O visitante concluiu que o rio se chamava "Zaire".

Diogo Cão manifestou o desejo de ser apresentado à rainha. A soberana foi informada deste acontecimento e desta solicitação, mas lembrou-se que o seu antepassado Nezinga recebera ordens do tio, o Ntotila/ Manicongo, que a impediam de, como seu suserano, estabelecer relações com povos estrangeiros. Por isso a rainha recusou qualquer contacto com os visitantes mas mandou-os conduzir a Mbanza Kongo....”

Espantados ficaram os habitantes do Soyo, gente pacífica, ao verem surgir, das grandes águas, navios e homens jamais vistos e que não faziam parte da sua taxonomia habitual.

No século XVII, (1694) um missionário italiano Bernardo de Gallo, recolheu as primeiras imagens gravadas nas memórias dos mais velhos e transmitidas de

geração para geração:

BBDO@COPYRIGHT 2006

« Os negros do Soyo, vendo a novidade dos navios, sem saber que coisa aquilo era começaram a gritar com sinais de admiração, amindele, amindele (igual a mudele, branco na significação actual, mas, naquele tempo, amindele significava coisas, como baleias, que vêm do mar) .»

Embora Diogo Cão não contactasse a rainha (Malele kya Nsi), foi aconselhado ir ao encontro do Manisoyo (Ndom Malele kya Nsi), chefe e soberano local, representante do Rei do Congo, à praça de M'Pinda, 10 Km da ponta do Padrão.

Pelos naturais do baixo Soyo e do Manisoyo, residente em Praza, M'Pinda (10 Km da foz), souberam os portugueses que estes dependiam de um grande potentado, chamado Manicongo, cuja corte ficava na M'Banza (residência) Congo, para sudeste, no interior das terras, e cujo império se estendia largamente por ambas as margens do rio e muito para sul da costa africana.

A 26 de Abril de 1483, na presença de diversos naturais e do Manisoyo, os nautas ergueram à latitude 6º 3' Sul, na ponta meridional (Moita Seca) e margem esquerda na foz do rio, onde 3 dias antes tinham arribado, o Padrão de S. Jorge, “ como quem tomava posse por parte de el-Rei de toda a costa que leixaua atras” (Ásia, Década I, João de Barros, liv.II, capº.3), seguida de celebração de missa.

Ponta do Padrão. O Padrão de S. Jorge foi colocado à direita desta língua de terra.

Do lado esquerdo o oceano Atlântico, em cima e direita o estuário do rio Zaire

Estabelecida a certeza da existência deste potentado, Diogo Cão, em obediência às instruções recebidas do próprio D. João II, que lhe mandavam proceder de forma a ganhar a confiança dos povos que encontrasse, levando-os a abraçarem o cristianismo, escolhe 2 portugueses idóneos para levarem ao imperador um presente, de muitas coisas variadas umas das outras.

«E lhe mandou dizer como há dita armada era del-Rei de Portugal, que com todo o mundo tinha paz e amizade. E por lhe dizerem quam grande Rey elle era, desejando de ha ter com elle, e muita prestança, e trato, o mandaua buscar, dizendo-lhe logo o proueito e honra que aos seus e a sua terra dahy lhe poderão vir» (Crónica de el-Rei D. João II, Garcia de Resende, cap. CLV).

Diogo Cão decide enviar ao potentado dois emissários (mensageiros), levando ofertas e presentes. Seguiram para a M'Banza (residência) por via terrestre, 23 dias de caminho, acompanhados por guias do Manisoyo ?)..



Painel representando Diogo Cão, na foz do Zaire, depois de haver colocado o padrão da descoberta

Foto obtida perto da Ponta do Padrão.

Vista geral da actual cidade do Soyo – ex- Stº António do Zaire – Sazaire - Angola

Estaleiros do porto Fluvial da cidade do Soyo

Diogo Cão e os nautas foram ao encontro do Manisoyo, na Plaza do M'Pinda, (10 Km da Ponta do Padrão). Na foto o canal à esquerda da cidade do Soyo dá acesso a M'Pinda.



Restos do padrão de S. Jorge –Sociedade de Geografia, Lisboa)

O padrão tradicionalmente chamado de S. Jorge, assente por Diogo Cão na extremidade da margem meridional (esquerda) do rio Zaire, fora em 1859, encontrado em completa ruína.

Alguns fragmentos do Padrão de S. Jorge encontram-se actualmente na Sociedade de Geografia em Lisboa. Aqueles fragmentos são de pedra calcária, foram retirados do local (Ponta do Padrão), por ordem do governo português (1859).

E não resisto á tentação de copiar o que Henrique Galvão dizia em "Outras Terras, Outras Gentes" :

" Um dia, passados séculos, um navio de guerra inglês, que se esquecerá de aparecer trezentos anos mais cedo para descobrir também qualquer coisa, assinalou a sua passagem, gloriosamente, despedaçando a tiros de artilharia o Padrão de S. Jorge. Em compensação, os indígenas arrecadaram como relíquias os fragmentos do Padrão. Mas esses... não eram civilizados".

Anos antes explicavam os indígenas (naturais do Soyo)- a guarnição dum navio de guerra britânico fizera do padrão alvo de exercícios da artilharia; depois, destroçado o monumento, pretendia recolher a bordo alguns pedaços dele, mas no momento da atracação voltara-se o escaler que os trazia.

Um escaler da marinha inglesa, tentou recuperar a parte superior do padrão, onde se encontrava as inscrições e cruz original, ao dirigir-se para o navio maior, voltou-se e a parte superior padrão perdeu-se nas águas do rio.

O escritor que relata tais memórias, extraídas de um relatório arquivado na Sociedade de Geografia de Lisboa, comenta: « Se o escaler não se volta,

BBDO © 2006 BY BICOM 2006
teríamos naturalmente hoje, no British Museum, a parte superior do padrão, onde poderia ler-se, talvez, a inscrição respectiva » (Luciano Cordeiro, Diogo Cão, pág. 50).

Mas voltou-se, e o regresso a Portugal dos míseros restos do mutilado padrão, postos à guarda daquela Sociedade, nenhum dado útil puderam acrescentar ao discutido problema das viagens de Diogo Cão.

Assim, o Padrão colocado por Diogo Cão e nautas esteve 376 anos na Ponta do Padrão (Moita Seca).

Nesse mesmo ano (1859), o governo de Angola mandou erigir um monumento comemorativo do velho padrão, que ali permaneceu até à independência de Angola (1975), do antigo apenas existiam o pé e uns restos do fuste, que os indígenas ciosamente guardavam, venerando-os como poderoso feitiço, um feitiço de branco.



Padrão Português, na Foz do Rio Zaire (moderno) – Ponta do Padrão – Moita Seca

Depois foi erigido uma outra réplica do padrão na vila de ex - Stº António do Zaire (actual Soyo), a 5 Km da ponta do padrão.

Em Agosto de 1938, o então Chefe do Estado, Óscar Carmona, ali no areal escaldante na foz do rio Zaire, na presença da marinha de guerra ao som de tambores e clarins na qual prestava guarda de honra e na presença de muitas autoridades gentílicas (sobas das regiões nortenhas e uma grande multidão compacta), depôs uma coroa de flores em bronze, transportada pelos marinheiros vindos dos barcos de guerra, fundeados ao largo.

Nos olhos de todos os presentes marejavam lágrimas sentidas pela grandiosidade do solene momento de evocação e homenagem aos nossos gloriosos antepassados, pelo seu esforço e abnegação. Os vasos de guerra

salvaram tiros de canhão enquanto a gente gritava VIVA PORTUGAL. Foi a maior homenagem feita aos pioneiros das descobertas e das conquistas em que os heróis portugueses de antanho deram « Mundos Novos ao Mundo», espalhando a fé e a civilização inscrevendo na história da humanidade o nome glorioso de Portugal

A 26 de Abril de 1973, foi realizada a 2ª missa na ponta do padrão, 490 anos depois da chegada dos portugueses, estiveram presentes as autoridades locais do distrito do Zaire –Angola, nomeadamente os descendentes do Rei do Congo, sobas e regedores de vários concelhos do distrito, bem como representantes da marinha portuguesa, autoridades administrativas e o então governador do distrito do Zaire coronel Carlos dos Santos..

O Mito de Diogo Cão

“...Diogo Cão, navegador português e figura histórica do Século XV, entra finalmente na história tradicional do Soyo como personagem mítica, embora aí apareça de uma maneira um tanto vaga, e contudo com a missão muito precisa de reiterar a eclosão de uma nova cultura entre os basolongo, de uma nova religião e de uma nova civilização técnica que faz surgir bens materiais de tipo novo. Ora a maneira como o seu mito se desenvolve é a maneira clássica dos "heróis reformadores" da mitologia savânica desta parte de África. A sua estrutura narrativa é semelhante à de toda essa mitologia. O protagonista surge de algures, de longe, com uma comitiva; tem encontros com os mandatários dos soberanos locais mas não chega a encontrar o "rei" (ou "rainha") do Soyo. A sua entrada em cena tem aspectos espectaculares que valorizam o personagem e que o definem como "estrangeiro". Depois percorre um itinerário bem definido onde a via fluvial -- a principal via comercial: o rio Zaire -- se desenha como dominante, e acaba em Mbanza Kongo , junto do Ntotila. Por uma das versões recolhidas desta lenda, sabe-se que Diogo Cão desembarcou numa praia do Soyo onde encontrou uma "pedra alta", sobre a qual havia dois santos: St. António e St. Maria. O visitante queria levá-los para Portugal, mas St. Maria negou-se e veio a ser deixada na praia, criando uma derivação da lenda destinada a dar conteúdo ao culto de St. Maria que, como vimos atrás, ainda hoje se pratica no Soyo.

Uma segunda versão diz que Diogo Cão chegou num barco à vela (Nkumbi ya Nkutuktu) a uma praia do Soyo em Mbanza Malele. Aí encontrou um pescador, Ndom Lwolo, um súbdito da rainha Malele kya Nsi, nome que figura entre os primeiros da lista de soberanos do Mfutila Neanda (o "Soyo de baixo").

Quando o navegador perguntou o nome da terra, o pescador respondeu: "Kinzadiko" ("não sei"). E ao interrogá-lo sobre o nome do grande rio, Ndom Lwolo respondeu: "Nzadi" ("Rio"). O visitante concluiu assim que o rio se chamava "Zaire". Então Diogo Cão manifestou o desejo de ser apresentado à rainha. A soberana foi informada deste acontecimento e desta solicitação, mas lembrou-se que o seu antepassado Nezinga recebera ordens do Tio, o Ntotila, que a impediam de, como seu suserano, estabelecer relações com povos estrangeiros. Por isso a rainha recusou qualquer contacto com os visitantes mas mandou-os conduzir a Mbanza Kongo....”

A grandiosidade do rio, despertou a curiosidade dos nautas. Diogo Cão, sondou e explorou o estuário, navegando muitas milhas para o interior. (O mapa de Soligo releva os contornos da embocadura- estuário- do rio , e parte

do percurso superior).

BBDO@COPYRIGHT 2006

Foram dois meses de exploração (Maio e Junho de 1483).

Por do sol, tendo como cenário a densa e inóspita floresta equatorial africana e o rio Zaire, também conhecido por rio Poderoso e depois rio do Padrão, por aí ter sido chantado por Diogo Cão, em Abril de 1483, um padrão dos descobrimentos portugueses.

Rio Zaire ou Congo – (da ponta do padrão às cataratas de Ielala)

Porém, nesta acção exploratória, e velejando para o interior, os emissários enviados ao rei do Congo foram largados, perto de Nóqui (localidade mais próxima da M'Banza do rei).

Seguiram depois por via terrestre até M'Banza Congo. O Manisoyo, residente em M'Pinda, cederá a pedido do capitão, alguns guias que se dispuseram a acompanhá-los.

Os nautas não se detiveram no local, (Nóqui) desceram o curso do rio, e prosseguiram viagem para Sul.

Costa angolana para Sul da Ponta do Padrão a escassos Km da Ponta do Padrão

Trecho da costa angolana a sul do rio Zaire ao Ambriz

Seguindo junto à costa dão com o “Cabo Redondo”, 7º 13' 60" Lat. Sul (actual N'Zeto - Ambrizete).

A 22 de Julho de 1483, chegam à foz do rio Loge, a que puseram o nome de “Rio da Madalena”.

Trecho da costa angolana a sul do Rio Zaire à ilha de Luanda

Depois atingiram a embocadura do Dande 8º 28' Lat. sul, ou “Rio de Fernão Vaz”.

Feita aguada no Bengo, 8º 44' 52" lat sul (Angra Grande) atingiram a ilha de Luanda, a que chamaram “Ilha das Cabras”.

A praia de Pambala, perto da foz do rio Loge (Ambriz).

Baía e Ilha de Luanda

Quando chegaram à ilha de Luanda, os africanos tomaram-nos por cadáveres vivos, os vumbi :

« nossos pais viviam confortavelmente no planalto de Luabala . Tinham vacas e culturas: eles tinham salinas e bananeiras. De repente viram sobre o grande mar surgir um barco.

Este barco tinha asas todas brancas, cintilantes como facas. Os homens brancos saíram da água e disseram palavras que não compreendiam. Os nossos antepassados tinham medo, dizendo que eram os vumbi, os espíritos vindos do outro mundo.»

“Desta forma a proveniência talássica dos portugueses e do cristianismo provocou um

estranho equívoco na mentalidade dos africanos. É que, na cosmogonia congolosa, a **ilha dos defuntos situa-se na água e os espíritos dos antepassados encarnam no outro mundo em corpos brancos e vermelhos. Saídos do mar, os portugueses apareciam no domínio do sagrado e « eram reverenciados como deuses na terra», como afirmou a comerciante Duarte Lopes, que esteve no Congo no séc. XVI”.**

Para sul da actual cidade de Luanda deram o nome ao Futungo de Belas o de “Monte Alto”.

Retomando o caminho do Sul, seguiram bastante ao largo, pois não deram pela foz do rio Cuanza.

Sul da Foz do rio Cuanza, vista da margem esquerda do rio.

A vinte léguas da ilha das Cabras, encontraram uma ponta onde os negros pescavam em camboas (canoas) a que deram o nome de “Ponta das Camboas” (Cabo de S. Brás). “ E aqui nam há comercio nem coisa dina de ser escrita. (Esmeraldo, liv.III, cap. 2º)

Ao morro de Benguela Velha, actual Porto Amboim, puseram o nome de “Terra das Duas Pontas”.

Cabo das Duas Pontas – Porto Amboim

Mais para sul o rio Catumbela, o de “Rio do Paúl”. (10 Km a sul do Lobito), o qual fizeram aguada.

Restinga do Lobito

Até aquele rio, a viagem deu-se a grande velocidade. Em quinze dias os portugueses navegaram 368 milhas (Rio da Madalena- Loge ao rio do Paúl - Catumbela).

A 5 de Agosto ancoraram na “Angra Stª Maria das Neves” (actual baía de Benguela), para aparelhar os navios e folgar na praia morena.

Àquela latitude 12º 25’ 53” sul, deparou-se uma forte corrente fria vinda do Sul (corrente marítima de Benguela).

Pôr do Sol na praia Morena, Baía de Benguela (angra Stª Maria)

O Sombreiro, a Sul da Baía de Benguela

Trecho da costa para Sudoeste

Depois de alguns dias a folgar, partiram para Sul e reconheceram o Canal de Alter Poderoso (Rio Caporolo).

De seguida avistaram o cabo de Stª Maria “Cabo do Lobo”, latitude 13º 25’ Sul, onde ergueram o Padrão de Stº Agostinho, a 28 de Agosto de 1483.





Diogo Cão dirige a implantação do padrão de Stº

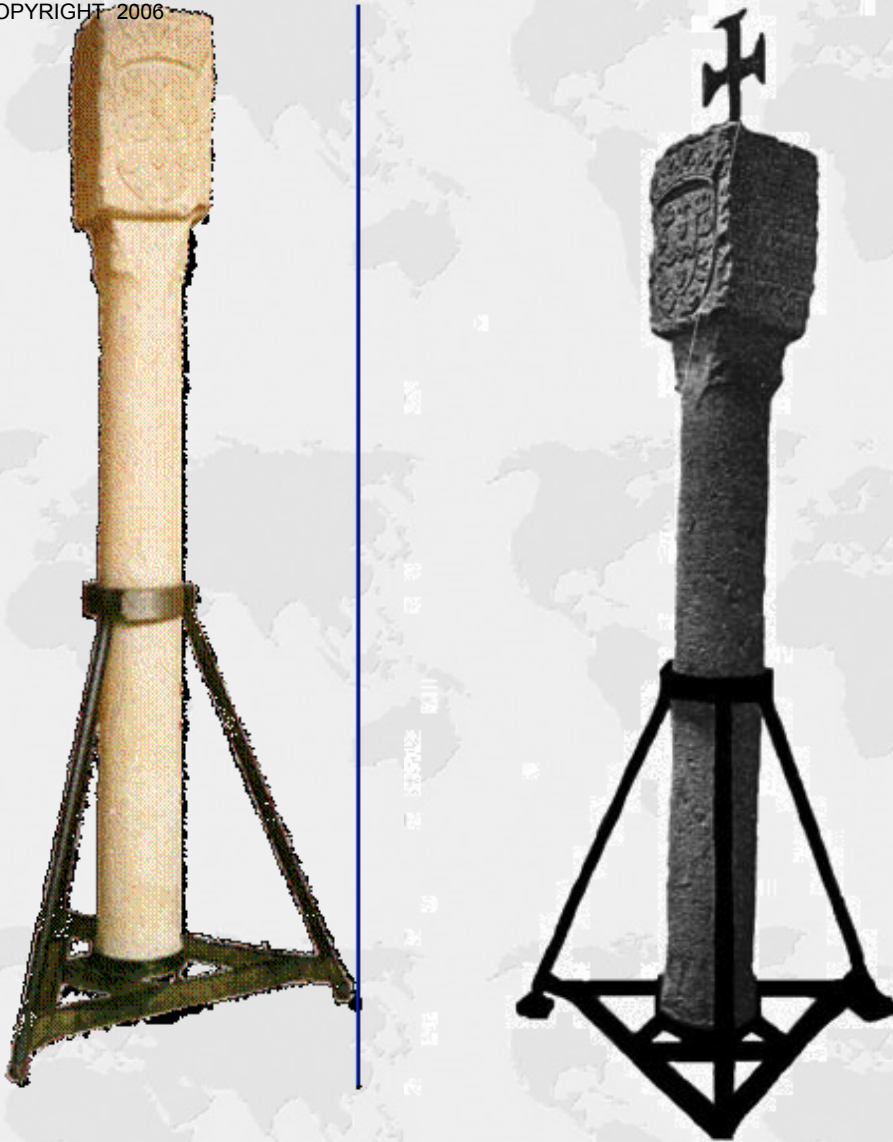
Agostinho no Cabo do Lobo (Cabo de Stª Maria), a sul de Benguela. A prática de assinalar com padrões os lugares atingidos que se supunham de maior importância foi seguida nas viagens dos últimos vinte anos do séc. XV e primeiros anos do séc. XVI. Padrão marcava simbolicamente a posse, por parte do rei de Portugal, de toda a área que lhe ficava vizinha.

De 1383 a Março de 1485

Nos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V as armas reais apresentavam poucas alterações, sendo de notar as primeiras referências aos escudetes como “quinas”.

- Fundo branco
- Cinco escudetes azuis dispostos em cruz (os laterais apontados ao centro)
- Os escudetes possuíam cinco besantes (dois pontos- um ponto- dois pontos)
- Bordadura vermelha
- Diversos castelos dourados na bordadura
- Quatro pontas da cruz verde floretada da Ordem de Avis dispostas em cruz na bordadura

BBDO@COPYRIGHT 2006



(Padrão de Stº Agostinho na Sociedade Geografia, Lisboa)

Constituído por uma peça do calcário vulgar das pedreiras dos arredores de Lisboa, com a forma de uma coluna sobrê-punjada de um cubo, sendo a sua altura total 2,16m.

Uma das faces do cubo ostenta o escudo português do tempo de D. João II, mas do tipo anterior à reforma ordenada por este monarca em Março de 1485.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Nas três outras faces há inscrições.

Foi Luciano Cordeiro que descobriu tratar-se de um texto todo em português, abrangendo, seguidamente as três faces. Este texto, então lido pela primeira vez, é o seguinte:

“ERA DA CREAÇÃO DO MUDO DE SEIS MIL BXLXXXJ ANOS DO NACIMENTO DE NOSSO SENHOR JESHU DE MIL CCCLXXXJJ ANOS O MUJ ALTO MUJ EICELETE PODEROSO PRINCIPE ELREY DÕ JOAM SEGUNDO DE PORTUGAL MÃDOU DESCOBRIR ESTA TERRA E POER ESTES PADRÕES POR DIOGO CÃO ESCUDEIRO DE SUA CASA”.

Ou correntemente:

“Na era da criação do mundo de 6681 anos, do nascimento de Nosso Senhor Jesus de 1482 anos, o mui alto mui excelente e poderoso príncipe, el-rei D. João II de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão, escudeiro de sua casa”.

BBDO@COPYRIGHT 2006



Foi transportado para Portugal em 1892, em bom estado de conservação, e as suas legendas decifradas, o que permitiu datar a viagem de Diogo Cão (1482-1484).

Encontra-se actualmente na Sociedade de Geografia em Lisboa.

Seguindo mais adiante, deram com uma angra “baía de Lucira Grande” e Cabo de Stª Marta, mais para sul à Ponta Grossa chamaram de “Penedo Alto”,

depois a baía das Pipas, rio Giraul e finalmente contornando um cabo (actual Cabo Saco), navegaram para norte, lat. 15° 7' 36" sul, onde a viagem terminou.

Acabavam de entrar numa angra (actual baía de Moçâmedes), sem darem por isso.

A baía de Moçâmedes, actual Namibe-Angola

Estavam convencidos, que atingiram o promontório Prassum, do Mapa de Fra Mauro, onde começa o golfo arábico, único mapa levado a bordo?

Decidiram voltar ao Reino, de passagem reentraram no estuário do Rio Poderoso (Zaire), ancorando no porto de M'Pinda, para recolher os dois emissários, um dos quais se chamava Martim Afonso, que meses antes, Maio/ Junho de 1483, os largara em Nóqui perto da residência (M'Banza) do Manicongo.

Não os encontrando, tanto em M'Pinda (10 Km da foz) como em Nóqui, (170 Km da foz) supô-los cativos ou mortos.

Decidiu então velejar para Portugal, Novembro de 1483, com reféns e já não deixou sair do navio quatro negros, dos mais importantes, um dos quais era o Caçuta, que o visitavam com muita confiança e amizade.

«e, polla muyta tardança sua pareceu ao capitão que deuião ser captiuos ou mortos (os embaixadores) e vendo que os pretos da terra se fiauam delle, e entrarão já nos nauios, determinou não esperar os cristãos que mandara, e partir-se com alguns daquelles negros, e assi o fez». (crónica de El-Rei D.João II, Garcia de Resende, cap. CLV).

Por acenos, Diogo Cão, conseguiu dizer aos negros da terra que levava aqueles quatro homens para os mostrar ao rei de Portugal e que os tornaria a trazer dentro de quinze luas (costume habitual de contagem do tempo), deixando ali, como prova de sua boa fé os portugueses que tinha enviado ao Manicongo.

E, durante toda a viagem de regresso ao reino, o capitão tratara os negros com grandes mostras de respeito e amizade, ensinando-os a falar português e, assim, quando chegaram, foram levados à presença d'el - Rei, os quais puderam responder a tudo o que D. João II perguntou, com muita admiração e contentamento de todos.

Ao chegar a Portugal, esperava-o o mais lisongeiro acolhimento da parte do Príncipe Perfeito, que, reconhecendo, com a sua apurada noção de justiça.

El -Rei cumulara-os de atenções e dádivas, e mandou a todos eles dar bom trato e ensinamento, e para que os portugueses cativos no Congo não padecessem algum mal enviaria Diogo Cão numa segunda viagem com ricas ofertas para o Manicongo, pensando converter este rei num fidelíssimo aliado de Portugal e criando nele um grande desejo de se fazer cristão.

Os negros trazidos por Diogo Cão foram tratados, tanto na viagem como depois em Lisboa, com humanos desvelos, sendo instruídos na fé cristã.

“Por eles veio o Príncipe Perfeito a enviar ao Manicongo “ um presente rico de muytas, e boas cousas, e lhe mandou offerecer sua amizade e descobrir sua vontade, que era desejar sua saluação, conuidandoo com razões, e amoestações pera a Fee de Jesu Christo nosso Senhor, encomendandolhe que deixasse os idolos, e feitiçarias que tinha, e adorauão em seu Reyno , dandolhe pera isso muytas, e boas razões, que elle podesse entender, e dito de maneira que elle se não escandalizasse polla erronia, e idolatria em que viuia, que nisso teue el Rey muyto resguardado, e temperança pero com brandura o prouocar” (Crónica de el-Rei D. João II, Garcia de Resende, cap. CLV

1484 – Chegada a Portugal

Uma vez chegado, D. João II, reconhecendo os serviços por ele prestados, “..... Diogo Cão, assi tanto nas partes da Guiné como em outros lugares nos tem mui bem servido, em especial em esta ida onde o enviamos a descobrir terra nova nas ditas partes da Guiné, de onde ora veio...”, Carta régia de 4.04.1484, concedeu-lhe uma tença anual de 10.000 reais brancos.

Seis dias depois 14.IV.1484, era-lhe passado carta de enobrecimento, em que se atendia não só os seus serviços, senão que também aos de seu avô, Gonçalo Cão, em tempo de D. João I, nas lutas contra Castela, e aos de seu pai no reinado de D. Afonso V.

Feito nobre de cota das armas, “....os quais ele e os que dele descenderam, por linha direita de legítimo matrimónio gerados, queremos e havemos por bem que tragam, poderia usar as armas que se referem na rub de Cão...

Grande foi a satisfação de D. João II ao tomar conhecimento dos resultados da exploração realizada por Diogo Cão; e logo um amplo galardão a traduziu.

Nas duas cartas régias de 8 e 14 de Abril de 1484, o navegador é dito « cavaleiro da nossa casa », enquanto no padrão de S. Agostinho aparece apenas como escudeiro; a elevação de categoria foi evidentemente o primeiro acto régio de recompensa.



Brasão de armas concedido a Diogo Cão por D. João II.

(Iluminura da obra seiscentista conhecida por Livro do Armeiro Mor, da autoria de João de Gross que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do

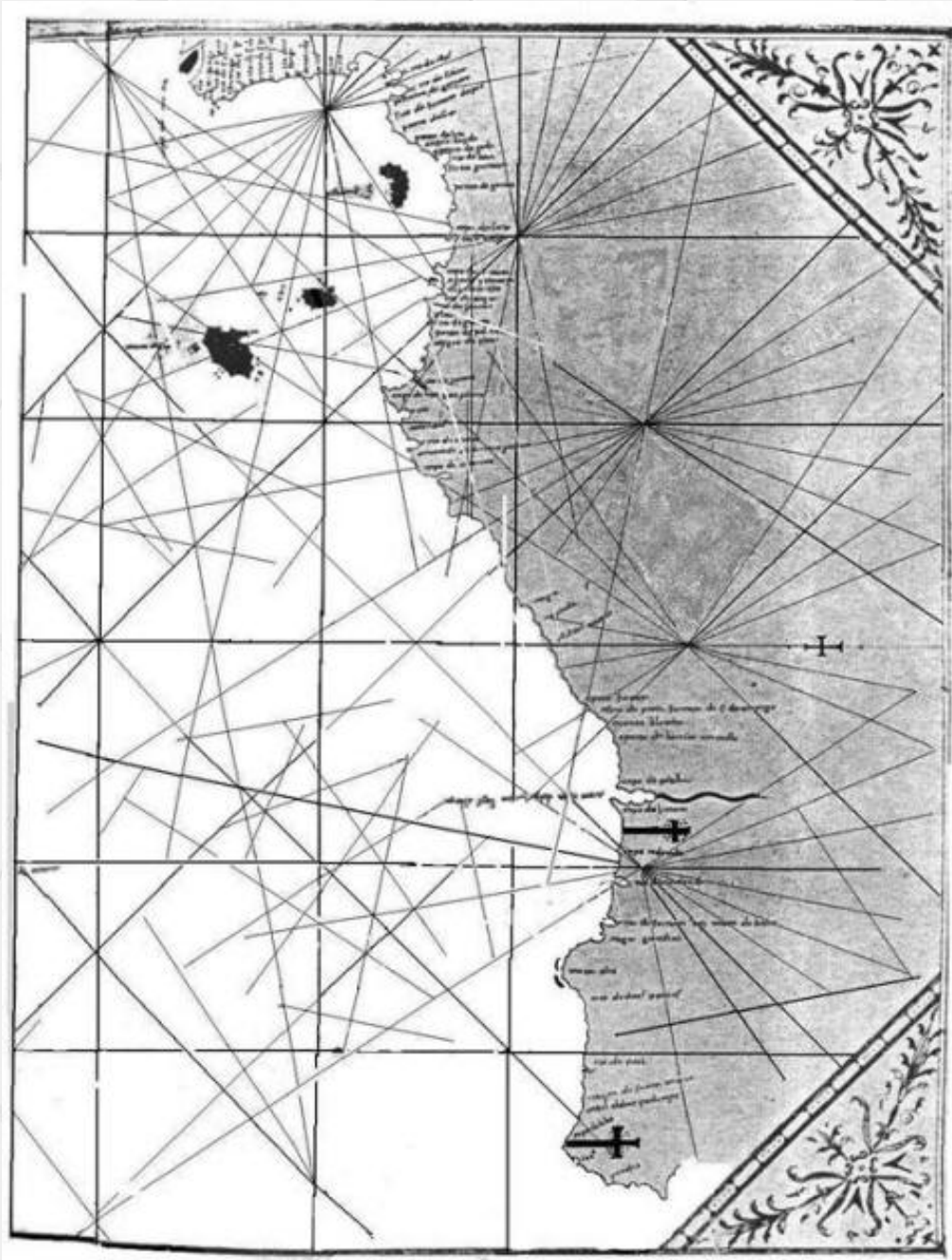
Tombo- Lisboa). Note-se que nas armas figuram dois padrões.

Em campo verde dois penhascos e em cada um sua coluna ou padrão de pedra levantados ao alto, sobre cada um destes uma cruz de azul.

Timbre: as duas colunas ou padrões em aspas, atados por um torçal verde; elmo aberto de prata, guarnecido de ouro, paquife do metal das armas» (Luciano Cordeiro, sobre Diogo Cão)

Brasão de Mbemba- a – Nzinga (gravura extraída da obra seiscentista intitulada Livro de António Godinho, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo), filho de Nzinga-a-Nkuvo, senhor do Mbanza Kongo, Mbemba-a-Nzinga subiu ao trono por volta de 1509 e, pretendendo livrar-se dos seus opositores.

Estreitou os laços comerciais com os Portugueses, por forma a ver garantido o fornecimento de armas de que tanto carecia.



Mapa de Cristóforo Soligo – 1486 – cartógrafo veneziano

O mapa assinala a costa africana ocidental, norte das ilhas de S. Tomé e Príncipe (golfo da Guiné), cabo de Stª Catarina, rio Zaire, e parte da actual costa angolana até ao Cabo Saco do Giraul (baía de Moçâmedes).

Destaca o estuário do rio Zaire (rio Poderoso) e percurso superior.

A curiosidade de navegar pelo rio, despertou o ensejo de encontrar por esta via fluvial uma passagem até Quilóá, (oceano Índico). Ver o Mapa de Fra Mauro na pág. 104

Diogo Cão conduziu os emissários às imediações de Nóqui, perto da M'Banza (residência) do rei do Congo, que ficava para o interior das terras e margem esquerda do rio.

A riquíssima paisagem arborizada das margens do rio constituída por muitos canais (muílas ou mangais), despertou o fascínio dos marinheiros. Verificaram bandos de papagaios a cruzar as suas margens, e notaram o perigo de folgar nas praias fluviais, devido à abundância de Jacarés e hipopótamos.

O cartógrafo, assinalou duas cruces, uma na margem esquerda junto à foz do rio Zaire (rio Poderoso) e outra no cabo de Stª Maria (cabo Lobo). A primeira cruz é o padrão de S. Jorge e a segunda, o padrão de Stº Agostinho. Estes nomes configuram a Toponímia das datas em que os nautas aí chegaram. (23 de Abril e 28 de Agosto de 1483).

A meados de Julho de 1483, reconhecem o Cabo Redondo (actual N'Zeto - Ambrizete).

A 23 de Julho chegam à foz do rio Loge (rio da Madalena), onde fazem aguada.

Atingem a barra do Dande a que chamam rio de Fernão Vaz (monte de barro), e de seguida alcançam a (Angra Grande) onde o rio Bengo desagua.

De seguida a ilha de Luanda (ilha das cabras), viram rebanhos de cabras e homens na apanha do zimbo (concha, servindo para moeda de troca no reino do Congo).

Contornado a Ilha de Luanda e do Mussulo, seguem em frente e não observam o rio Cuanza, navegavam ao largo da costa.

Aproximando-se da costa e já para sul do Cabo Ledo, referenciam a Ponta das Camboas (Canoas) (Cabo S. Brás) e depois a terra das Duas Pontas (Porto Amboim – Benguela à Velha).

Afastados de terra, seguindo a derrota do sul, acham o rio Catumbela (rio do Pául) 10 Km a sul do Lobito.

O Mapa de Soligo, mostra a ilha de Luanda como o ponto central (espaço que medeia entre dois pontos -Rio Zaire ao Cabo de Stª Maria, onde se encontram os padrões)?

Verificando um mapa real, a linha da costa para sul daquela ilha até ao Cabo de Stª Maria é duas vezes superior.

Este equívoco deveu-se a dois factores preponderantes:

A exploração da costa efectuada pelos nautas, a sul do rio Zaire até à ilha de Luanda foi percorrida por ventos e correntes desfavoráveis, o que permitiu um melhor apuramento e reconhecimento dos lugares assinalados.

Depois das ilhas de Luanda e Mussulo, os ventos e as correntes marítimas conhecida por “ corrente fria de Benguela”, permitiram que a navegação,

apesar de inconstante, fosse mais rápida.
BBDO@COPYRIGHT 2006

Os ventos sopravam obliquamente à costa, permitindo navegar à bolina com inclinação das velas.

A corrente marítima de Benguela de efeitos contrários, não exerceu efeitos adversos, pois fazia-se/ faz-se sentir por mais algumas milhas ao largo da costa.

Os nautas libertados deste imponderável, puderam navegar mais rapidamente, explorando a costa para sul da ilha de Luanda até ao Rio Catumbela em apenas seis ou sete dias.

Chegados ao rio do Paul, (primeiros dias de Agosto), de águas limpas (a época das chuvas tropicais ainda não se fazia sentir nessa altura do ano), fizeram aguada acondicionando os barris nos porões das caravelas.

A restinga do Lobito situa-se a 10 Km a norte do rio Catumbela, os nautas não a observaram, pois navegavam ao largo da costa.

A partir do rio Catumbela (Rio do Pául), a conhecida corrente marítima fria de Benguela, já mais próxima da costa remeteu a 5 de Agosto as embarcações para a angra de St^a Maria das Neves, hoje praia Morena de Benguela.

Ancorados (fundeados) na angra de St^a Maria, por ser abrigo e porto seguro, e de águas serenas, folgaram durante alguns dias.

Apetrechando os navios de lenha, limpeza do forro dos cascos das caravelas (de limos e teredo), muito activo em águas quentes, beneficiaram também a reparação do calafeto, do massame, das velas e mastreação.

Devidamente aparelhados, a meados de Agosto, zarparam para sudoeste, contornando o Sombreiro, a Baía Farta, o farol das Salinas e o rio Caporolo a que puseram o nome Canal de Alter Poderoso (ou Pedroso).

Seguindo em frente, à latitude de 13° 26' sul, atingiram o Cabo do Lobo (actual Cabo de Santa Maria), onde ergueram a 28 de Agosto de 1483, o Padrão de St^o Agostinho.

Pouco mais, dão com uma angra “baía de Lucira Grande” e o Cabo de St^a Marta para oeste da baía.

Depois à actual Ponta Grossa deram o nome de Penedo Alto.

Mais para sul a angra das Pipas, Giraul e finalmente contornando um cabo (actual cabo Saco), navegaram para nordeste.

Acabavam de entrar numa larga angra (actual baía de Moçâmedes), sem deram por isso.

O mapa assinala um cabo (extremo sul) e a continuidade da linha da costa na direcção do nordeste.

Recorte do mapa de Cristóforo Soligo- rio do Paul ao cabo Saco

Os números assinados correspondem aos nºs do mapa real da pág. 55

Analisando o trecho da costa para sul do rio Catumbela (rio do Paúl) temos:

- O cabo de Stª Maria (cabo do Lobo), como sendo quase o ponto central (do rio do Paul ao cabo do extremo sul assinalado no mapa).
- A distância do rio Catumbela ao cabo de Stª Maria, corresponde à distância do Cabo de Stª Maria até ao ponto (9) assinalado no mapa de Soligo.
- A distância do ponto (9) ao cabo extremo sul do mapa (11) não são mais de 30 km .

Verificando um mapa real, pág. 55, chegamos às seguintes conclusões.

- O cabo de Stª. Maria (cabo Lobo), também é quase o ponto central - do rio Catumbela ao Cabo Saco (Baía de Moçâmedes).
- Do rio Catumbela ao cabo de Stª Maria, a distância é exactamente a mesma deste cabo até ao ponto (9), assinalado no mapa real.
- A distância do ponto (9) ao Cabo Saco (11) correspondem a 30 Km ,apenas.

Diogo Cão e os nautas dobraram o actual cabo SACO do Giraul da baía de Moçâmedes- Namibe - Angola, seguido rumo a nordeste, tendo a viagem terminado.

O cabo extremo assinalado no mapa de Soligo, corresponde ao actual Cabo Saco do Giraul, onde começa a Baía de Moçâmedes.

Surge depois uma larga baía (Baía de Moçâmedes) a perder-se de vista que descrevendo um arco de 60 Km , a linha da costa segue uma trajectória em direcção ao Sul.

Mapa da Baía de Moçâmedes (Namibe - Angola)

Efectuada a medição da latitude do cabo, os nautas verificaram corresponder à aproximação do Promontório Prasso (extremo sul de África) do mapa de Fra Mauro, onde começa o golfo arábico.

Não observaram a actual baía de Moçâmedes, pelos motivos seguintes:

É habitual, nos meses de Agosto/ Setembro / Outubro, adensar-se naquela baía, nevoeiro cerrado (bruma marítima) e região envolvente, retirando a totalidade do campo de visão da costa.

Quando os nautas (Setembro de 1483) aí chegaram, dobraram aquele cabo e seguiram para norte e nordeste, percorrendo pouco mais 3 ou 4 Km .

Nestas condições, ao cair a noite ficariam expostos aos perigos do mar, não permitindo permanecer por ali muito tempo.

Retomando o caminho, contornaram o cabo que antes tinham dobrado e zarparam para norte, rumo ao cabo Lobo onde antes já tinham chantado um

padrão.

BBDO@COPYRIGHT 2006

A algumas milhas do cabo extremo que ficou para trás, ao mau tempo deu lugar à bonança.

Estavam convencidos que tinham tocado o extremo sul do continente, os nautas ficaram assim animados.

As portas para o oceano Índico estavam definitivamente abertas?...

O regresso ao reino, passando ainda pelo Rio Zaire para recuperar os emissários que antes, Diogo Cão enviara ao Manicongo, e que em lugar destes, trouxe 4 negros reféns, termina no pátrio Tejo em princípios de Abril de 1484.

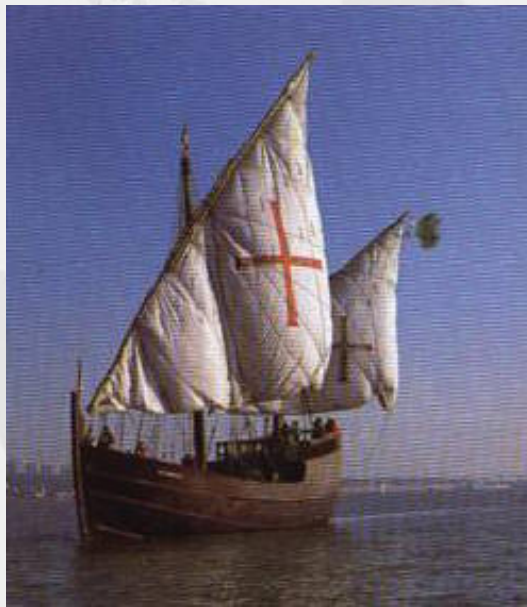
A viagem de retorno demorou 6 meses.

O anúncio da aproximação ao promontório Prasso do Mapa de Fra Mauro foi comunicado. O rei de Portugal encheu-se de contentamento e alegria.

A certeza desse convencimento está patente na oração de obediência ao Papa,

” os portugueses estão a alguns dias de viagem de explorar o Golfo arábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador, efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado até perto do Promontório “.

Segunda viagem a sul do Equador pelo Navegador Diogo Cão Em 1485

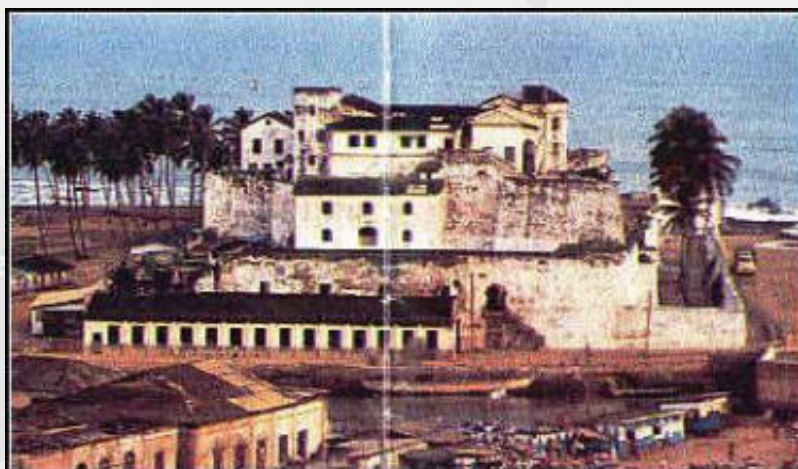


Réplica Caravela Bartolomeu Dias

D. João II, desejoso de apertar relações com o rei do Congo, Nzinga-a-Kuvu, de fazer regressar os indígenas de lá trazidos, de recolher os emissários e de prosseguir na descoberta do caminho marítimo para a Índia, enviou no segundo semestre de 1485, Diogo Cão nesta segunda viagem, com duas caravelas.

Para o rei do Congo, Nzinga-a-Kuvu, uma embaixada com ricas prendas ofertas de amizade, seguiriam também recomendações para renegar aos ídolos, feitiçarias e abraçar a religião cristã.

Dirigiram-se para a Mina (S. Jorge da Mina), como era habitual.



Castelo de S. Jorge da Mina (Ghana – África)

BBDO
 Depois seguiram para o estuário do Zaire, onde aportou a M'Pinda, 10 Km da ponta do Padrão, residência do Manisoyo

Dois meses era o tempo necessário para chegar ao Rio Poderoso (Zaire ou Congo), depois de ter sido aparelhado na Mina, chegou em Outubro.

Tendo-se apercebido que os emissários anteriormente enviados ao Rei do Congo, ainda não se encontravam em M'Pinda, e também de suspeitar que por esta via poderia ter acesso mais rápido ao Índico, já que na exploração anterior não fora mais além das imediações de Nóqui, decide zarpar rio acima.

O Mito de Diogo Cão

“...Um guia acompanhou, pois, a expedição portuguesa rio acima, até Noki, onde desembarcaram. O navio ficou fundeado no sítio chamado Nsuku a Nsambi a Nzombo, onde havia uma grande pedra com uma mulembeira que lhe crescera no topo. Desse modo evitava-se subir até Matadi, "por causa dos ventos violentos da região, originados pelas montanhas". Prosseguiram a viagem por terra ao encontro do Nekongoe da sua corte, que lhe ofereceram um grande banquete. Note-se que o Nekongo, avisado por mensageiros, já sabia da chegada dos portugueses e já os esperava. O visitante deu ao Ntotila como presente um rico pano que se chamou Nkampa. O mito de Diogo Cão parece, enfim, pôr em relevo algumas particularidades da consciência solongo. Nele se recorda com especial vigor a dependência do rei do Soyo para com o rei do Kongo, seu soberano. Este aspecto não tem porém uma intenção didáctica pura, mas ele é, muito mais, o resultado do movimento de aproximação com Mbanza Kongo e portanto com o poder central por tradição, que crescia no Soyo à data da recolha do mito (1990). Contudo sabe-se pertinentemente pela documentação existente, que os contactos de Diogo Cão com o dito "Mani Soyo", foram numerosos e até frutuosos, pois inclusive o chefe solongo fez-se baptizar. Além disso a narração pretende mostrar através dum contorno simbólico que o culto actual (e bastante antigo) de St. Maria, surge da igreja católica (vem com Diogo Cão), mas em oposição a ela. Recordemos que a santa, devendo ter "regressado" com o navegador como sucedeu a St. António, preferiu ficar no Soyo. Enfim, para o historiador, há neste mito numerosos elementos significativos inspirando um mínimo de segurança que lhes permita serem tratados como factos históricos, quer pelo número muito elevado de informantes que os reconheceram -- o que dá fixidez a uma cultura histórica envolvente -- quer pela sua semelhança com a realidade concreta conhecida. No episódio histórico de Diogo Cão fala-se de uma "pedra" (na ocorrência, o Padrão); essa "pedra", de que, no mito, o Navegador é miticamente (e não explicitamente) portador (ou criador) contém dois santos da religião católica: St. António e St. Maria, o primeiro, tanto na versão antonina do Soyo como na do Kongo desaparece, abstratiza-se e só se manifesta indirectamente através da sua eleita, a santa; o itinerário mítico da expedição pelo rio Zaire conduzindo a uma "pedra" que evoca a descoberta de Yelala, facto histórico e por fim um Senhor do Soyo, um "Mani Soyo" que na narração mítica se chama Ndom Malele Kya Nsi e na narração histórica toma o nome de D. Manuel da Silva. O que é pois o dito "Mito de Diogo Cão", senão a representação que o povo solongo se faz do facto histórico, modelado pela linguagem mítica local e pela ideologia dominante? Assim sendo é também uma das fontes da história do Soyo cuja leitura

implica a descodificação de um mito.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Devemos notar que durante a época dos Descobrimentos houve 3 períodos de marcação das terras descobertas a favor de Portugal:

No Primeiro Período usou-se a Cruz de Madeira Alta para os descobrimentos do Porto Santo, Madeira, Cabo Verde e Açores. Mas estas cruzes apodreceram.

No Segundo Período compreendeu fazeram-se gravações em pedras ou rochas à beira dos rios ou nas praias- Pedras de lelala na África e a Pedra de Dighton na América do Norte.

No Terceiro Período compreendeu a colocação de Padrões.

O Diogo Cão executou o Segundo e Terceiro Períodos.



Itinerário do curso superior Rio Zaire (Cataratas de Ielala) – 92 milhas náuticas da foz

Viajando até 170 Km da foz (92 milhas náuticas) dá com as cataratas de Ielala, onde acaba a navegabilidade do Zaire.

Entre recifes, na margem esquerda, adiante de Matádi, e a montante de Vivi, num sítio chamado Nsadi- Qumbidinga (rio de peixe), chegaram a uma ponta que fica a uns duzentos metros dos rochedos onde haveriam de efectuar a gravação, desembarcaram, e descalços por ser completamente impossível seguir calçados por sobre pedras escorregadias, de onde, caíndo, inevitavelmente iam ao rio, onde a morte seria certa.

Os nautas com enormes dificuldades conseguiram andar alguns metros, até que chegaram a um ponto onde a todos faltou o ânimo para continuar. Tinham na sua frente, por único caminho, um despenhadeiro de alguns

metros de altura, cortado a pique sobre o rio, sem outra cousa a que se segurassem, que não fosse alguns fios de erva (capim) e as raízes de uma árvore (lianas)!

Houve alguém que se arrojou a transpor aquele precipício e os que seguiam foram atras. Ao fim de algum tempo encontravam-se sobre o rochedo onde iria ficar a inscrição. Ali, em frente de tamanho espectáculo, vendo o rio, em baixo soltando rugidos de leão, é que avaliaram a intrepidez de tamanha façanha que acabavam de efectuar.

De seguida gravaram as armas de Portugal, o escudo usado naquela época, a cruz de Cristo e nomes de vários nautas deixando para a posteridade a permanência dos portugueses naquele lugar.

O escudo, os castelos, as quinas gravadas revelam que são posteriores à reforma decretada por D. João II (Março de 1485).



D. João II (1485-1495)

De Março de 1485

D. João II retirou das armas reais os remates flores-de-lis (pontas da cruz verde floretada da Ordem de Avis).

Fundo branco.

Cinco quinas azuis dispostas em cruz (as laterais apontam para baixo, como as do centro).

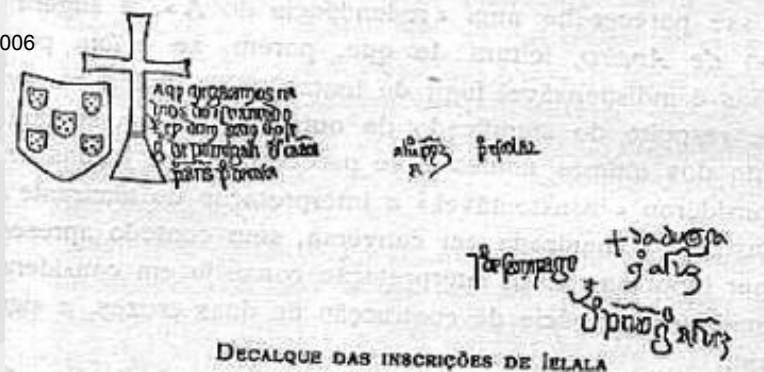
As quinas possuem cinco besantes brancos (dois pontos – um ponto – dois pontos)

Bordadura vermelha.

Sete castelos dourados na bordadura (por vezes oito castelos).

Caption??? Goes where ??

Gravação nas pedras de lelala – Rio Zaire ou Congo (a 92 milhas náuticas da foz).



Nas gravações dos rochedos de Ielala, na margem esquerda do rio vê-se o seguinte:

O Escudo português, constituído por cinco quinas todas viradas para baixo e uma cruz da ordem de Cristo e a inscrição “Aqui chegaram os navios do esclarecido rei D.João II de Portugal – Diogo Cão, Pero Anes, Pero da Costa”.



As Inscrições nos rochedos das cataratas de Ielala – Rio Zaire (Out/Nov de 1485)

Noutro rochedo dois nomes –

Álvaro Pires, Pero Escolar e uma sigla .

Noutro rochedo os nomes

João de Santiago, Diogo Pinheiro (por cima do D, o sinal de uma cruz reduzida), Gonçalo Álvares e Antão e outra sigla.

Nesta pedra lêem-se também as palavras “ da doença”, precedidas de uma **CRUZ** , seguida do nome João ou (Gonçalo) Álvares !?, o que quer dizer que o nauta morreu por doença.

O estudo epigráfico desta inscrição revela ser posterior às outras inscrições. A letra (grafia) utilizada é diferente. Há uma opinião sobre este assunto no capítulo das “curiosidades”.

O sinal de uma cruz reduzida por cima do D de Diogo Pinheiro, significaria que o nauta se encontrava afectado pela doença?!

BBDO©COPYRIGHT, 2006

Diogo Cão, explorou o Rio Poderoso (Zaire ou Congo) até Ielala, não foi mais adiante pelo facto de ter notícias desoladoras de que o rio era intransponível, das muitas cachoeiras no percurso superior, encontrar uma rota por esta via até ao Índico, estava fora de questão.

PEDRA DE IELALA, com a inscrição deixada por Diogo Cão, c. 1485.

Na foto um oficial da marinha Portuguesa, finais da década de 60, princípios de 70, séc. XX.



O limite de navegabilidade do rio Zaire ficou assinalado com o marco simbólico do ponto a que puderam chegar os navios « do esclarecido Rei Dom João o segundo».

Encontrando-se próximos da residência (M'Banza) do rei do Congo, Manicongo, cerca de 100 Km para sudeste, Diogo Cão, enviou 2 dos 4 negros agora chegados de Portugal, bem vestidos e a falar a língua portuguesa a comunicar a chegada dos portugueses, para uma futura amizade e aliança a encetar com o rei de Portugal.

Esta embaixada teve também como objectivo a recuperação dos 2 emissários anteriormente enviados e que ainda não tinham sido recuperados.

Ficou o monarca do Congo encantado, ao ouvir da boca dos seus súbditos, já um pouco aportuguesados, notícias precisas a respeito dos portugueses. Os recém chegados causaram admiração, respeito e alegria na corte congoleza.

Segundo o cronista Garcia de Resende, o rei do Congo viajou até Nóqui, o qual “hindo polla dita cofta com assaz perigo, e trabalho, foi ter com a dita

armada ao rio de Manicongo”.

BBDO@COPYRIGHT 2006

(Itinerário de M’Manza Congo a Nóqui a tracejado vermelho)

Como exemplo cita-se o trecho seguinte no qual o cronista narra o acontecimento.

“ O qual hindo polla dita cofta com affaz perigo, e trabalho, foy ter com a dita armada ao rio de Manicongo, (...) o qual rio, e terra de Congo he de Portugal mil e fetecentas legoas, onde por fer tão lomge da outra terra de Guiné já defcuberta não fe poderão entender com a gente da terra, e levando muytas lingoas nenhuma entendia, nem fabia aquella lingoagem”.

(Garcia de Resende, Crónica de D. João II e Miscelânea, Lisboa:INCM, 1991, pág. 221)

Deste modo, Diogo Cão não foi à residência do Rei do Congo (Banza Congo-ex - S.Salvador), como quis pretender o cronista João de Barros. Os capitães não se ausentavam dos navios por longos períodos.

Para se encontrar com o Rei do Congo era necessário percorrer de Nóqui até M’Banza Congo, aproximadamente 20 léguas (100 Km), uma caminhada a 5 dias de distância por lugares desconhecidos dos portugueses, e tanto mais os emissários enviados dois anos antes (um dos quais Martim Afonso e outro Fernão Martins?) ainda não tinham regressado da M’ Banza (residência) do rei .

Alguns dias de caminho em assaz perigo e trabalho, foi ele (rei do Congo), Nzinga-a-Kkuvu, ter com a dita armada ao rio do Manicongo, onde os navios se encontravam fundeados (ancorados) perto de Nóqui, lugar de melhores acessos.

Rio Zaire, perto das pedras de lelala

Ofereceu ao rei do Congo um rico tecido de damasco e outros objectos, a mando de D. João II, servindo de intérpretes os negros agora chegados, porque os portugueses não se “ entendiam com a língua da gente da terra “.

O rei por sua vez, ofertou peças de marfim e objectos de arte e peles, como sinal de futura amizade a encetar com o Rei de Portugal.

Deu-se assim, início à duradoura aliança entre os reis do Congo e de Portugal.

Os dois emissários regressaram às caravelas e houve contentamento de todos. Martim Afonso, já conhecedor da língua congoleza trouxe conhecimentos das gentes e das terras da região.

Diogo Cão saiu das cataratas em Novembro de 1485, partido para Sul em busca da passagem para o Índico, dois anos antes Setembro de 1483 estavam convencidos que tinham atingido a proximidade do Promontório Prassum, onde começa o Golfo Arábico!

Passando o cabo do Lobo, e chegando ao cabo Saco, ultimo ponto atingido na viagem anterior, verificaram com muita surpresa, a entrada de uma angra cuja trajectória seguia para Sul.



Baía de Moçâmedes (conhecida por Angra de João de Lisboa)

“Com efeito, enquanto os nautas seguiam em direcção a Sul, em Roma, pelo resultado alcançado por Diogo Cão na viagem anterior (1482-1484), na Oração de Obediência que o Rei D. João II envia ao papa Inocêncio VIII e que é lida pelo embaixador Vasco Fernandes de Lucena em 11 de Dezembro de 1485, afirma, que no ano anterior tinham os portugueses chegado até perto do “ Promontório Prasso”, onde começa o Golfo da Arábico. Tendo feito uma larga exposição dos serviços prestados pelos nautas na expansão da fé cristã, o Dr. Lucena continuou: « A tudo isto acresce a esperança bem fundada de explorar o Golfo Arábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador, dos quais, a dar crédito a experimentados geógrafos, já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem. Efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado até perto do Promontório; foram explorados os rios, praias e todos os portos que desde Lisboa, numa extensão de mais de 45 centenas de milhares de passos, estão enumerados com exactíssima observação do mar, das terras e dos astros (o texto latino destas afirmações ocupa, na 1ª edição da Oração de Obediência – Roma, 1485, as últimas linhas da 10ª página e as primeiras da 11ª)

1486

Iludidos por aquela orientação da costa, ilusão que certamente não foi só sua, seguiu mais adiante.

A 16 de Janeiro de 1486, Diogo Cão e os nautas , dão com um cabo a que chamaram de Cabo Negro, 15º 42´ lat. sul, onde ergueram o Padrão do Cabo Negro, seguida de celebração de missa.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Visão da costa angolana, perto do Cabo Negro, onde foi implantado o Padrão do Cabo Negro

A seguir entram na Angra das Duas Aldeias (Porto Alexandre, actual Tombua), a que foi posto este nome por nela os nautas terem achado duas grandes aldeias de negros, gente pobre que se mantinha de pescarias, única riqueza da terra, “ nesta terra nam há proueyto “ , **nesta terra não há proveito.**



Padrão do Cabo Negro e angra duas aldeias, actual Tombua – Porto Alexandre -Angola



(Padrão do Cabo Negro, Sociedade de Geografia Lisboa),

O Padrão do Cabo Negro, encontra-se em mau estado de conservação, as inscrições são iguais ao Padrão do Cabo (Cape Cross).?, a inscrição nela gravada, está quase completamente destruída.

Os vestígios dessa inscrição estão no fuste e no capitel. Este facto e a feição geral do monumento – o corpo superior do padrão aproxima-o ao Padrão do Cabo da Serra (Cape Cross)

Trecho da costa angolana a Sul da Baía de Moçâmedes (Namibe) à Baía dos Tigres

Porto Alexandre – actual Tombua - Angola

Navegando à vista dum costa baixa e correndo nordeste sudoeste com a Angra das Aldeias, a quinze léguas, os nautas acharam uma enseada, a que deram o nome de Manga das Areias (Baía dos Tigres), e que se estendia por terra a dentro cinco ou seis léguas, com doze a quinze braças de fundo.

A terra continuava sem qualquer espécie de arvoredo, estendendo-se o areal a perder de vista.

BBDO © COPYRIGHT 2006

Os negros miseráveis, que viviam do peixe, aproveitavam as costelas das baleias que davam à costa para com elas construir abrigos cobertos de seba do mar e das próprias areias.

Não era possível encontrar água ou qualquer abastecimento, além do peixe, em que a costa era riquíssima.



Foto Satélite – Costa de Angola – de Porto Alexandre à Baía dos Tigres

A navegação a partir de agora tornava-se difícil, por causa da calema larga que ia quebrar-se contra a costa, tornando cada vez mais penoso o trabalho de bordo.

Prolongando a marcha para sul, passaram sem darem por isso a foz do rio Cunene.

Rio Cunene – Sul de Angola

Depois mais para sul , reconhecem sucessivamente a Ponta Verde e o Golfo das Baleias.

Trecho da costa da Namíbia a Sul do rio Cunene

De seguida, á latitude 21° 47' sul, atingem um cabo, chamado de Cabo do Padrão da Serra, onde ergueram outro padrão, o mais meridional de todos, num sítio que hoje se chama Cape Cross, sinalizando o último ponto e a primeira presença europeia, em terras situado a cerca de 130 Km de Swakopmund de hoje (Namíbia).

Cabo do Padrão da Serra, modernamente Cape Cross - Namíbia

BBDO©COPYRIGHT 2006



Cabo do Padrão, modernamente Cape Cross - Namíbia



Cabo do Padrão da Serra, actual Cape Cross –Namíbia

Depois, ainda percorreram mais 50Km de costa para Sul do Cabo do Padrão da Serra, até à ponta dos Farilhões, Hentiestbaai de hoje e foi aí que a expedição terminou.

O termo exacto da viagem, deve-se a uma legenda de um mapa de 1489 de Martellus, cujo texto sugere que Diogo Cão aí terá morrido. Se assim aconteceu, poderá ter sido essa a razão porque os navios não avançaram mais para sul ?



Padrão do Cabo (Cape Cross) museu do Institut fur Deutsche Geschichte, Berlin-Leste

O Padrão do Cabo é constituído por uma peça do calcário vulgar das pedreiras dos arredores de Lisboa, com a forma de uma coluna sobrepunjada de um cubo.

Numa das faces do cubo encontra-se o escudo nacional português, mas já com as modificações nele introduzidas por D.João II- supressão da Cruz de Avis, redução do número de castelos a sete, modificação da posição dos escudetes laterais, que deixam de ser apontados ao centro, para o serem a baixo como os três restantes.

Há duas inscrições: Uma em latim, outra em português.

BBDO@COPIRIGHT 2006

Foram lidas pelo Prof. Scheppig que comunicou o seu teor a Luciano Cordeiro.

Este publicou-as na sua monografia.

O texto latino é o seguinte:

A mundi creatione fluxerunt ani 6684 et a Christi nativitate 1485 quum excelentissimus serenissimusque Rex d. Johanes secundus portugaliae per iacobum canum ejes militem colunam hic situari jussit

O Texto português é o seguinte:

Era da criação do mundo de bjm bjc lxxxx e de xpto de Illclxxxx o eycelente esclarecido Rei dom J^o s.^o de Portugal mandou descobrir esta terra e poer este padram por d^o cão cav^o de sua casa.

Correntemente:

“Era da criação do mundo de 6685 e de Cristo 1485 o excelente esclarecido Rei D. João II de Portugal mandou descobrir esta terra e pôr este padrão por Diogo Cão cavaleiro de sua casa”.

Da inscrição em latim, o Professor Scheppig teve dúvidas, quanto ao último algarismo do ano da era cristã, em virtude de estar muito mal conservado, podendo ser 4 ou 5

Luciano cordeiro entendeu que “ esse algarismo embora parecido aos que têm evidentemente o valor de 4..., deve considerar-se como uma das variantes que até ao séc. XV se encontram na maneira de escrever o algarismo 5 “. E estabelecendo a relação entre datas da criação do mundo e do N. de Cristo achou:

$$6\ 684 - 5\ 199 = 1485$$

Partindo deste cálculo considerou errada a data 6 685, da era da criação, que se encontra na inscrição em português.

Ravenstein, estudando novamente este assunto “ The voyages of Diogo Cão and Bartolomeu Dias, no Geographical Journal de Dezembro de 199 (Vol. XVI, pág. 625- 665” , considera errada a data da inscrição latina, 6684, estabelecendo as datas 6685 e 1485 da inscrição em Português – as quais de facto, coincidem desde 1 de Setembro a 31 de Dezembro – e conclui que só dentro deste lapso de tempo teria Diogo Cão partido : “ Como a ano 6685 da era Eusebiana começa a 1 de Setembro de 1485, Cão deve ter partido depois deste dia e antes do fim do ano”...

Uma análise da inscrição latina e portuguesa do Padrão do Cabo do Padrão:

O ano de 6684, pelo cômputo da era Eusebiana começou no dia 1 de Setembro de 1484 e terminou em 31 de Agosto de 1485.

Ao analisar-se as inscrições em latim como em português no padrão, elas correspondem ao que o Prof. Scheppig comunicou a Luciano Cordeiro, isto é, na inscrição latina a criação do mundo é o ano de 6684, e a era cristã o ano é 1485.

Na inscrição portuguesa a criação do mundo é o ano de 6685 e era cristã, o ano de 1485.

Porque razão o ano da criação do mundo, tanto da inscrição latina como da inscrição portuguesa não coincidem?!...

De facto a inscrição latina foi efectuada ou gravada antes do dia 31 de Agosto de 1485 ou mesmo nesse dia, o que coincide com o ano de 6684 da criação do mundo.

Na inscrição portuguesa, o ano da criação do mundo é 6685, pelo motivo desta inscrição ter sido gravada após o dia 01 de Setembro de 1485, ou mesmo nesse dia.

Embora, o ano da criação do mundo, não sejam coincidentes, tanto numa como noutra inscrição, o que é certo, é que o ano da era cristã da inscrição latina 1485? é mesmo o ano de 1485, o que valida igualmente o ano da era cristã da inscrição portuguesa, que se encontra bem legível 1485.

Dá-se assim crédito ao ano de 1485, por motivo de D. João II ter decretado a modificação do escudo, a partir de Março.

Assim sendo, a 2ª viagem de Diogo Cão, teve início após o dia 1 de Setembro de 1485 e antes do fim do ano (conclusão de Ravenstein), que se aceita como correcta.

Em 1884 a Namíbia foi proclamada por Bismarck, protectorado da Alemanha, após o fim da 1ª guerra (1914-1918), passou a ser um protectorado da África do Sul.

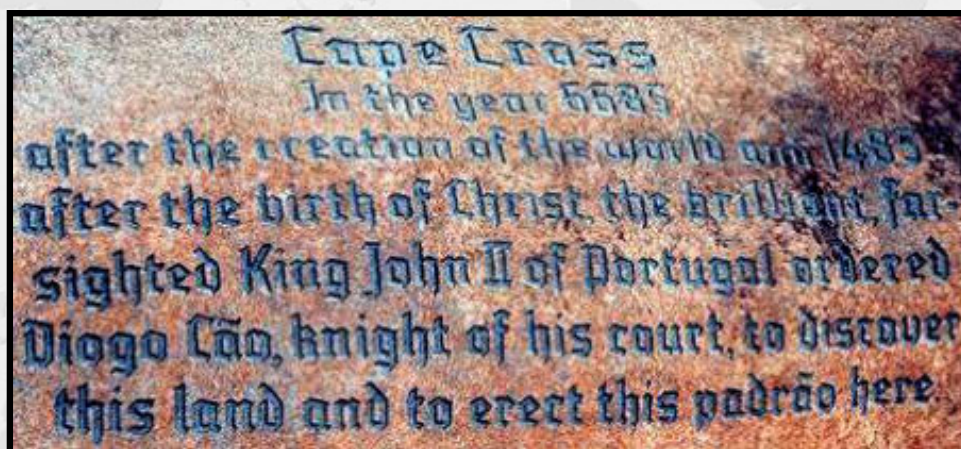
No tempo da Alemanha de Bismarck, em 1893, Beder, comandante do cruzador alemão Falte, recolheu num cabo que algumas cartas antigas chamam Cabo do Padrão, e modernamente tem o nome de Cape Cross, um padrão que levou para a Alemanha.

Encontra-se no museu do Institut fur Deutsche Geschichte, Berlim-Leste, sendo o único de todos os Padrões de Diogo Cão que conserva a cruz como cimeira original.

A cruz de pedra que o descobridor português colocou na actual (Costa do Esqueleto) em 1486, foi assim no final do século 19 retirada para Berlim, pela então potência colonial, a Alemanha, e mais tarde substituída por uma imitação (réplica).



Réplica do Padrão do Cabo da Serra em Cape Cross Namíbia



Uma lápide comemorativa em (Português, Alemão e Inglês),
junto à réplica do Padrão em Cape Cross

Em 1998, o governo da Namíbia (Sudoeste Africano), pediu às autoridades alemãs a devolução do padrão erigido há 512 anos, no litoral daquele país africano por Diogo Cão, para poder exibi-lo na Expo-98, em Lisboa, o que nunca chegou a concretizar-se.

Em plena Costa dos Esqueletos, no local que hoje a cartografia refere como **Cape Cross**, surge uma réplica do padrão que ali foi deixado em 1486 por Diogo Cão, o primeiro navegador europeu a chegar à Namíbia e atingir as proximidades do Trópico de Capricórnio (23º e 27' Lat. Sul).

Para o visitante, será difícil de imaginar a reacção da armada de Diogo Cão ao encontrar uma colónia de focas que chega a reunir cerca de 100 mil animais.

Photo goes here ???????

Foto satélite – A costa desértica da Namíbia – Deserto do Calaári. Seta a tracejado deserto de Moçâmedes a vermelho Cape Cross

A costa da Namíbia é uma terra inóspita que se esparrama por 1600 Km ao longo da sudoeste da África. O mar de dunas, a névoa desorientadora, a falta de água, os horizontes intermináveis e os leões estão sempre à espera de uma presa indefesa.

O deserto da Namíbia ocupa uma faixa litorânea que chega até 50 Km de largura, depois surge uma vasta região semi-árida e montanhosa, igualmente remota e hostil.

É um dos desertos mais antigos do mundo. Há 80 milhões de anos, a areia vem sendo pacientemente depositada ao longo da costa.

Quase toda a areia da Namíbia vem do mar, carregada pelo aluvião do Rio Orange, ao sul, até o Oceano Atlântica, e daí levada pela corrente marítima e pelo vento até ao litoral da Namíbia.

O resultado deste longo trabalho é um interminável manto de dunas que se debruça sobre as águas frias do Atlântico e redesenha o mapa da Costa do Esqueleto a cada dia.

Praias, baías e ilhas que os navegadores portugueses mapearam já não existem mais. Algumas das dunas chegam até 300 metros de altura. São, pelo que se diz, as mais altas do mundo.

Isso tudo seriam belas praias tropicais se chovesse mais do que os 15 milímetros por ano que gotejam sobre a Costa do Esqueleto (a precipitação anual da Amazônia é de 2500 milímetros por ano).

No lugar da chuva, quem dá as caras por ali é uma névoa espessa que, toda manhã, invade o deserto e se alastra por até 50 Km sobre o continente. Obra do singular encontro da fria Corrente de Benguela com o ar quente do deserto, a névoa, em seu caminho, vai se depositando nas poucas espécies de plantas que vivem no deserto.

Plantas essas que servem de alimento a animais como elefantes, girafas e antílopes. É assim que a vida se sustenta no Namibe.

BBDO © COPYRIGHT 2006

Uma das plantas vem se alimentando dessa forma há milhares de anos. É a *Welwitschia mirabilis*, apelidada por Charles Darwin de “ornitorrinco do reino vegetal”. A planta, endêmica do Namib, é um milagre da evolução. Só com a névoa matinal, cada exemplar pode viver cerca de 2 mil anos. Por causa da sua estranha forma – apenas duas folhas rígidas e fibrosas acopladas a um caule grosso e achatado – os botânicos consideram a *Welwitschia* uma espécie de árvora anã.



Welwitschia mirabilis do deserto do Calaári - Namíbia

Outra planta que sobrevive bem às duras condições do deserto é o melão ! nara (o ponto de exclamação significa um estalido com a língua no idioma falado pela tribo nama). Com sua raiz de 40 metros de profundidade, a planta tira do lençol freático toda a água de que precisa para viver.

Névoa pode ser bom para insectos e plantas, mas para quem está disposto a tentar escapar das armadilhas do deserto pode ser o fim.

Imaginemos alguém perdido no meio de uma névoa costeira que não lhe permite ver um palmo adiante e que, para piorar, vem acompanhada pelo ronco gelado do vento sodoeste que sopra sobre as dunas.

Agora imagine-se como seria para os antigos navegantes enfrentar um mar revoltado repleto de recifes e bancos de areia- e no meio da neblina. É fácil supor por que a Costa do Esqueleto era considerada um dos litorais mais traiçoeiros do planeta.

O litoral inteiro da Namíbia está tomado pelo deserto. Não se espere encontrar a foz de um rio derramando água fresca e farta sobre o oceano. O litoral da Namíbia tem apenas dois rios perenes: O Cunene, ao norte que faz fronteira com Angola, e o Orange, ao sul, que delimita a divisa com a África do Sul.

Entre ambos, só o deserto e o seu punhado de rios sazonais. O que já basta. Os especialistas chamam a esses rios de “oásis lineares”, responsáveis por abrigar quase toda a vida do Namib.

Também aparecem leões, vieram do semi-árido, caminhando lentamente pelo leito dos rios até chegar à costa.

E, como a vida animal não é tão abundante como a da savana, tiveram de se adaptar ao cardápio disponível. E acabaram descobrindo uma nova fonte de alimento nas focas e nas baleias encalhadas que ocupam as praias da costa do Esqueleto. Refeição que eles compartilham com hienas e chacais, Ali em Cape Cross os leões vão à praia.

Defendida por um mar turbulento que atira qualquer barco contra a costa, tem sido ao longo dos séculos cenário de vários naufrágios, que hoje são recordados pelos muitos restos de navios que surgem presos nas armadilhas da areia da praia.

É a presença destes destroços que dá origem ao nome desta longa linha de areia que se estende até Angola : Costa dos Esqueletos.

Mais a sul fica a serra Parda, (22º 10' S)e foi a aí que a expedição terminou, depois de ter atingido a ponta dos farilhões.

O MAPA DE HENRICUS MARTELLUS GERMANUS 1489

É a seguinte a legenda da carta de Henricus Martellus, de 1489, da qual consta que Diogo Cão, tendo colocado um padrão no Monte Negro (o actual Cabo Negro) seguiu avante mais mil milhas, até à Serra Parda e ali morreu:

“ ad hunc usquemontem qui vocatur niger pervenit classis secudi regis portugalie cujus classis prefectus erat diegus canus qui in memoriam rei erexit colunam marmoreã cum crucis in signe et ultra processit usque ad Serram Pardam que distat ab môte nigro mille miliaria et hic moritur”.

Correntemente:

“ Até este monte que se chama Negro chegou a armada do rei de Portugal [João) segundo, da qual armada era comandante Diogo Cão, que erigiu uma coluna de mármore com o sinal da cruz e seguiu avante até à Serra Parda, que dista do Monte Negro mil milhas e aqui morre “.

Esta interpretação tem a seu favor certas afirmações contidas num parecer de peritos espanhóis apresentada na conferência luso-espanhola de 1524, reunida em Badajoz « Diogo Can em outro viagem desel dicho Monte Negro pasó á Sierra Parda, donde muerio » Publicado por Navarrete (Coleccion de los viajes Y descubrimientos, tomo IV, pág. 343 a 355).

Mas outros aceitaram a leitura, segundo a qual a frase quereria dizer que aí acabava a serra.

O conhecimento de um mapa do cartógrafo veneziano Pietro Coppo, datado de 1520, terá resolvido a questão ?!: aí está escrito “reversus est in regno”, aludindo ao navegador, que assim voltou ao reino mas do qual nunca mais houve notícia.

Pietro Coppo, terá mesmo resolvido a questão? Se Diogo Cão voltou ao

reino, porque motivo desaparecem todas as menções oficiais do navegador?
BBDOOCOPYRIGHT 2006
e como soube que voltou ao reino, uma vez que nessa data (1520), já se tinha
passado 34 anos após a última viagem.



Deserto da Namíbia – Calaári

Globo terrestre de Martin Behaim (Martinho da Boémia), 1492

Museu Nacional da Alemanha, Nuremberga

A CONFIDENCIALIDADE NO REINADO DE D. JOÃO II

O reinado de D. João II (1481 -1495), no que diz respeito às viagens de exploração efectuadas ao longo da costa ocidental de África para lá do paralelo 2 a Sul do Equador, revela-se muito sóbrio de fontes históricas, perseverando-se pleno de posições ocultas.

Armas do rei de Portugal. Vigoraram a partir do reinado de D. João II (1481-1495), com algumas alterações durante o período filipino (1580 -1640). Iluminura extraída do Livro de Armas, da autoria de João de Cros (1509), que se encontra no Arquivo Nacional de Torre de Tombo.



Há uma espécie de mistério sobre os acontecimentos náuticos dessa época e, a isso não são estranhas as controvérsias políticas do reinado e a necessidade de ocultar os conhecimentos portugueses a olhares cobiçosos de estrangeiros.

As delicadas relações com os reis de Espanha (os reis católicos Isabel e Fernando de Aragão) concorreram para algumas das tramas que, nos estudos posteriores, resultaram em grandes dificuldades de interpretação dos factos.

Poucos anos após a morte do soberano, João de Barros confundia os acontecimentos, descrevendo-os com pouca regra e com erros significativos.

As "descobertas marítimas" — sobretudo depois de 1481 — envolviam projectos ambiciosos que, a concretizarem-se, podiam representar uma vantagem significativa dos portugueses no contexto das nações europeias daquela época.

É natural que o rei português tentasse escondê-las de observações indiscretas, sendo de admitir haverem causas que assumiam proporções de confidencialidade - segredo de estado, tal como aconteceu e acontece com muitas das descobertas científicas do século XX.

Esta é, seguramente, uma das possibilidades de interpretação da falta de documentos acerca das viagens efectuadas no tempo de D. João II, embora não sejam de pôr de parte as hipóteses que responsabilizam os problemas políticos ocorridos com algumas das mais importantes casas nobres de Portugal ou ainda outras causas que escapam à nossa observação actual.

Às situações para que se procurem causa determinantes, normalmente são fruto de um conjunto de circunstâncias que determinam uma conjuntura.

A escassez de documentos sobre as explorações marítimas do reinado do Príncipe Perfeito, são fruto de várias causas.

As viagens de Diogo Cão estiveram assim envolvidas durante 400 anos em mistério, e ainda hoje se especula sobre as viagens que fez, as circunstâncias da sua morte, a votação ao ostracismo pelo Rei D. João II e o desaparecimento dos roteiros de bordo.

Nos finais do séc. XIX, o epigrafista, Luciano Cordeiro, iniciou um estudo muito detalhado dos padrões que acima se refere, elaborando uma monografia, (Sociedade de Geografia), das viagens que Diogo Cão efectuou ao Sul do Equador.

É a partir da referida (monografia) que se iniciou o conhecimento das datas em que ocorreram a 1ª e a 2ª expedições (viagens) ao longo da costa, para além do paralelo 2º a sul do Equador, abrangendo os actuais territórios do Gabão, Congo Brazaville, Congo Zaire, Angola e Namíbia.

Viagens, datas e duração.

Nos finais do séc. XV, os mais importantes navegadores ao serviço da coroa portuguesa

foram: Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral e os Cortes Reais.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Naquele tempo, (1482 a 1497), os portugueses partiram do Tejo (Portugal) em demanda do mar ao sul do Equador em plena estação estival (Verão).

Dias, partiu em Agosto 1487.

Vasco da Gama partiu para a Índia, em 08 de Julho de 1497.

A excepção foi Pedro Álvares Cabral, que em 09 de Março de 1500, zarpou com 13 caravelas, a caminho da Índia.

A antecipação da viagem teve como consequência evitar as monções do oceano Índico, atrasavam a navegação. Vasco da Gama foi prudente em avisar Cabral.

Por analogia, Diogo Cão nas duas viagens que efectuou para sul do Equador (1482) e (1485) , percorrendo a costa ocidental de África, saiu do Tejo em plena estação do verão.

Acontece que, sendo verão no hemisfério norte, é inverno no hemisfério sul e vice-versa.

À medida que as caravelas iam sulcando as águas do hemisfério a sul do Equador, o bom tempo já se fazia sentir.

Navegar com bom tempo e vento de feição eram as condições ideais para o sucesso do empreendimento.

É humanamente impossível nas circunstâncias em que decorreram as viagens, e o espaço de tempo, em que foram efectuadas ter Diogo Cão realizado, três viagens (meados de 1482 a finais de 1486 ou princípios de 1487).

Os padrões de Diogo Cão colocados na costa de Angola e Namíbia resumem-se a quatro:

“Diogo Cão colocou ao longo do litoral angolano 3 (três) padrões e 1 (um) no actual Cape Cross - Namíbia (antigo Sudoeste Africano)”.

(I) “O padrão conhecido de S. Jorge foi erigido junto à foz da margem esquerda do Rio Zaire ou Congo - Angola, num local conhecido por Moita Seca (Ponta do Padrão), latitude 6° 2' 60" Sul”.

(II) “O Padrão de Stº Agostinho foi erigido no Cabo do Lobo, depois chamado de Cabo de Stª Maria a sul de Benguela -Angola, à Lat. 13° 25' sul”.

(III) “O Padrão do Cabo Negro, erigido a norte da Baía de Porto Alexandre, actual Tombua-Angola, à latitude de 15º 42' Sul”.

(IV) “E por último o Padrão do Cabo da Serra erigido no actual Cape Cross - Namíbia, à latitude de 21º 47' sul”.

“Deste modo, os dois primeiros erigidos na 1ª viagem (1482-1484) Os dois últimos erigidos na 2ª viagem (1485-86-87)”.

As inscrições dos Padrões da 1ª Viagem (1482 -1484)

- **Padrão de S. Jorge**

Pouco ou nada há a dizer. Este padrão (parte superior) encontra-se perdido nas águas do Rio Zaire. Alguns fragmentos estão na Sociedade de Geografia em Lisboa.

Assim, relativamente às inscrições do Padrão de S. Jorge, desconhece-se o teor das inscrições.

Acresce o facto de Diogo Cão ter escolhido para o brasão de armas os dois padrões que ergueu (S. Jorge e S. Agostinho), o primeiro dos quais na ponta da margem esquerda do rio Zaire, moita seca e o segundo no cabo do Lobo (cabo de Stª. Maria - Angola).

No brasão das armas de Diogo Cão, verificar-se a semelhança dos dois padrões.

Assim sendo, as inscrições efectuadas no Padrão S. Jorge eram idênticas ao do Padrão de Stº. Agostinho?

- **Padrão de Stº Agostinho**

Muito bem conservado, na Sociedade de Geografia em Lisboa refere apenas uma inscrição em português daquele tempo e menciona duas eras:

A da criação do mundo: 6681

A de Nosso Sr. Jesus Cristo: 1482

O ano 6681, da criação do mundo, (era Eusebiana) vai de 01 de Setembro de 1481 a 31 de Agosto de 1482.

O ano de 1482, de Nosso Sr. Jesus Cristo, (era actual), marca o anos já decorridos do nascimento de N.S. Jesus Cristo.

Como se vê a inscrição efectuada no padrão, (feita em Portugal), antes das caravelas partirem, foi talhada no ano de 1482.

Os portugueses partiram do Tejo nesse ano (1482), antes ou mesmo no dia 31 de Agosto, após o começo do solestício (21 de Junho), em plena estação de Verão.

Diogo Cão partiu em Julho ou Agosto de 1482, como aconteceu mais tarde com Bartolomeu Dias (Agosto de 1487) e Vasco da Gama (08 de Julho de 1497).

A duração da 1ª viagem foi de 20 meses aproximadamente, 1 ano e 8 meses, saída em (Julho/ Agosto de 1482) e chegada a Portugal em princípios de Abril de 1484.

As inscrições dos Padrões da 2ª viagem (1485 -1486/87)

- **O Padrão do Cabo Negro**

Pouco ou nada a acrescentar, encontra-se na Sociedade de Geografia em Lisboa.

Este Padrão está em mau estado de conservação.

O Padrão do Cabo Negro apresenta semelhanças com Padrão do Cabo da Serra, tendo em conta a estrutura e a altura do Padrão, bem como alguns caracteres indecifráveis no fuste.

O Padrão do Cabo da Serra

O melhor conservado de todos os padrões, encontra-se em Berlim Alemanha , encimado com a cruz de Cristo original, refere duas inscrições uma em latim e outra em português, abordam o capitel e o fuste do padrão:

Tanto na inscrição em latim como em Português refere duas datas: A da criação do mundo e a de N° Sr° Jesus Cristo

Na inscrição em latim duas datas – 6684 e 1485

Na inscrição em português duas datas – 6685 e 1485

Porque razão as datas da criação do mundo (inscrites em latim e em português) não são coincidentes!?.

As inscrições em latim e em português foram efectuadas em momentos diferentes.

A inscrição latina gravada até 31 de Agosto de 1485 e a inscrição em português depois daquela data.

Eis os motivos porque as datas não são coincidentes.?!

Compreende-se que Diogo Cão tenha saído do Tejo nesta segunda viagem, o mais tardar a meados de Setembro de 1485, logo a seguir à conclusão das inscrições dos padrões (Revainstain refere-se a este assunto).

O cronista João de Barros (Décadas da Ásia) diz:

“...Diogo Cão, no retorno da segunda viagem subiu o Rio Zaire e foi visitar o Rei do Congo, dando a entender que o navegador regressou ao reino”

Estas afirmações à luz dos factos conhecidos, não correspondem à verdade:

1º - João de Barros nasceu em 1496, algumas fontes históricas das viagens de Diogo Cão, relatadas em “Décadas da Ásia”, encontram-se destorcidas. Barros, inicia a descrição dos acontecimentos, trinta anos depois.

2º - Diogo Cão visitou o Manicongo, isso é certo, mas não esteve na M'Banza (residência) do Rei do Congo e muito menos já no regresso da 2ª viagem.

3º - Segundo Garcia de Resende, (contemporâneo de Diogo Cão), o Manicongo, ou rei do Congo, deslocou-se ao Rio Zaire, ao encontro do navegador e nautas para confraternizar, onde as caravelas se encontravam, quando os navios acabavam de chegar de Portugal.

4º - Aconteceu, logo que chegaram ao Zaire, nesta 2ª viagem, subiram o rio até onde é navegável, (160 Km da foz), imediações da actual cidade de Nóqui – Angola.

5º - Devido à preocupação de encontrar o mais rapidamente possível, os emissários portugueses, (não sabiam se estavam mortos ou cativos), dois anos antes foram enviados à residência do rei do Congo (Maio/Junho de 1483).

6º - O mapa veneziano do frade Fra Mauro, indica em destaque, um grande canal de ligação (oceano Atlântico até Quilóa no oceano Índico). O canal só podia ser o rio onde se encontravam.

7º - Era mais fácil transpor o rio e seguir em frente, do que dar a volta pelo sul onde já tinham chegado (Baía de Moçâmedes), e que suspeitaram (Setembro de 1483) ser o extremo sul do continente africano.

8º - Diogo Cão levava a bordo os negros que prometera devolver, dentro de 15 luas, ou 15

meses, ao Reino do Congo (promessa feita ao Manisoyo residente em M'Pinda quando zarrou com eles no regresso da 1ª viagem), pelo cômputo da contagem do tempo, os nautas estavam atrasados.

9º - Assim sendo, é evidente ter Diogo Cão subido o rio Zaire logo à chegada, vindo de Portugal, do que tê-lo feito no regresso desta viagem. O navegador trazia ordens urgentes e bem definidas de D. João II, para se encontrar com o imperador daquelas terras para se tornar um forte aliado de Portugal.

Pelo exposto, as afirmações de João de Barros, contradizem a realidade, Diogo Cão não estivera com o Manicongo no regresso da 2ª viagem.

Nessa visita ao Manicongo, Diogo Cão e os nautas andaram à procura de uma saída a montante, e deram com as cataratas de lelala, (termo da navegabilidade do rio Zaire).

Nuns rochedos próximos gravaram as armas de Portugal, assinalando a presença dos portugueses para a posteridade. (O escudo, os castelos, as quinas gravadas revelam serem posteriores à reforma decretada por D. João II -Março de 1485).

As perigosas cachoeiras perto das cataratas, puseram de parte as aspirações de Diogo Cão. (A rota até Quiloa, no oceano Índico, pelo rio estava fora de questão). Era natural que o canal do Mapa de Fra Mauro correspondesse à verdade?1

Desceram o rio até à foz. Depois rumaram para sul até às imediações do Promontório Prasso onde começa o golfo arábico do Mapa de Fra Mauro. (Oração de Obediência), onde anteriormente tinham chegado (Setembro de 1483),

Depois daquele cabo (actual cabo saco do Giraul), acabavam de entrar numa larga baía a perder-se de vista (Baía de Moçamedes), cujo limite indicava a direcção do Sul.

Apreensivos, pelo inesperado, contornaram a baía e seguiram para sul até atingirem o paralelo 22º 10' , onde a viagem terminou, percorrendo mais de mil milhas náuticas por uma costa totalmente deserta e sem rios à vista.

Desconhecem-se as razões porque ali terminara, porém suspeita-se de qualquer fatalidade.

Diogo Cão, teria morrido (a célebre legenda do mapa de Henricus Martellus Germanus afirma ... por alturas da serra Parda o navegador aqui morre), ou se embrenhou por terra a dentro e nunca mais aparecera.?! (notícias dos sobreviventes).

A costa por onde navegavam também não oferecia quaisquer hipóteses de sobrevivência (falta de água, víveres).

Bartolomeu Dias, passando junto àquela costa em finais de 1487 a caminho do extremo sul de África, ia bem provido de mantimentos.

Da naveta transferiu os alimentos para as caravelas e deixou-a ficar com 9 homens na angra das duas aldeias, actual Porto Alexandre (Tômbua).

Dias, foi avisado pelos sobreviventes da expedição de Diogo Cão que a partir dali as tarefas a bordo, dia a dia tornar-se-iam cada vez mais penosas.

Desconhece-se, a data da chegada dos sobreviventes ao reino.

o entanto há uma certeza, os sobreviventes desta viagem chegaram a Portugal, antes de Bartolomeu Dias partir, (Agosto de 1487) na aventura da descoberta do extremo sul do continente africano.

Esta afirmação tem a seu favor, João de Santiago que foi o piloto da naveta de mantimentos da armada de Dias.

O nome de João de Santiago, está registado nos rochedos de Ielala, fez parte da 2ª expedição de Diogo Cão.

Conclui-se então, terem os sobreviventes da 2ª viagem de Diogo Cão, chegado ao reino antes de Bartolomeu Dias partir em Agosto de 1487, para a arrojada missão de encontrar a passagem para o oceano Índico.

À semelhança da 1ª viagem, (duração máxima de 20 meses), a 2ª viagem de Diogo não foi além daquele tempo. Iniciada em Setembro de 1485, terminou o mais tardar em Abril ou Maio de 1487.

Notícias e circunstâncias da morte do Navegador

Em tempos circularam boatos (finais do séc. XIX), de que em Vila Real de Trás os Montes existia o túmulo de Diogo Cão.

O Padre Ruela Pombo afirmou: «Na hoje cidade de Vila Real de Trás os Montes na igreja de São Domingos (Sé Catedral) existe o túmulo que guarda os restos mortais do grande navegador Diogo Cão».

Na revista Diogo Cão 1ª série (1931 – 1932), pág. 196, o P. Ruela Pombo refere o seguinte:

« Diogo Cão..... jaz em Vila Real , na igreja de São Domingos, onde o seu sarcófago simples está exposto na arcadura da nave do lado do Evangelho ».

Esta notícia foi mais tarde divulgada, por Gastão de Sousa Dias.

Ainda hoje há a convicção de que o navegador não morreu no termo da segunda viagem, e muitas pessoas acreditam ter Diogo Cão regressado dessa viagem.

De facto, na igreja de S. Domingos, a meio da nave do Evangelho, existe um túmulo embutido na parede sob um ornamentado arco, e uma inscrição de três linhas, duas na face do tampo e a terceira no rebordo, achando-se esta última muito mal conservada.

O túmulo pertence à família Taveira de Magalhães. A letra da inscrição – alemã minúscula – corresponde ao tempo de Diogo Cão?

O sarcófago (túmulo) é de Pero Domingues, do qual se transcreve a incrição:

**ESTA OBRA MÃDOU FAZER D Aº E SUA MULHER BRÃCA DYZ E JAZ SEU FILHO PERO DIZ
QUE D(e)US AJAO**

Assim sendo, o túmulo em questão não veio resolver o debatido problema sobre a morte de Diogo Cão.

Sé Catedral de S. Domingos em Vila Real de Trás-os-Montes - Portugal

Túmulo de Pêro Domingues. Segundo a lenda pertence a Diogo Cão

A completa obscuridade que envolve a personalidade de Diogo Cão desde a sua última viagem, continua assim por resolver?

Se voltou ao reino, onde se encontra o seu túmulo?!

Ou D. João II, fez desaparecer todas as menções do navegador, por causa de uma hipotética errada informação?

Não existem provas que corroborem o esclarecimento desse procedimento, por parte do monarca português.

Há ainda a informação de Therese Schedel –autora do livro “ O Mosteiro e a Coroa “, sobre o mistério que rodeia o roteiro de Diogo Cão.

Entrevistada em 1999 refere:

BBDO@COPYRIGHT 2006

«..a não existência dum roteiro de Diogo Cão tem sido um mistério apaixonante».

«...O navegador desapareceu durante a sua segunda viagem».

«...Os tripulantes que regressaram a Portugal contaram que Diogo Cão se tinha embrenhado terra adentro e nunca mais aparecera».

“Muito possivelmente, talvez tivesse sido devorado por um tigre, quem sabe “.

“Ora o que decerto não aconteceu foi o capitão levar nesse passeio fatal o roteiro debaixo do braço”.

“..O roteiro era um caderno no qual os capitães e pilotos anotavam dados referentes à navegação, era um diário de bordo. E regressado a Portugal. O que, aparentemente, não sucedeu. Ou regressou e desapareceu depois de ter regressado? Eis o mistério”.

As viúvas dos tripulantes desaparecidos no mar e além fronteiras recolhiam com frequência aos mosteiros e conventos existentes em Portugal? Anotavam os motivos pela opção da clausura? A entrevistada recolheu as informações em alguma biblioteca do mosteiro ou convento? Eis a dúvida.

Votação ao ostracismo por el- Rei D. João II?

Depois da segunda viagem (1486/1487) o nome de Diogo Cão desaparece da cena dos descobrimentos, não existem referências oficiais ao navegador, circunstância que induziu os historiadores modernos a procurar uma explicação para este facto tão insólito.

Não há dúvidas que a Oratio de Obediencia, criou a ideia dos nautas se terem aproximado do promontório Prasso, onde começa o golfo arábico, do Mapa de Fra Mauro.

Com base na "Oratio de Obedientia", pronunciada por Vasco Fernandes de Lucena, durante a coroação do papa Inocêncio VIII, foi elaborada a teoria de que Diogo Cão se tinha aproximado do Promontório Prasso, onde começa o Golfo Árábico. (Mapa de Fra Mauro).

Chegado à angra de Moçâmedes, Diogo Cão verificou nesta segunda viagem JAN1486, o equívoco (engano). Acabavam de entrar numa larga angra a perder-se de vista, cujo limite da costa se estendia para sul.

BBDO@COPYR

Depois desta angra disseram “ reconhecemos a costa ainda mais mil milhas para sul e não verificamos qualquer sinal da navegação para oriente ou norte”, o que faz supor caso exista tal passagem, ela existir muito mais para sul ao ponto onde chegamos Cabo da Serra lat. 22º 10’ Sul “.

Ouvidas estas explicações, o Rei e os cosmógrafos do reino, ficaram surpreendidos?

Havia a certeza, de que na 1ª expedição, os portugueses se aproximaram do Promontório Prasso, já que a navegação termina num ponto onde a linha da costa (Mapa de Soligo) seguia a direcção do Norte.



O mapa mundi de Fra Mauro. Seta a tracejado o grande canal (Ligação do oceano Atlântico ao Índico). Seta a vermelho o Promontório Prasso

Atingindo, nesta 2ª viagem, o ponto antes reconhecido – O Falso Promontório Prasso- o actual Cabo Saco na Baía de Moçâmedes, o navegador devia ter suposto achar-se ante um mar aberto e portanto no fim de África(Cf. Fontoura da Costa – às portas da Índia em 1483, págs, 41-50), os nautas verificaram a perder de vista, o início de uma larga angra (João de Lisboa) , cujo alargamento se dirigia para sul.

È impossível imaginar a surpresa (desilusão) dos marinheiros.

Diogo Cão ultrapassa esse ponto e empurrará para além do paralelo 22 um reconhecimento desesperado.

A costa africana, a partir dali, apresenta para o visitante, apenas perfis áridos e estende-se para Sul sem parar.

A ilusão que os nautas tiveram dois anos antes (Setembro 1483), deveu-se aos seguintes factos:

- O ponto de convergência dos dois oceanos (Atlântico e Indico) é visível, no grande mapa-múndi executado em 1459 pelo monge veneziano Mauro, a pedido de D. Afonso V. ,situa-se a 15º de latitude sul, muito mais a norte do que na realidade.

- Devido ao mau tempo que nessa altura do ano ali se fazia e faz sentir (Bruma/ névoa ou nevoeiro cerrado), os nautas não obtiveram a necessária visão da baía.

A notícia, divulgada por Vasco Fernandes de Lucena (sem porém, indicar o nome do capitão), e que depois se revelou errada, teria causado a desilusão do monarca, e o conseqüente desaparecimento de Diogo Cão da cena dos descobrimentos?

Compreende-se a desilusão do rei D. João II, ele que tanta confiança depositara em Diogo Cão.

Não é menos verdade que o monarca, perante o equívoco, ostracizasse o célebre navegador da cena dos descobrimentos.

O desaparecimento de Diogo Cão, deve-se exclusivamente ao facto de não ter regressado da 2ª viagem.

É imperioso ter em conta a legenda do "Insulário", de Henricus Martellus, e também uma

afirmação contida nos pareceres da Junta de Badajoz, em que menciona o falecimento de Diogo Cão na região da serra Parda.

Com efeito, é mais plausível considerar o desaparecimento do navegador da cena dos descobrimentos, como devida à sua morte por terras africanas, depois da viagem iniciada em Setembro de 1485, do que como consequência da vingança do rei D. João II por causa de uma hipotética errada informação.

Assim sendo, a votação ao ostracismo do célebre navegador, como preferem vários autores, não tem qualquer sentido.

O facto do navegador ter desaparecido de cena, é sustentada, apoiada e consubstanciada pela política de Segredo de Estado - confidencialidade, do reinado de D. João II.

Desaparecimento dos roteiros de bordo

-----stop here-----

O rei não fizera o recebimento nos Paços de Alcáçova, em Lisboa, dos sobreviventes agora chegados, como desejava, a peste ainda matava na capital e não podia correr riscos e, ali no Alentejo, embora as casas fossem menos imponentes, o ar era mais saudável.

Recebeu no Paço real o capitão substituto de Diogo Cão, Pero Anes, que detalhadamente descreveu os acontecimentos.

Embora consternado, não demonstrou qualquer atitude de desagrado.

Ouviu-o atentamente e o seu pensamento logo se virou para Bartolomeu Dias de Novais, peça fundamental de uma próxima exploração.

Como o objectivo ainda não fora cumprido, a tão desejada ligação dos dois oceanos (Atlântico e Índico), contornando a África pelo extremo Sul e contactar o reino cristão do Preste João situado algures na Etiópia, para uma futura base na luta contra os inimigos da Fé Cristã, haveria que dar continuidade à exploração da costa até que o mesmo fosse definitivamente alcançado.

Apesar das vicissitudes, a “Oração de obediência ao Papa Alexandre VII”, proferida por Vasco Fernandes de Lucena (11 de Dezembro de 1485), em Roma, continuaria de pé. A frase chave utilizada por D. João II “...mais vale torcer do que ceder...”

Os serviços de espionagem dos reinos da Europa gozavam de uma certa autonomia. Espalhados por terras lusas, procuravam a todo o custo informações preciosas das descobertas portuguesas.

João II, conhecedor desta saga de espões, não se deixava atormentar.

Rui Pina refere «...Foi príncipe mui justo e mui amigo de justiça e nas execuções dela mais rigoroso e severo que piedoso, porque, sem alguma excepção de pessoas de baixa e alta condições, foi dela mui inteiro executor, cuja vara e leis nunca tirou de sua própria seda, para assentar nela sua vontade nem apetites, porque as leis que a seus vassallos condenavam nunca quis que a si mesmo absolvessem.»

Gravuras de D. João II, rei de Portugal (1481 – 1495)

Dizia o Rei D. João II:

“ ... lembrai-vos de que o nosso embaixador Vasco Fernandes de Lucena o afirmou em público, no ano passado, em Roma, diante do Papa Inocêncio VIII. Se Diogo Cão errou e não encontrou a passagem, vamos ser motivo de zombaria para toda a Europa.

E saía, de rompante, deixando os astrónomos consternados, a olhar com reprovação para Mestre Vizinho que teria feito melhor em guardar para si as suas suspeitas e maus agoiros, em vez de os partilhar com Sua Alteza.

D. João II, a sós na sua câmara, passeava de um lado para o outro, para dominar os impulsos, temendo o malogro e o desfrute, sabia que não podia apresentar pontos fracos na sua governação! O seu poder aumentara, com ele cresciam igualmente os inimigos e os descontentes, sobretudo entre os poderosos do Reino e os mais próximos da família.

Não hesitara em cortar o mal pela raiz. Mandara prender por traição e condenar à morte no cepo, o primo D. Fernando, 3º duque de Bragança, confiscando-lhe os bens imensos em favor da Coroa.

Justiça que manda fazer el-rei nosso Senhor – fora o pregão do rei de armas e dos seus dois pregoeiros: - manda degolar D. Fernando, 3º duque que foi de Bragança por cometer e tratar traição e perdição de seus Reinos de sua pessoa Real.

A morte do duque revoltara os nobres e pouco tempo depois descobrira nova conspiração, dessa vez para o assassinarem, mas ele adiantara-se de novo, apunhalando com a sua própria mão o cunhado D. Diogo, duque de Viseu (a Rainha D. Leonor ainda lhe não perdoara a morte do irmão!).

Um a um caçara os restantes conspiradores e a todos mandara degolar em público, com pregão de seu crime, excepto ao Bispo de Évora, o mais odioso dos seus inimigos, a quem fez encerrar numa cisterna sem água, onde depressa morreu..... envenenado. Os que lograram fugir e esconder-se em Castela, foram descobertos e apanhados por Pêro da Covilhã, o seu espião mais eficaz.

Assim, os seus aterrorizados opositores (se é que ainda restavam alguns depois da limpeza que fizera), perderam o ânimo e converteram-se em vassalos submissos.

O Reino e a Coroa ganharam finalmente a força e o poder que seu pai, o sonhador e generoso D. Afonso V, conhecido por “O Africano”, havia deixado fugir para as mãos gananciosas dos nobres, em mercês e privilégios.

“ Há tempos de coruja e tempos de falcão” costumava dizer e durante muito tempo fora a coruja nocturna, dissimulada, observando e atacando em segredo, até se sentir seguro no seu trono. Agora era tempo para os voos do falcão, cada vez mais velozes e amplos, à conquista de céus longínquos e de outros terrenos de caça. No entanto, para guardar esse poder, não podia cometer erros.

Tudo seria esclarecido numa próxima exploração a enviar brevemente.

Para além de novos recrutas fariam parte desta armada antigos marinheiros, de preferência os melhores das viagens de Diogo Cão, tais como João de Santiago piloto da naveta de mantimentos e tantos outros.

A “oração de obediência” proferida pelo embaixador Vasco de Lucena, junto da Stª Sé, manter-se-ia, deste modo o alarme dum pressuposto sucesso já anunciado e não alcançado, era altamente prejudicial à política seguida por D. João II

O Rei classificara aquela viagem de muito secreta.

Toda a documentação: mapas, roteiros, registos, foram sigilosamente guardados ou até levado descaminho, (não existem documentos, quer na Torre de Tombo, quer em qualquer outra parte), para não comprometer o bom nome e a glória dos portugueses.

A frota de Bartolomeu Dias larga o Tejo (Porto de Povos) em finais de Agosto 1487, cinco meses depois, tinham ultrapassado o Cabo de Boa Esperança, sem darem por isso.

Zarpando para norte, a 3 de Fevereiro de 1488 chegam a uma angra a que dão o nome de S. Brás, Mossel Bay de hoje.

Estavam em pleno Oceano Índico.

Ninguém suspeitava que a pequena frota (2 caravelas) realizara uma das maiores proezas navais de todos os tempos.

A meados de Dezembro de 1488, arribam a Portugal.

D. João II prudente, satisfeito com a notícia, logo mandou chamar ao Cabo das tormentas, o Cabo de Boa Esperança.

Os portugueses contornaram o extremo sul de África ligando os dois oceanos (Atlântico versus Índico), abrindo definitivamente as portas do caminho marítimo para a Índia.

O Mapa de Fra Mauro, acabara de cair no esquecimento.

Conclusão:

Martelus em (1489), limitou-se a registar um facto, a morte de Diogo Cão, e não em que circunstâncias a morte se deu, assinalando que o navegador morrera ao atingir a Serra Parada, depois de ter colocado um último padrão no Cabo da Serra, actual Cape Cross.

Esta legenda foi muito contestada por vários autores, afirmando que a viagem aí teria terminado, e não que Diogo Cão tivesse morrido.

Consideram, que o navegador regressou ao reino e dele nunca mais houve notícia, por ter sido ostracizado por D. João II, pelo malogro da expedição.

Não é certa a vinda do navegador para Portugal e muito menos ostracizado pelo monarca português, pois os acontecimentos marítimos desse tempo mantinham-se em segredo de estado.

Então o que acontecera ao célebre Navegador?

Não há dúvidas que os tripulantes sobreviventes dessa viagem regressaram ao reino, antes de Bartolomeu Dias partir para a arrojada missão, da descoberta do célebre Cabo da Boa Esperança”.

Como se sabe, a viagem terminou em Cape Cross de hoje, e a atestá-lo é o Padrão aí colocado em Fevereiro ou Março de 1486, a célebre legenda do mapa de Martellus (1489) alude ao termo da viagem e a morte do navegador.

Assim, a legenda constitui o documento chave e preponderante de toda a verdade. Diogo Cão morrera no termo daquela viagem, ou por doença, ou por ter-se embrenhado por terra a dentro e nunca mais aparecer.

Em Portugal, não existem provas do insigne navegador se encontrar sepultado em mosteiro, convento ou igreja, bem como outras referências que justifiquem a tese de ter regressado dessa viagem.

Porque razão, em Portugal, não há conhecimento oficial da morte do navegador.

Parece muito estranho.

Diogo Cão deu tantas alegrias ao Rei de Portugal D. João II.

Os seus actos heróicos assim o demonstram, (apresamento de navios espanhóis no Golfo da Guiné, a descoberta de mais de 5.000 Km de costa, o contacto e a amizade com o imperador das terras do Congo, a colocação de 4 padrões ao longo da actual costa de Angola e Namíbia, assinalando as terras descobertas para a posse de Portugal).

A notícia divulgada pelos tripulantes ao regressar desta viagem atribulada, ter Diogo Cão “embrenhando-se por terra a dentro e nunca mais aparecer”, parece reunir o melhor consenso para a explicação de tão insólito mistério.

O que terá levado Diogo Cão a deixar a armada e decidido embrenhar-se por terra a dentro?

Crê-se não haver outra explicação, a não ser, por uma questão de Honra, o sentimento que leva o homem a procurar a consideração pública pelo cumprimento do dever da prática de boas acções e demonstrações de respeito e dignidade.

Vir de tão longe, chegar onde chegou e diante dele uma costa deserta sem o fim à vista.

Acabava de atravessar a costa mais deserta e traiçoeira alguma vez vista, (a actual costa dos esqueletos), onde ao longo dos tempos por ali vão deambulando carcaças de barcos desfeitos pelo mar bravio nos areais sem fim.

Costa dos Esqueletos - Namíbia

A sagrada esperança do continente africano inflectir para Oriente ou Norte, sentimento à muito procurado, desde a Baía de Moçâmedes, não chegara ao seu termo.

Os nautas encontravam-se perante uma grande colónia de focas e leões marinhos, que em toda a extensão do cabo da Serra ocupavam ordeiramente as suas posições.

Junto ao cabo, desembarcaram na praia onde o mar é mais sereno e durante algum tempo folgaram erguendo o último Padrão, conhecido pelo Padrão do Cabo da Serra.

Diogo Cão, entendeu não avançar mais.

BBDO@COPYRIGHT 2006

A costa inóspita e deserta onde se encontravam não oferecia aos visitantes quaisquer meios de subsistência. (a não ser pescado em abundância e em último recurso a colónia de focas).

Dunas do deserto do Calaári - Namíbia

Talvez, com o intuito de observar lá do cimo, a linha da costa mais para sul, decidiu embrenhar-se por terra a dentro em direcção à Serra. Do alto, o campo de visão torna-se mais amplo. Observação directa, que pode resultar na esperança de observar *in loco* uma abrangência mais definida e ampla da costa a inflectir para oriente ou norte?

Ninguém o seguiu, nem a sua guarda pessoal, pois o mestre não o consentira.

Enquanto se embrenhava, deixou de ser visto por aquelas elevações de terreno, que ora aqui e ali o encobriam dos olhares atentos dos marinheiros.

Perto da Serra ou já de regresso foi atacado por um grupo de leões famintos.... ou na encarniçada caminhada, sob um calor ardente, se esvaneceram as suas forças, ficou inanimado para sempre longe dos olhares dos marinheiros?!....

Nas aturadas buscas para o interior, os nautas observaram grandes dunas do deserto, orvalho matinal aninhado na vegetação rasteira, e falésias como que a indicarem leitos de rios que outrora por ali passaram.

Falésias do deserto do Calaári

Diogo Cão acabara de desaparecer sem deixar rasto.

Os nautas seguiram até à ponta dos Farilhões (última etapa conhecida no mapa de Martellus), as caravelas retrocederam.

A adversidade da costa desértica e o mar bravio não permitia aos mareantes permanecer por ali por mais tempo.

Naquela costa traiçoeira, de dia referenciaram cabos e angras, à noite ancoragem em alto mar de velas desfraldadas, a costa não oferecia enseadas e portos seguros, para protecção das caravelas.

A aproximação à costa tinha como prevenção a medição constante da fundura (braças), para os barcos não encaharem.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Os espaços a partir do deserto do Namibe (Moçâmedes) e deserto do Calaári, são ocupados por vegetação rasteira onde abunda a Welwitchia Mirabilis, as acácias e outras espécies espinhosas.



Welwitchia Mirabilis - Planta que só existe no deserto de Namibe (Moçâmedes) e deserto do Calaári



(Acácias em flor Benguela)

O Mapa de Henricus Martelus , tem sido interpretado ao longo dos tempos como sendo uma **alusão** que a 2ª viagem teve o seu “términus” – fim – morte, por alturas da Serra Parda-Namíbia, e não que o navegador aí tivesse morrido.

Parece que os apologistas desta teoria, lendo e relendo as Décadas da Ásia de João de Barros, sempre acreditaram (acreditam) que Diogo Cão depois de ter atingido a latitude da Serra Parda, o Cabo do Padrão da Serra hoje Cape Cross, voltou para trás e terá subido o Rio Zaire à procura do Manicongo – Rei do Congo na sua residência (M'Banza), e que depois disto voltou ao reino e dele (navegador) nunca mais houve notícia.

Diogo Cão comprometera-se demasiado, também por culpa dos melhores da frota, ao anunciar a D. João II, em Abril de 1484, a aproximação ao promontório Prasso, onde começa o Golfo arábico?

À luz dos documentos daquele tempo, considerando “O Mapa de Fra Mauro”, e a “Oração de Obediência ao Papa”, os portugueses estavam a alguns dias de navegar pelo golfo arábico.

Esta notícia terá provocado um espanto geral na corte do Papa? Jamais alguém teria ido tão longe por mar, como os portugueses.

Nessa 2ª viagem, Diogo Cão e os nautas convencidos e animados que estavam, depois de terem dobrado o cabo Saco, ficaram perplexos (desiludidos) ao verem diante de si uma grande baía e a linha da costa a indicar o sul.

Depois desse cabo, uma larga angra a perder-se vista, descrevendo uma tranjectória (arco de 60 Km de costa).

A terra continuava sem qualquer espécie de arvoredo, estendendo-se o areal sem fim.

Tamanha desilusão, terá provocado a apreensão geral da tripulação.

Seguindo a direcção do sul, dão com um cabo, onde implantaram o Padrão do Cabo Negro.

Depois entram numa angra, onde observam duas aldeias.

Os habitantes locais viviam miseravelmente da pesca e moravam em sebas (construídas à base de esqueletos dos cetáceos), cobertas da própria areia da praia.

Os nautas não sabiam que a partir dali a vida das tripulações iria tornar-se hora a hora mais dura e o esforço de continuar a navegação corresponderia porventura a perdas importantes de entre a gente que as compunha.

Sem recursos (víveres e escassez de água), a viagem não podia ir mais além, onde chegaram.

Diogo Cão, cedendo à forças da natureza, porque não era de fácil contentamento, decidiu explorar aquela zona interior da Serra Parda, talvez com o intuito de avistar lá do cimo, uma amplitude mais vasta do horizonte da costa para sul?!

Envolto no mistério, seguiu em frente e desapareceu, deixando de ser visto pela bruma (névoa) do deserto ou pelas grandes dunas.

A caminho da Índia (frota de Pedro Álvares Cabral), em de Maio de 1500, Bartolomeu Dias naufragou e morreu no oceano Atlântico, perto do Cabo da Boa Esperança..

Vasco da Gama, o primeiro europeu a atingir a Índia por mar, 20 de Maio de 1498, morreu em Cochim (Índia) 24 de Dezembro de 1524. Transladado em 1539 para a Vidigueira aí permaneceu até 1889. Hoje, os seus restos mortais repousam no mosteiro dos Jerónimos (Lisboa).

Pedro Álvares Cabral, foi sepultado em Santarém, igreja de N^a Sr^a da Graça.

Diogo Cão desiludido e equivocado por não ter encontrado a passagem para o Oceano Índico, como anunciara (Abril de 1484) a el-rei D. João II, seu senhor, deixou a armada no Cabo do Padrão da Serra (Março de 1486), seguindo para o interior árido, em direcção à serra ..., na convicção de avistar lá do cimo uma amplitude mais vasta do horizonte costeiro, quem sabe, uma vez que já não dispunha de meios para continuar a viagem para sul.

Como responsável máximo não se apresentaria ao rei, dando o dito por não dito.

Com esta atitude salvaria a honra do convento!.

Os tripulantes regressaram ao reino, afinal o responsável máximo desaparecera, talvez não fossem responsabilizados pelo insucesso da expedição.

No regresso passaram ainda por M'Pinda (Rio Zaire), prometendo ao Manisoyo, irmão da mãe do rei do Congo (Manicongo) voltar, mas não trouxeram a embaixada Congolesa.

Diogo Cão desapareceu da história, como sempre acontece àqueles que nas grandes lutas são feridos de insucesso.

Sobre o seu nome fez-se um silêncio impressionante.

E todavia ele deixou aos seus continuadores preciosos ensinamentos, que logo foram aproveitados por Bartolomeu Dias e ainda por Vasco da Gama: para vencer a costa árida era

necessário transportar os próprios mantimentos.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Bartolomeu Dias, por sua vez, tirou uma nova lição: a navegação devia ser realizada pelo mar largo – o grande golfo de Camões – “ por onde se encurta a viagem e nos fica mór proveito “

De Cabo Verde navegar-se-ia durante seiscentas léguas na direcção do sul, até ao 19º e daí, cortando o ângulo para ESSE, durante oitocentas e cinquenta léguas, atingir-se-ia o paralelo 37º S, a quarenta léguas do Cabo, que assim seria facilmente dobrado.

Desta forma se aproveitavam a favor da navegação os ventos dominantes do Atlântico Sul.

Mais tarde os navios à vela navegavam como quem demanda os portos do Brasil, remetendo para a costa africana os 24º de lat. S. Logo que topavam ventos de feição.

Como consequência imediata das viagens de Diogo Cão, deve ser considerada ainda a expedição que foi ao Congo em Dezembro de 1490, sob o comando de Gonçalo de Sousa, o qual regressaram à sua pátria os negros levados a Portugal, que foram educados em letras e religião no Convento de Santo Elói, indo também, em satisfação dos desejos do rei do Congo, muitos padres franciscanos, com materiais para templos e alfaias para o culto.

Nesta fase decisiva das descobertas, quando o Cabo das Tormentas já havia sido montado, grande importância devia atribuir à evangelização do Congo para que para ele se distraíssem navios, gente e cabedais.

Esse interesse acentuou-se no reinado de D. Manuel I, que chegou a encarar a possibilidade de realizar pelo Zaire a ligação com a Abissínia, aproveitando o Lago Central africano, de que com tanta insistência davam notícia os exploradores portugueses do século XVI.

Do Congo se estendeu também para sul a acção dos portugueses, de tal forma que, já antes de 1526, estes haviam atingido o coração do Reino de Angola e, 60 anos depois, penetravam no Reino de Benguela.

As viagens de Diogo Cão costumam ser consideradas como marcando o início da história da grande colónia de Angola, pois que a história do Congo com ela se foi pouco a pouco fundindo, como se fundiram na verdade os outros dois antigos reinos indígenas da Matamba e Benguela.

Não cabe a Diogo Cão a glória de ter dobrado o Cabo, como Luciano Cordeiro por momentos suspeitou.

Mas a sua figura avulta com notável destaque, entre todos os precursores de Vasco da Gama: por sua acção as navegações ao longo da costa africana atingiram um momento de patético interesse.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Saindo da fase da nebulosa esperança, para alcançarem uma definida certeza; por sua acção se desvendou a existência de um grande império abaixo do Equador, descoberta que, atraindo gente de armas, exploradores, colonos e missionários, teve como consequência imediata a organização da Capitania de Angola, base de que foi a colónia da África Ocidental.

COMENTÁRIOS SOBRE O REINO DO CONGO

Quando Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire em Abril de 1483 e contactou pela primeira vez o mani Nsoyo, chefe da localidade na qual aportara, o Congo era um reino forte e estruturado, cuja chefia máxima cabia ao *Mani Congo*.

Formado por grupos de etnia banto, especialmente os *bakongo*, abrangia grande extensão da África Centro-Occidental e se compunha de seis estados, que os portugueses denominavam de províncias e que eram.

Mpemba, onde ficava encravado o território do Congo propriamente dito, com a capital em MBANZA Congo , a São Salvador cristã, onde residia o rei.

Mbamba, que ficava a sul, confinando com os Ambundos;

Mbata, a mais oriental

Nsundi, a nordeste, ultrapassando a margem direita do Zaire

Mpangu, encravada entre as de Mbata, Mpemba e Nsundi

NSoyo (Sonyo) ou Sonho na tradução portuguesa da época, situada a norte de Mbamba, banhada pelo oceano Atlântico e pelo Zaire. Nesta ficava o porto de Mpinda, onde desembarcaram os portugueses



Todas os estados eram governadas por parentes do rei do Congo, com exceção da província de Mbata, que gozava do privilégio de ter um descendente dos antigos senhores da terra, impondo-se-lhe, porém, a obrigação de casar a filha mais velha na casa real do Congo.

O estado de Nsundi era, por tradição, governada pelo herdeiro do rei do Congo.

O rei do Congo considerava ainda vassallos, ou, pelo menos, amigos, alguns reinos situados na margem direita do Zaire, como o de Ngoio ou Angoy, em o de Cacong, estendendo-se a sua influencia até ao reino de Luango (actual Congo Brazaville)

Para o interior destes, e confrontando com o estado de Nsundi, ficava a Anzicana, povoada por povos antropófagos e que ora se comportavam como amigos, ora como inimigos do Congo. A fronteira sul que confrontava com os Ambundos, também sofria oscilações.

Algumas delas, como as de Nsoyo, Mbata, Wandu e Nkusu, eram administradas por membros de uma nobreza local que assumiam os cargos de chefia há gerações, sendo o controle político mantido por uma mesma linhagem, enraizada no local.

Outras províncias eram administradas por chefes escolhidos pelo rei dentre a nobreza que o cercava na capital.

A unidade do reino era mantida a partir do controle exercido pelo *Mani Congo*, cercado por linhagens nobres que teciam alianças principalmente por meio do casamento, mas era também fortalecida pelas relações comerciais e políticas entre as diversas regiões.

O centro de poder localizava-se na capital, *mbanza Kongo*, de onde o rei administrava a confederação juntamente com um grupo de nobres que formavam o conselho real, composto provavelmente por 12 membros, divididos em grupos com diferentes atribuições: secretários reais, colectores de impostos, oficiais militares, juizes e empregados pessoais. A centralização político-administrativa, ao mesmo tempo que conferia estabilidade ao sistema, ensejava intensas e frequentes disputas pelo poder.

A formação do reino parece datar do final do século XIV, a partir da expansão de um núcleo localizado a noroeste de *mbanza Kongo*.

Os mitos de origem registrados no século XVII referem-se à conquista do território por um grupo de estrangeiros, chefiados por Nimi a Lukeni, que teria subjugado as aldeias da região do Congo e imposto a sua soberania pela supremacia guerreira.

Nos séculos XVI e XVII, após o contacto com os portugueses, o direito do rei colectar impostos e tributos estaria ideologicamente fundamentado na conquista efectivada pelos antepassados das linhagens governantes, o que nem sempre era aceite pacificamente.

A divisão fundamental na sociedade congoleza era entre as cidades - *mbanza* -

e as comunidades de aldeia - *lubata*. A tradição representava esta divisão como entre povos que vieram de fora e os nativos, submetidos àqueles.

Os estrangeiros seriam os membros da nobreza, os habitantes da capital, os governantes das províncias indicados pelo rei, isto é, os que ocupavam as posições superiores do reino. A *lubata* era dominada pela *mbanza*, que podia requisitar parte do excedente aldeão.

Os chefes de aldeia - *nkuluntu* - faziam a ligação entre os sectores, recebendo o excedente agrícola e repassando parte deste para os representantes das cidades reconhecidos como superiores políticos.

Nas comunidades rurais, a apropriação do excedente era justificada pelo poder de mediação com o sobrenatural do *kitomi*, ou pelo privilégio do mais velho, o *nkuluntu*.

Como nelas a produção supria apenas as necessidades básicas, não havia um acúmulo de bens que permitisse sinais exteriores de *status* para os chefes.

Enquanto nas aldeias os chefes não tinham controle sobre a produção, baseada na estrutura familiar e na divisão sexual do trabalho, nas cidades eram os nobres - as linhagens governantes - que controlavam a produção, fruto do trabalho escravo no cultivo de terras controladas pela nobreza.

As diferenças básicas que distinguíam as cidades das aldeias eram a maior concentração da população e a administração da produção por parte da nobreza, que se apropriava de parte do trabalho escravo.

De todo modo, as características da escravidão existente no Congo confirmam a tipologia elaborada por João Reis em artigo sobre a África pré-colonial.

4. No reino do Congo havia, de um lado, a *escravidão doméstica ou de linhagem*, na qual o cativo era resultante de sanções sociais ou mesmo da captura em guerras, integrando-se o escravo à linhagem do senhor.

Cativeiro em que se destacavam as escravas concubinas, que geravam filhos para o clã masculino, ao contrário dos casamentos entre linhagens, nos quais os filhos ficavam ligados à família da mãe (mastrilinearidade).

Mas ao lado da escravidão de linhagem, mais amena e mitigada, existia o que João Reis chamou de *escravidão ampliada ou escravismo* propriamente dito: um tipo de escravidão comercial ligada à produção agrícola ou à exploração de minas, a qual seria consideravelmente estimulada e desviada para o Atlântico após o contacto com os portugueses.

São Salvador, nome atribuído a *mbanza Kongo* após a conversão dos reis congoleses ao cristianismo em 1491, chegou a ter cerca de 60.000 habitantes no século XVII, sendo que de 9 a 12.000 desses não estavam directamente engajados na produção.

Desde antes do contacto com os portugueses, até meados do século XVII, a capital foi um ímã que unia as diferentes linhagens nobres, e a base da solidez do Congo, pois mesmo quando eram travadas lutas sucessórias entre as chefias, tudo se resolvia em função da centralização política em São Salvador, antiga *mbanza Congo*.

4 - João Reis. "Notas sobre a escravidão na África pré-colonial". *Estudos afro-asiáticos*, n.14, Rio de Janeiro, pp.5-21.

As diferentes linhagens sempre preferiam aderir ao grupo que no momento dominasse a política da capital, a tentar a separação.

Quando os portugueses chegaram ao Congo, encontraram ali grandes mercados regionais, nos quais produtos específicos a certas áreas como sal, metais, tecidos e derivados de animais eram trocados por outros, e um sistema monetário, no qual conchas chamadas *nzimbu*, colectadas na região da ilha de Luanda, serviam de unidade básica.

O estreitamento das relações com os portugueses intensificou o comércio regional e o internacional e aumentou a importância dos comerciantes, muitos deles não congoleses.

O Congo não era uma nação voltada para o comércio, exercido em grande parte pelos naturais de Loango, e posteriormente controlado pelos portugueses de São Tomé e de Angola e pelos holandeses.

Mas eram o comércio, principalmente de escravos, e o controle das minas, sempre a quem das expectativas, os principais interesses dos portugueses no Congo quando ali chegou Diogo Cão.

Conversão e canonização

D. João II enviou Diogo Cão, no ano de 1482, numa expedição marítima que foi dar ao estuário do rio Zaire em Abril de 1483.

Instruídos para estabelecer contactos pacíficos e acompanhados de intérpretes conhecedores de línguas africanas, os enviados do rei português tomaram conhecimento da cidade real no interior do continente e para lá enviaram emissários.

Como estes demorassem a voltar, retidos na corte congoleza pela curiosidade que despertou o que contavam, os navios portugueses, recusando-se a esperar, zarparam sem eles, levando alguns reféns.

Em Portugal esses foram tratados como amigos e aprenderam um pouco dos hábitos, da religião e da língua do reino.

Conforme o prometido, nova expedição trouxe de volta os congolezes capturados, agora “ladinos”, juntamente com uma embaixada e presentes para o mani Congo, retorno amplamente festejado.

(5) Disposto a abraçar a fé de Cristo, o mani Congo enviou, em 1488, uma embaixada para o rei português, que foi presenteado com tecidos de palmeiras e objectos de marfim, formalizando seu desejo de se converter ao cristianismo e pedindo o envio de clérigos, assim como de artesãos, mestres de pedraria e carpintaria, trabalhadores da terra, burros e pastores.

Junto com os pedidos, deixou claro, segundo Rui de Pina, cronista que registrou o evento, seu desejo de que doravante os dois reinos se igualassem nos costumes e na maneira de viver, solicitando que alguns jovens, enviados com a embaixada, fossem instruídos na fala, escrita e leitura latinas, além dos mandamentos da fé católica.

E, com efeito, durante todo ano de 1489 e 1490 os enviados do rei do Congo permaneceram em Portugal, aprendendo o português, os mandamentos da fé católica e os costumes da sociedade portuguesa.

Em 19 de Dezembro de 1490, nova expedição foi enviada ao Congo, a qual, em 29 de Março de 1491, chegou à foz do rio Zaire, por eles chamado de rio do Padrão por lá ter sido colocado um padrão indicador de que o rei de Portugal havia sido o descobridor daquelas terras, em nome do seu reino e de Cristo.

5 - Rui de Pina. “Relação do Reino do Congo”. In: Radulet, Carmem. *O cronista Rui de Pina e a Relação do Reino do Congo*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992, p.101

A província de Nsoyo (Sonho ou Sono nos relatos portugueses), na qual se encontrava a foz do rio Zaire, era governada por um irmão da mãe do rei do Congo, o mais respeitado dentre os chefes provinciais.

Ao receber os portugueses em M'Pinda, o chefe local mandou que todos viessem recepcionar os enviados do rei de Portugal.

Rui de Pina deixou-nos um detalhado relato desses primeiros contactos entre portugueses e congoleses, aludindo aos festejos e reverências com que foram recebidos os portugueses e à pompa do mani Nsoyo, que veio trazendo carapuça na cabeça com uma serpente “mui bem lavrada d’agulha”.

Regista o cronista - e isto se reveste de máxima importância -, que as “mulheres dos fidalgos” locais se fartaram de saudar os estrangeiros, dizendo que seus maridos haviam de fazer o melhor de si para o serviço del Rei de Portugal, “a que eles chamavam *Zampem-Apongo*, que entr’eles quer dizer *Senhor do Mundo*.

6. Ao olhos dos congoleses, o rei português passava, pois, a ser assimilado a *Zambem-apongo*, divindade suprema dos povos banto, senhor que reinava no mundo dos mortos, pois, vale dizer, a festa era também para João da Silva (Caçuta), congolês baptizado e embaixador do rei do Congo morto na viagem de regresso em Cabo Verde.

Senhor do Mundo, porque senhor dos mortos, o *Zambem-apongo* dos congoleses foi entendido pelos observadores portugueses como sendo o rei de Portugal, D.João II especificamente.

Doravante, e por muito tempo, portugueses e congoleses passariam a traduzir noções alheias para sua própria cultura a partir de analogias que permitiam supor estarem tratando das mesmas coisas quando na verdade sistemas culturais distintos permaneciam fundamentalmente inalterados.

Depois da confraternização, o chefe congolês, provavelmente associando as coisas extraordinárias trazidas pelos lusitanos à sua linguagem cultural, pediu para ser batizado sem mais demora.

Assim foi erigida uma igreja de madeira, devidamente paramentada com os objectos trazidos de Portugal para nela realizar o baptismo do mani Nsoyo.

Conta-nos Rui de Pina que, apesar de outros nobres expressarem o desejo de serem batizados, o mani Nsoyo só permitiu que ele e seu filho mais velho o fossem antes do rei do Congo, primazia que sua destacada posição permitia, não permitindo aos “fidalgos de sua Casa” que sequer entrassem na igreja.

No dia 3 de Abril, dia de Páscoa, o mani Nsoyo recebeu o nome de baptismo de Manuel, tal qual o irmão da rainha de Portugal, duque de Beja e ao seu filho chamou-se de D. António, inaugurando um padrão analógico que regeria os primeiros tempos das relações entre os dois povos.

Nessa altura, a narrativa de Rui de Pina deixa bastante clara a relação imediatamente percebida pelos congoleses entre fé e poder.

O baptismo foi reservado aos maiores do reino, numa certa ordem de hierarquias. Principalmente não podia ser usufruído antes de que o rei o recebesse, fato percebido pelo mani Nsoyo que respondeu negativamente aos

nobres que pediram para também serem batizados, justificando o seu próprio
BBDO © COPYRIGHT, 2006
baptismo antes do Mani Congo por ser tio do rei e mais velho que ele.

Após a cerimónia do baptismo, seguiram-se festejos, os padres acompanharam o mani Nsoyo até sua casa em procissão com cruz erguida, discursaram contra as idolatrias e superstições e Manuel mandou que todos os ídolos e templos fossem destruídos.

6 - Idem , p.140.

Rezas e missas sucederam-se antes que seguisse a expedição para a capital real, dispendo de 200 homens cedidos por Manuel para carregarem os presentes e carga, além dos que levavam os mantimentos e garantiam a segurança.

Demorariam 23 dias para chegar à corte, sendo recepcionados no caminho pelos chefes locais.

Ao se aproximar de mbanza Congo, dia 29 de Abril, a expedição foi recebida por um membro da família real que levou presentes para o embaixador.

O cronista descreve a recepção da embaixada lusitana pelo rei congolês, usando terminologia familiar aos europeus e que pareciam aos observadores aplicáveis à realidade com que se deparavam pela primeira vez.

Assim, o Mani Congo e os chefes que o cercavam foram imediatamente identificados como o rei e sua corte; os nobres congolezes associados aos fidalgos portugueses e os cargos administrativos e honoríficos foram chamados pelos equivalentes europeus.

Conforme as descrições do evento, o Rei ordenou que todos os fidalgos e toda a sua Corte saíssem com arcos, lanças, trombas, tímboles e muitos outros instrumentos que eles usavam, e quando os cristãos chegaram à capital, foram recebidos com grandes estrondos e logo hospedados em umas “casas grandes honradas e novas” providas em tudo do que por eles cumpria.

E chegaram ante El- Rei “que estava em um terreiro de seus paços”, acompanhado de grande multidão e posto em um estrado rico ao seu modo, nu da cinta para cima, com uma carapuça de pano de palma lavrada e muito alta, posta na cabeça, ao ombro um rabo de cavalo guarnecido de prata, da cinta para baixo coberto com uns panos de damasco presenteados por El-Rei de Portugal e no braço esquerdo um bracelete de marfim.

7. Enquanto isso as pessoas festejavam, levantando as mãos em direcção ao mar e gritando em louvor a deus e ao rei lusitano, ou pelo menos assim o entenderam aqueles que deixaram o registo do dia.

Foram iniciados os trabalhos de construção de uma igreja, que seria consagrada à Virgem Maria e demoraria um ano para ser levantada. Enquanto isso os clérigos iam falar ao rei sobre as “maravilhosas obras de Deus, para que, com sua agradável conversação, o conduzissem ainda mais à fé de Cristo”.

8. Este não mais quis esperar pelas maravilhas do baptismo e pediu para ser batizado imediatamente, no que foi atendido. Preparou-se um cômodo, de uma casa escolhida, ergueram-se altares, acenderam - se tochas e velas, prepararam-se bacias cheias d'água, e aí o mani Congo foi batizado, tomando o nome do rei de Portugal e os outros fidalgos, nomes de fidalgos da "Casa d'EI-Rei de Portugal", seguindo na linha analógica predominante desde o começo das relações entre os dois povos.

O embaixador português foi, enfim, fartamente presenteado e deixou no Congo quatro clérigos, os ornamentos da igreja usados nos cultos e "um negro que conhecia as duas línguas e que, igualmente, era experimentado nas letras de uma e da outra língua, negro que começou a ensinar a muitos fidalgos e a seus filhos e a muitos homens honrados e virtuosos"

9. Idealmente a igreja deveria servir de posto avançado no percurso da expansão portuguesa. O retorno da expedição lusitana seguiu com uma embaixada do mani Congo agradecendo os presentes e favores recebidos, comunicando seu baptismo e intenção de multiplicar os conversos (para o que pedia mais padres), oferecendo-se como súdito em troca do apoio militar recebido e finalmente expressando sua intenção de enviar um embaixador directamente a Roma, a modo de prestar obediência ao chefe maior da Igreja, mas deixando claro que devia a sua fé à acção do rei de Portugal.

7 - Idem, p.145.

8 - Idem, p.121.

9 - Idem, p.129.

E, com efeito, entrevedo boas possibilidades de comércio com o reino do Congo e da expansão do catolicismo - as duas faces inseparáveis da expansão ultramarina lusitana-, Portugal iniciou então uma intensa relação comercial com o reino do Mani Congo capitaneada pela difusão da fé cristã.

Morto D.João I do Congo, e após uma luta sucessória e fratricida na qual não faltaram tentativas, da parte de algumas facções nobres, em remover o cristianismo de que haviam sido excluídos, ascendeu ao trono D. Afonso I, o mais importante rei da história luso-congolesa, chefe político e espiritual da catolização do reino do Congo. Isto porque, na verdade, seu pai, D.João I, não obstante convertido, logo abandonaria o cristianismo, pressionado por sectores da nobreza que não aceitavam a nova religião.

Para eles, ela não se mostrou eficaz contra os infortúnios que então assolavam o reino. Além disso, o rei e os nobres resistiam a aceitar a monogamia imposta pelos padres, um dos temas mais polémicos na aceitação da nova religião, uma vez que a extensão da rede de solidariedades tecida pelos casamentos era peça fundamental nas relações de poder tradicionais.

Com a morte de João I e a deflagração da luta sucessória, subiu ao trono um outro filho seu que não seguia os preceitos do cristianismo, apoiado pelos nobres defensores das tradições congolesas.

Mas Afonso conquistou o trono depois de lutas com seu irmão e reinou por cinquenta e sete anos, de 1506 a 1543, sendo as bases do cristianismo no Congo estabelecidas em seu reinado. Era profundamente dedicado ao catolicismo, impressionando os missionários com o seu saber e com a sua dedicação aos estudos.

10. Seu filho Henrique chegou a ser consagrado bispo (1518- 1531), o que não foi visto com bons olhos pelo clero e pela coroa portuguesa, pois dessa forma diminuía o controle exercido pelo Estado por meio do monopólio da religião.

Mas não foi apenas o cristianismo que floresceu sob o reinado de Afonso I.

Antes de tudo, D. Afonso promoveu um autêntico “aportuguesamento” das instituições políticas do reino, em consonância com D. Manuel, rei de Portugal, que a isto o estimulou.

Assim, a justiça do Estado passou a se guiar pela normas portuguesas, a partir da embaixada de Simão da Silva, portador do Regimento de 1512, e os antigos chefes de linhagem das províncias passaram a intitular-se de condes, marqueses, duques.

Trata-se de matéria riquíssima que não temos condições de desenvolver aqui, mas vale o registo de que, sob a inspiração política e institucional portuguesa, o Estado congolês foi perdendo as características tradicionais de confederação ou chefatura pluritribal para assumir, ainda que no plano das instituições e da etiqueta política, aspectos da monarquia ocidental, centralizando-se mais nitidamente - traço que sobreviveria ao reinado de Afonso I, perdurando até o século XVIII, não obstante as dilacerantes crises políticas que o reino atravessou no século XVII

10 - John Thornton. “The Development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo , 1491- 1750” ,

***Journal of African History*, n.25, 1984, p.155.**

Por outro lado, Afonso I recebeu grande ajuda dos portugueses para incrementar o comércio de cobre extraído em regiões ao norte do Congo que, trazido para a capital , tornou-se um meio valioso com o qual o rei podia adquirir mercadorias européias.

Essas importações e o incremento no comércio, ao aumentar a riqueza do rei, permitiram assegurar a lealdade de nobres importantes, construindo a base de um longo e memorável reinado.

Também o comércio de escravos com os portugueses, em fase inicial de implantação, tornou-se monopólio real com redes de comércio que chegavam a São Tomé, o centro de todo tráfico da África ocidental, e até mesmo ao Benin.

11.Quando o comércio de pessoas fugiu do controle do rei, com mercadores desrespeitando as rotas estabelecidas e o monopólio real, Afonso I escreveu ao rei português reclamando que até mesmo nobres congolezes estavam sendo capturados em guerras interprovinciais para serem vendidos como

escravos.

BBDO@COPYRIGHT 2006

O comércio de escravos era antigo naquela região, mas as regras tradicionais estavam sendo violadas. Não apenas prisioneiros de guerra ou pessoas endividadas estavam sendo negociadas, mas as rotas tradicionais, controladas pelos chefes locais, estavam sendo ignoradas em prol de novos caminhos que burlavam o controle real.

Tudo isso ameaçava o poder real com a evasão de tributos que lhe seriam devidos pelos privilégios tradicionais e o enriquecimento de chefes e comerciantes abalava as bases de seu poder.

Somando-se a isso, a região do N'dongo (futura Angola), começava a atrair o interesse dos comerciantes portugueses que buscavam justamente fugir aos monopólios existentes no Congo, concorrendo com o tráfico de escravos controlado pelo rei congolês e pelos comerciantes autorizados pelo rei lusitano.

De todo modo, quando os portugueses chegaram à foz do Zaire, o Congo, assim como outros reinos da região, estava em processo de franca expansão, como os registos de guerras frequentes atestam.

A escravização das populações conquistadas permitia aos reis ampliar sua riqueza pessoal assim como fortalecer exércitos e o corpo administrativo composto por dependentes directos, além de aumentar o volume de tributos recebidos dos territórios ocupados. Assim, a expansão permitia o acúmulo de riqueza e um reforço da centralização política.

Quando os portugueses chegaram àquela parte da África, portanto, não só encontraram uma grande população cativa, como as condições necessárias para sustentar um amplo mercado de escravos, no qual havia espaço para os estrangeiros recém-chegados.

No caso congolês, o próprio processo de centralização e fortalecimento das cidades frente às aldeias estava baseado na crescente existência de escravos, concentrados principalmente em mbanza Kongo, cujo trabalho era apropriado pelos membros das linhagens nobres que, assim, incrementavam sua riqueza, seu poder, seus sinais de status.

Não só no Congo, mas em vários estados da África centro - ocidental os escravos eram resultado das guerras de expansão, sendo fundamentais na centralização e reforço das lealdades.

11 - Wyatt MacGaffey. "Dialogues of the deaf: europeans on the Atlantic coast of Africa". In: Stuart

Schwartz, (org). *Implicit Understandings*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p.259; Kenny

Mann. *Kongo, Ndongo, West Central Africa*. New Jersey, Dillon Press, 1996, pp.51-53.

12. Afonso I reinou nesse período, e apesar dos problemas que seu reinado

enfrentou, expandiu as fronteiras do reino, fortaleceu a centralização do poder real, desenvolveu a capital, disseminou o cristianismo e a educação formal, valorizando sobretudo a leitura e a escrita. Não seria exagero ver em seu reinado, sobretudo do ponto de vista religioso e político-institucional, o processo que Serge Gruzinski chamou de ocidentalização, estudando o México na mesma época.

13. Lembrado até hoje como o mais poderoso rei da história do Congo, Afonso I, esse defensor implacável da fé cristã, assemelha-se em muitos aspectos ao ideal de rei missionário e cruzado, rei que combate os infiéis com a ajuda de forças divinas, amplia e consolida as fronteiras da cristandade.

As bases do catolicismo congolês fincaram raízes profundas no seu reinado, que se prolongou até quase meados do século XVI.

Catolicismo que, não obstante, foi incapaz de remover por completo as tradições religiosas locais, do que resultou um complexo religioso original, híbrido, a um só tempo católico e banto.

Crise congolês: Mbwila e a fragmentação política

14. As relações luso-congolês estabelecidas no reinado de Afonso I entraram em lento mas progressivo colapso a partir da segunda metade do século XVI e, sobretudo no século XVII, após a morte de Álvaro II, em 1614.

Na verdade, não obstante a retórica da Coroa portuguesa de que o rei do Congo não era vassalo de Portugal, senão um “irmão em armas de seus reis”, como dele disse D. João IV, o fato é que Portugal sempre viu no Congo uma possibilidade de expandir a fé católica e garantir o tráfico de escravos em partes d’África.

Portugal atendeu muito pouco às reivindicações dos monarcas congolês, como se percebe na correspondência entre as duas Coroas no período, e acabaria deslocando seus interesses no tráfico para Angola.

A deterioração das relações luso-congolês só fez crescer no século XVII, a ponto de, no reinado de Garcia Afonso II (1641-1663), o Congo ter se aproximado dos holandeses, que haviam tomado Luanda anos antes.

Garcia II desenvolveu, na verdade, uma política ambígua, cortejando e deixando-se cortejar pelos batavos, porém, recusando a pressão holandesa para abandonar o catolicismo romano. Desatendeu, por outro lado, as exigências do padroado da Coroa Portuguesa, admitindo no reino capuchinhos italianos e espanhóis, embora tenha ratificado um tratado que garantia importantes concessões territoriais a Portugal na vizinha Angola.

12 - John Thornton. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, Chicago , The

University of Chicago Press , p.108-109.

13 - Serge Gruzinski, . *La colonisation de l’imaginaire - l’occidentalisation dans le Mexique*. Paris, Gallimard, 1988.

14 - Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973, pp.287 e segs.

Apesar das cautelas de parte a parte, Congo e Portugal seguiriam doravante caminhos distintos, quando não opostos, até o frontal embate de 1665.

Referimo-nos à batalha de Mbwila (Ambuíla), quando os congoleses foram derrotados pelos portugueses, seguindo-se um período de guerras internas ligadas à sucessão real.

Portugueses e congoleses enfrentaram-se em Mbwila em relativa igualdade numérica, mas, enquanto o exército congolês era formado principalmente por camponeses recrutados, o exército português era composto em sua maioria por guerreiros imbangalas (jagas), povo criado na tradição guerreira.

A guerra ocorreu em torno a uma disputa sucessória em Mbwila, importante região do N'dembo, estando os portugueses interessados em controlar o território que seria passagem para as cobiçadas minas de ouro e prata.

Na batalha morreram milhares de congoleses, muitíssimos nobres e o rei António I teve sua cabeça cortada e enterrada em Luanda, enquanto sua coroa e seu cetro, emblemas reais, foram remetidos a Lisboa à guisa de trofeus.

Junto com o rei, haviam morrido os principais candidatos ao trono, abrindo-se então um complicado processo sucessório que fortaleceu a posição de Nsoyo.

Depois da batalha, São Salvador (mbanza Congo) foi à ruína com as linhagens nobres fugindo das guerras sucessórias para outras províncias.

De todo modo, a maioria dos autores que se detiveram na história congolesa deste período atribuem a desestruturação do reino a causas externas, localizando no aumento do número de escravos traficados, na intensificação das guerras regionais e na alteração do equilíbrio entre os poderes tradicionais os principais motivos das guerras civis que assolaram o Congo até o início do século XVIII.

John Thornton é de opinião diferente, desvendando os mecanismos internos que levaram às guerras civis e ao longo período de lutas sucessórias após a derrota de Mbwila.

Com o enriquecimento das linhagens governantes do Nsoyo, não só devido ao grande aumento do comércio que passava por M'Pinda, seu porto, mas principalmente com o aumento da riqueza produzida na cidade devido à concentração de escravos e tributos, surgiu uma alternativa de aliança entre as linhagens em disputa, que não dependiam mais apenas da linhagem então reinante.

No seu entender, o poder centralizado do Congo foi destruído pelas rivalidades entre Nsoyo e São Salvador - agudizadas no "período holandês" - , pela derrota em Mbwila e pelas lutas entre as linhagens nobres.

Depois de Mbwila, toda a nobreza transferiu-se para as províncias, que se tornaram mais autónomas e passaram a escolher seus administradores, independentemente do poder central, pelo qual, no entanto, a disputa era constante.

Cada chefe local cercou-se de um grupo de auxiliares, reproduzindo nas províncias a estrutura da corte real e escolhendo seu sucessor. As rivalidades entre as linhagens provocaram guerras permanentes que empobreceram a população em consequência de recrutamentos forçados, destruição de plantações e escravização dos derrotados, vendidos para os comerciantes de Luanda ou para a Loango dos mercadores.

Nsoyo, a mais forte província, cuja capital teve a população dobrada entre 1645 e 1700, quando contava com cerca de 30.000 habitantes, desenvolveu-se muito nesse período, beneficiando-se dos escravos trazidos de São Salvador, em ruínas.

A intenção de Nsoyo era manter um rei fantoche no poder, servindo aos interesses da nobreza local, e, para tal, apoiava algum pretendente ao trono o suficiente para lá colocá-lo, mas não o suficiente para que se fortalecesse no cargo.

No entanto, a crise política, qualificada por alguns como verdadeira “anarquia”, tomou conta do reino congolês. Entre 1665 e 1694, houve nada menos do que 14 pretendentes à coroa do reino, alguns com sucesso, outros nem tanto, e muitos deles assassinados.

No final dos seiscentos, o Congo possuía três reis, sendo D. Pedro IV o mais poderoso deles, aparentemente, e talvez o único capaz de levar adiante um projecto de reunificação congolês.

Kimpa Vita e a ressurreição imaginária

Foi neste contexto de crise e fragmentação que irrompeu o antonianismo, movimento que, seja em termos religiosos ou políticos, fornece-nos importantes pistas para compreender as complexas relações entre catolicismo e monarquia na África banto.

A fundadora da “seita” foi a jovem aristocrata Kimpa Vita, nascida de família nobre congolosa na década de 1680, batizada Dona Beatriz, mulher que fora sacerdotisa do culto de Marinda (*nganga marinda*), embora educada no catolicismo.

Kimpa Vita contava entre 18 e 20 anos quando, cerca de 1702-1703, acometida de forte doença, disse ter falecido e depois ressuscitado como Santo António. E seria como Santo António que Kimpa Vita pregaria às multidões do reino - daí o movimento ter ficado conhecido como *antonianismo* -, seguindo o rastro de outras várias profetisas que lhe precederam na mesma tarefa, como a *Matuta*, em meio à crise que assolava o reino.

A pregação de Kimpa Vita possuía forte conotação política. Preconizava o retorno da capital a São Salvador e a reunificação do reino, chegando mesmo a envolver-se nas lutas facciosas da época. Melhor exemplo disso ocorreu

quando de sua chegada a São Salvador, onde encontrou Pedro Constantino da Silva, nobre militar enviado por D. Pedro IV, a quem proclamou “Rei do Congo” em troca de sua adesão ao antonianismo.

Assegurou-se ainda, por meio de vários acordos, da aliança de famílias nobres adversárias de D. Pedro, a exemplo dos grupos de Kimpanzu, especialmente da família Nóbrega, enraizada no sul da província de Nsoyo.

As alianças estabelecidas por Kimpa Vita, metamorfoseada em Santo Antônio, não eram porém resultado de mero cálculo político. Ancoravam-se numa cosmologia complexa e peculiar que, se formos resumir em poucas palavras, vale seguir o que disse Ch. Boxer sobre o movimento: “uma modalidade remodelada e completamente africanizada do cristianismo”

15. Com efeito, o movimento anotarão confirma, antes de tudo, o êxito do processo de canonização do Congo inaugurado no século XV e cristalizado sob o reinado de Afonso I na primeira metade do século XVI.

O Deus dos antonianos era, sem dúvida, o Deus cristão, o Deus dos missionários, com o qual Kimpa Vita dizia jantar todas as sextas-feiras, após “morrer”, para “ressuscitar” no dia seguinte.

Santo Antônio, por outro lado, santo mui valorizado na missão realizada no Congo, era a *persona* assumida pela profetisa, por ela chamado de “segundo Deus”.

Africanizando o catolicismo, “a Santo Antônio congoleza” dizia que Cristo nascera em São Salvador, a verdadeira Belém, e recebera o batismo em Nsundi, a verdadeira.

15 - Charles Boxer. *A Igreja e a expansão ibérica*. Lisboa, Edições 70, 1981, p.132.

Nazareth.

Afirmava ainda que a Virgem Santíssima era negra, filha de uma escrava ou criada do Marquês de Nzimba Npanghi e que São Francisco pertencia ao clã do Marquês de Vunda.

O catolicismo do movimento antoniano era, portanto, muitíssimo original, implicando uma leitura banto ou bakongo da mensagem cristã. Modelava-se, em vários aspectos, na acção pedagógica dos missionários, mas condenava o clero oficial, sobretudo os missionários estrangeiros, aos quais acusava de “haverem monopolizado a revelação e o segredo das riquezas para exclusiva vantagem dos brancos” em prejuízo dos “santos negros”.

Rejeitou, igualmente, boa parte dos sacramentos católicos: o baptismo, a confissão, o matrimônio, ao menos no tocante à liturgia e aos significados oficiais, abrindo caminho, no caso do matrimônio, para a restauração legitimada da poligamia.

Adaptou, ainda, certas orações católicas, a exemplo da Ave -Maria e sobretudo do Salve Rainha. Proibiu, ainda, a veneração da cruz, esse grande

nkisi católico-bakongo, em razão de ter ela sido o instrumento da morte de Cristo.

BBDO © COPYRIGHT 2006

Kimpa Vita prometia a todos os que aderissem à sua pregação uma próxima “idade de ouro”, e não apenas no sentido figurado, pois dizia que as raízes das árvores derrubadas converter-se-iam em ouro e prata e que das ruínas das cidades surgiriam minas de pedras preciosas.

Prometia, ainda, tornar fecundas as mulheres estéreis e outras mil bem-aventuranças, granjeando imenso apoio popular. Não se escusava, porém, de ameaçar os reticentes com as piores penas, incluindo a de transformá-los em animais.

Organizou para tanto uma verdadeira igreja antoniana, um clero, onde pontificavam outros santos, como São João, e uma plêiade de sacerdotes denominada de “os antoninhos” que saíam a pregar a excelência da nova igreja e o poder taumatúrgico e apostólico “da Santo Antônio” que a chefiava.

Kimpa Vita despertou obviamente a ira dos missionários capuchinhos e das facções nobres adversárias do antonianismo e postulantes do poder real.

O próprio D.Pedro IV, de início cauteloso e hesitante em reprimir o movimento, terminou por ceder às pressões dos capuchinhos italianos, ordenando a prisão da profetisa e de São João, “o anjo da guarda” da profetisa que os frades diziam ser seu amante.

O estopim ou pretexto que levou à prisão de Kimpa Vita teria sido a acusação de que tinha um filho recém-nascido, cujo choro teria sido ouvido enquanto ela o amamentava em segredo, do que resultara o seu desmascaramento como “falso Santo Antônio”.

Kimpa Vita foi presa, arguida pelo capuchinho Bernardo Gallo¹⁶ e condenada a morrer na fogueira como herege do catolicismo. A sentença foi executada em 1708 e na fogueira arderam Kimpa Vita e seu “anjo da guarda” – o Santo Antônio e o São João do catolicismo congolês

UM IMPORTANTE ESTADO AFRICANO FEUDAL...

O Reino do Congo era um verdadeiro Estado feudal, englobando a actual República do Congo - Brazzavile (ex-Congo francês), o Baixo-Congo até Kinshasa, capital da actual República Democrática do Congo (ex-Congo belga, ex-República do Zaire...), e uma parte do norte de Angola.

Uma lenda a desfazer é a de que esse reino banto teria sido sempre hostil aos europeus, o que contraria a verdade histórica.

Os reis negros, longe de se entregarem a um nacionalismo xenófobo, desde os primeiros contactos, em sua maioria, multiplicaram suas atenções quanto ao relacionamento com os "brancos".

Pediram missionários, mestres de ofícios, mercadores, enviaram embaixadas a Portugal e ao Vaticano, mau grado as dificuldades de comunicações

marítimas, solicitando intercâmbio.

BBDO@COPYRIGHT 2006

O Rio Zaire ou Congo - "Rio Poderoso" - ou simplesmente "RIO" (ZAIRE) impressionaria profundamente os seus descobridores, comandados por Diogo Cão.

Aquela torrente de água doce a penetrar, por alguns quilômetros, pelo mar dentro, era suficiente testemunho de sua extraordinária pujança e importância.

Os Portugueses não conheciam coisa que se assemelhasse a isso, seu Tejo pátrio ficava muito áquem da majestade africana do "Zaire".

Rumores corriam, conforme uma velha tradição européia, de que devia existir um meio de comunicação com o lendário Reino do Preste-João (,afinal, este viria a revelar-se na Etiópia com seu cristianismo copta, mais tarde). Seria por ali o caminho?

DIOGO CÃO CHEGA AO REINO DO CONGO...INICIO DA ACULTURAÇÃO LUSÓFONA - O PADRÃO DE SÃO JORGE...

1485- O audacioso navegador português Diogo Cão encontrou no Reino do Congo, um país política e administrativamente bem estruturado, dividido em províncias, confiadas a sobas vassalos, próspero e totalmente independente.

Diogo implantou o Padrão de S.Jorge (Abril de 1483) situando-o na margem esquerda do citado grande curso fluvial. Por contactos estabelecidos com os íncolas ribeirinhos, souberam os Portugueses da existência, no interior, dum poderoso rei. Aquele capitão Português enviou ao potentado Negro mensageiros e presentes. Mas não se deteve no local, prosseguiu viagem para sul.

Só decorridas 15 luas arribou novamente ao Congo, trazendo consigo 4 Negros que havia pêgo à chegada, os quais enviou ao rei, vestidos já à portuguesa, bem alimentados, falando a língua portuguesa.

Foram esses os primeiros embaixadores da civilização lusitana.

Ficou o monarca encantado, ao ouvir da boca dos seus súbditos já meio ocidentalizados notícias precisas a respeito dos estrangeiros. E assim se encetaram amistosas relações entre portugueses e congueses....

Foi em 1575, quase um século depois de ter Diogo Cão assinalado com os seus padrões toda a costa de Angola (1482 - 1486), do Zaire a Cabo Negro, que Paulo Dias de Novais, Primeiro Governador e Capitão-Mor das conquistas do Reino de Angola desembarcou na Ilha de Luanda, aqui fronteira, com cerca de 700 homens, 350 dos quais homens de armas, padres, mercadores e servidores, estabelecendo o primeiro núcleo de portugueses, aqui entrou, além de alguns portugueses, muita gente que nela vivia, toda, no dizer dos cronistas, «muito bem disposta ao cristianismo».

Um ano depois, reconhecendo não ser «o lugar acomodado para a capital da conquistas», funda em terra firme a vila de S. Paulo de Loanda, e logo a igreja de S. Sebastião, no morro de S. Miguel, (Museu das Forças Armadas). A sua volta foi crescendo a Vila e irradiando depois, tomou foros de cidade, em

1605, no governo de Manuel Cerveira Pereira.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Entretanto, estenderam-se as conquistas ao interior de Luanda e fundaram-se os presídios de Massangano (1583), Muxima (1599) e Cambambe (1604), de que restos ainda hoje se encontram ao longo do rio Kwanza.

A Câmara de Luanda deve ter início ao estabelecer-se em terra firme a Vila. Não há documentos precisos da sua fundação; mas sabe-se que Paulo Dias de Novais logo «criou os cargos e ofícios necessários ao governo da nova Colónia»; em algumas descrições se assinala a sua presença em actos solenes, desde 1595 e em 1611 é já a Câmara que, com o Bispo e Nobreza, elege o novo governador Bento Banha Cardoso, por morte repentina do antecessor.

Por várias vezes teve o Senado da Câmara intervenção directa na governação da colónia, de 1667 a 1669, e de 1702 a 1704, foi-lhe o governo confiado e confirmado por cartas régias.

Depois desta época, passam os Ouvidores a presidir ao Senado da Câmara; é criado também o lugar de «Mestre de Campo» para substituir os governadores, e não volta, senão acidentalmente, e por poucos dias desempenhar tão altas funções, (1732).

No entanto, a colaboração que sempre dispensou aos governadores, quer em auxílios materiais quer morais, fazem salientar, como já foi publicado, a sua «útil e leal acção» na defesa da colónia e a favor da colonização, se atentarmos sobre tudo no contraste do procedimento de outras «câmaras ultramarinas» nessas épocas, e de que as descrições de Lopes de Lima nos dão conta.

As primeiras perturbações causadas pelas investidas holandesas tem lugar em 1624;

Em 1633 armam-se em Luanda 5 navios de guerra para combater as suas naus que na costa de Benguela ameaçavam o comércio.

O sossego não volta até ao aparecimento, na baía, da Grande Armada, do comando do Almirante Pedro Houtebreen, no dia 24 de Agosto de 1641 em que os portugueses, o governo, alarmados, abandonaram precipitadamente a cidade a caminho do Bengo, para se acolherem ao presidio e vila de Massangano.

Seguem-se sete anos em que os portugueses em Angola, escreveram as mais dolorosas páginas da sua história.

Salvador Correia de Sá e Benevides, que ao serviço de Portugal vinha no Brasil governando, depois de feitos militantes, em terra e mar, é encarregado pelo rei D. João IV, ao regressar de uma das viagens comerciais que, por sua determinação, comboiava e protegia da restauração de Angola, caída em poder dos holandeses.

Acompanhado de 1.200 homens de armas e de uma frota de 12 navios, se faz ao mar em 12 de Maio de 1648, fundeando em 12 de Agosto na baía de

Quicombo.

BBDO@COPYRIGHT 2006

A inclemência do mar fez perder a nau Almirante e os 300 homens que continha, levantando-se (Cardonega) «uma tormenta de marés tão fortes, coisa não vista de outros navegantes naquela paragem».

Mas, mesmo sem ela e sem esses homens, Salvador Correia de Sá chega à baía de Luanda, ante o pasmo da gente holandesa, que convencida pensa tratar-se apenas de simples guarda avançada de grande esquadra.

Apressadamente se refugiam os de terra na Fortaleza de S. Miguel (Museu das Forças Armadas).

Mas o desembarque faz-se na manhã seguinte, 15 de Agosto, e em assalto bem conduzido, rendem-se os holandeses dominados por menos de metade de homens portugueses.

Por alvarás régios de 28 de Setembro e 9 de Dezembro de 1662, aos oficiais da Câmara da cidade de Luanda e seus moradores foram concedidos os mesmos privilégios dos cidadãos da cidade do Porto, em consideração aos serviços prestados à Restauração de Angola.

O seu brasão de armas fica para sempre registado nos arquivos da Torre do Tombo, entre os das cidades e vilas portuguesas.

Como que um novo período começa; pretende-se apagar da memória o pesadelo do condomínio; a cidade muda o seu nome passando a ser S. Paulo de Assunção de Luanda, por ser aquele o dia da Assunção da Virgem que no seu brasão passa a figurar, (15 de Agosto).

Antes da invasão holandesa e segundo a descrição de Dapper e a sua gravura que acompanha a edição francesa da sua Obra (1686), na cidade existiam já as fortalezas de S. Miguel (1638), no mesmo local em que hoje se encontra, do Penedo, Santa Cruz e algumas outras desaparecidas, várias igrejas (seis), conventos dos Jesuítas, dos Terceiros Franciscanos, Hospital da Misericórdia e casario diverso principalmente na baixa da cidade.

Mas a cidade, depois de reconquistada, teve de ser construída de novo (Cardonega), restauradas as casas dos habitantes sem tectos, sem portas, as igrejas desbaratadas, mostrando por toda parte a ruína; concederam-se «chãos de sesmaria» aos moradores para novas casas e arimos (Lopes de Lima).

Entre as construções mais notáveis do fim do mesmo século, existem, ainda muito bem conservadas, a ermida de Nossa Senhora da Nazaré, que o governador André Vidal de Negreiros iniciou em 1664, aproveitando-se para comemorar a batalha do Ambuila (1665), dos mais repugnantes feitos de armas da história de Angola e reproduzido num quadro de azulejos da época, na capela-mor, a igreja do Carmo e a Cerca, restos do Convento das Carmelitas (1663), com (belos azulejos também), e ainda a fortaleza de S. Miguel (Museu das Forças Armadas) completada na época, com recinto fechado, de terra batida e alvenaria.

São do século XVIII o acabamento da fortaleza de S. Pedro da Barra, de S. Francisco, no antigo lugar forte do Penedo, e de outras obras de vulto como o Quartel de Infantaria (1754), agora demolido, o Palácio do Governo (1761) o Terreiro Público (1765), a Alfândega (1770), passeio Público da Nazaré (1771).

Pouca era, porém a casaria da cidade ainda nos meados do século XIX, que só então começa a desenvolver-se rapidamente. Das construções mais importantes desse período são o mercado da Quitanda (1818), o primeiro cemitério (1806) e, já no fim do século, o hospital de D. Maria Pia, notável ainda hoje pelo seu plano e grandeza e que as obras de vulto dos últimos anos melhoraram consideravelmente.

A análise sucinta da evolução geral urbana em Angola, permite-nos observar um grande número de factos, testemunhado a aplicação de critérios urbanísticos, consentâneos as épocas económicas ou políticas.

As características da urbanização de Luanda tomam aspectos diferentes, conforme a civilização e os conhecimentos de cada época.

Até meados do século XVIII a urbanização é subordinada à razões de ordem política, económica-geográfica.

A seguir esta época aperfeiçoam-se as práticas, urbanísticas, em resultado da expansão colonial. Entram em função outros factores urbanos, com o saneamento e a estética, melhoram-se os meios defensivos coloniais e o abastecimento e distribuição de alimentos.

Depois do segundo quartel do século XIX, a urbanização de Luanda avança mais um grande passo.

No meio deste século, o progresso urbano, orientado pela técnica moderna não tem paralelo.

Os primeiros missionários nessas áreas foram os navegadores e mercadores ainda ligados à idéia das Cruzadas. Não raro esses navegadores utilizaram-se do recurso de levar nativos para Portugal para prestarem informações e serem catequizados.

De volta às suas terras, esses homens podiam servir como intérpretes, auxiliando os portugueses na sua empresa. Mas, para J. F. Marques, também, só muito escassamente foi bem-sucedida a evangelização na Guiné, Senegal e Benim, por causa da influência mulçumana.

Só a partir das duas últimas décadas do século XV a cristianização da África negra conheceu medidas e resultados consistentes. Com D. João II e D. Manuel I, o esforço apostólico da Coroa portuguesa passou dos actos isolados à adopção de uma política assentada, em traços gerais, na conversão dos reis gentios e na formação de um clero nativo (Riley, 1998:162).

Assim, ao lado das feitorias e dos interesses mercantis, seguiram a construção de igrejas e capelas e a educação na fé católica de crianças e jovens, transformando-os, posteriormente, em missionários em suas terras de

origem. No Senegal, chegou-se a construir o convento de S. Vicente do Cabo, destinado à formação de clero negro.

A terceira zona identificada por J. F. Marques abrangia o reino do Congo e a ponta meridional costeira da África. A chegada ao Reino do Congo, depois de meio século de investidas para o reconhecimento da costa ocidental da África e do golfo da Guiné, revelou aos portugueses uma área na qual não havia a influência islâmica.

Em fins do século XV, D. João II mandou a primeira expedição, sob o comando de Diogo Cão, que saiu do Tejo em direcção à feitoria da Costa da Mina.

Após curta estada, Diogo Cão rumou para o Sul e alcançou a foz do Rio Congo. Desembarcou na margem esquerda e erigiu na moita Seca, o padrão de S. Jorge, 10 Km de Mpinda, porto de desembarque que seria de passagem obrigatória nos séculos XV e XVI.

Ali, entrou em contacto com Nsoyo, chefe da localidade e soube que no interior ficava a Corte do mani Congo, Nzinga-a-Nkuwu, chefia máxima do reino.

O reino do Congo, naquela época, abrangia grande parte da África centro-oriental e se dividia em províncias, como a de Nsoyo, administradas por linhagens nobres. Mbanza Kongo era a capital, centro de poder de onde o mani Congo administrava a confederação juntamente com um grupo de nobres que formavam o conselho real (Vainfas & Souza, 1998:97).

Diogo Cão enviou emissários portugueses rio acima, levando, segundo a crônica de João de Barros, um presente ao rei da terra. Como não regressaram dentro do prazo, Diogo Cão voltou ao Reino português levando alguns nativos como reféns.

De volta ao Congo, esses homens foram integrados em uma embaixada de D. João II ao mani Congo. Segundo a famosa crônica de Garcia de Resende, do século XV, o rei português ofertava sua amizade e convidava o rei congolês à fé cristã, recomendando-lhe que deixasse os "ídolos e feitiçarias" que adoravam em seu Reino.

Diogo Cão desceu em terra os congoleses que levava para Portugal e recolheu os portugueses que tinham ficado da sua primeira viagem. As informações obtidas pelos dois lados facilitaram a ulterior recepção do mani Congo, tendo cumprido aí papel importante os reconduzidos reféns congoleses.

Assim, para Julieta Araújo e Ernesto dos Santos (1993:642), dois aspectos marcam o início da exploração da região. Por um lado, a penetração fluvial com a exploração do estuário do Zaire.

Diogo Cão subiu o curso do rio até as cataratas do Yelala, atingindo o extremo navegável do rio. Por outro, a penetração terrestre em direcção a Mbanza Kongo, que mais tarde seria rebaptizada de São Salvador.

Na volta a Portugal mas já com Bartolomeu Dias no regresso da descoberta

do Cabo de Boa Esperança, passando por M'Pinda, foi a vez do Mani Congo mandar sua embaixada a D. João II.

Junto dos presentes, pedia "que lhe mandassem logo frades e clérigos e todas as coisas necessárias para ele e os de seus reinos recebessem a água do baptismo", solicitando igualmente o envio de pedreiros, carpinteiros e lavradores que ensinassem em seus reinos a tratar da terra, mulheres para ensinarem a amassar pão, "porque levaria muito contentamento por amor dele que as coisas do seu reino se parecessem com Portugal" (*ibidem*:643).

Em Dezembro de 1490, partiu para o Congo uma expedição sob o comando de Gonçalo de Sousa, na qual retornou a comitiva congoleza, assim como foram enviados os primeiros missionários. A expedição chegou ao porto de Mpinda e foi recebida pelo chefe da província de Nsoyo, tio do mani Congo.

Ele e seu filho foram os primeiros a serem baptizados, recebendo o nome de Manuel, o mesmo do irmão da rainha de Portugal.

Com isso, abria-se o caminho para a conversão. Dali partiu a expedição para a capital real. O mani Congo quis ser baptizado imediatamente, no que foi atendido e, seguindo o padrão analógico dos primeiros tempos da relação entre os dois reinos, recebeu o nome do rei de Portugal.

D. João I, no entanto, logo abandonaria o cristianismo, pressionado por certa facção da nobreza apegada às tradições *bakongo* e receosa de perder suas posições com a "nova ordem cristã" que se avizinhava.

Foi com seu filho, Afonso, que reinou entre 1506 e 1543, que as bases da catolização foram sedimentadas. Ainda durante o reinado de seu pai, D. Afonso entrou em conflito com seu irmão, governador de Panga, que rejeitara a fé católica e tinha muitos seguidores.

A luta ganhou intensidade com a sucessão no poder. Restabelecida a paz, D. Afonso mandou erigir a igreja de Santa Cruz, templo no qual foram baptizados muitos súbditos.

D. Afonso ordenara ainda aos governadores que entregassem todos os objectos que pudessem lembrar as antigas crenças. "O monarca mandou queimar tais objectos, distribuindo em seguida imagens de santos, cruzes, rosários, etc. Mandou, além disso, erigir três igrejas: a de São Salvador, a da Virgem Maria e a de São Jaime" (*idem*:651).

Diante das dificuldades e do precário contingente de missionários, Afonso I pediu ajuda à Coroa portuguesa. O rei D. Manuel mandou, então, formar um grupo de moços no convento de Santo Elói de Lisboa, o primeiro seminário europeu para o clero indígena.

Entre esses rapazes estava o filho de D. Afonso I, Henrique, que mais tarde seria consagrado bispo titular de Útica.

Em seu reinado, a conversão dos senhores do Congo e seus súditos significou não só mudanças na vida espiritual, mas também em aspectos materiais, incluindo desde a alimentação, vestuário e construções, até a

Segundo A. Custódio Gonçalves (1992:533), com a tentativa de transformar o Congo em um reino cristão, "ponta de lança da conquista espiritual da África", acreditou-se que a introdução de novos modelos culturais através da acção missionária o tornaria uma réplica do reino português.

A missionaçã, a par das deficiências, facilitou a abrangência da educação e a entrada dos modelos de organização política, administrativa e judicial, com a instituição da nobreza, cortesãos e dignatários, insígnias e distintivos de todos os graus hierárquicos, criando no Congo a Corte de São Salvador, cujo rei se dizia irmão do monarca português.

Anterior ao achamento do Brasil e ao domínio da Índia, a descoberta de um espaço geo-humano, tão vasto e receptivo como o oferecido pelo Congo, proporcionaria a possibilidade de materializar um eficaz projecto de aculturação jamais acenado ainda a Portugal. (Marques, 1992:131)

A colonização do território de Angola teve sua base inicial nos contactos com o reino do Congo. A ex-província Ngola, após sua independência do reino do Congo, mandou uma embaixada a Portugal pedindo missionários para instruírem o reino de Angola na fé cristã.

Segundo Araújo & Santos (1993:653), entretanto, mais que o interesse na conversão, o soberano de Angola, reconhecendo a importância que as relações com Portugal conferiam ao rei congolês e buscando afirmar sua independência, tentava, com a embaixada, reatar o tráfico de escravos na região e com isso ganhar poder econômico e político em relação ao rei do Congo.

Em 1559, foi enviada uma missão chefiada por Paulo Dias de Novais para, entre outros fins, converter o rei angolano e suas gentes.

Embora ao longo de todo o século XVI os portugueses continuassem a enviar escravos a partir do porto de Mpinda e do Loango, via S. Tomé, depois da fundação de Luanda, em 1575-76, Angola tornou-se o principal fornecedor de escravos.

No Congo, como em Angola, a missionaçã esteve presente junto aos primeiros esforços colonizadores, mas encontrou muitas dificuldades com o passar dos anos. E não se pode deixar de enfatizar que o maior problema da missionaçã, sem dúvida, foi a escravatura, da qual os religiosos não puderam passar ao largo.

Notas

1. Segundo A. C. Gonçalves, os cronistas João de Barros, Rui de Pina e Garcia de Resende não estão de acordo quanto às datas e número de expedições de Diogo Cão. "A primeira viagem teria sido 1482 — 83 e a segunda, na qual subiu o rio Congo até as cataratas do Yelala, em 1484 — 85" (Gonçalves, 1992:525).

2. "Até as ilhas de Cabo Verde, a armada foi comandada por Gonçalo de Sousa. Mas, tendo falecido este, assumiu o comando Rui de Sousa [...]" (Araújo & Santos, 1993:646)

3. "A que Ordem pertenceriam estes três primeiros missionários? Surgem diferentes possibilidades. João de Barros, na sua *Década Primeira*, capítulo III, quando refere a educação, no convento dos Lóios (frades de São João Evangelista) dos jovens naturais do Congo e do seu baptismo, antes de serem entregues aos cuidados de Gonçalo de Sousa para os restituir à pátria, diz que foi escolhido um dominicano. Os Lóios, por sua vez, reivindicam para a sua obra a primazia da acção apostólica empreendida e mencionam como superior frei João de Santa Maria, 'religioso de grandes letras e virtudes', bem como Frei João de Portalegre, Frei António de Lisboa e o 'Manicongo', Frei Vicente dos Anjos, assim chamado por ter sido um dos mais notáveis missionários da evangelização do Congo" (Araújo & Santos, 1993:648).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Julieta M. A. de Almeida & SANTOS, Ernesto J. Oliveira dos (1993). "Os Portugueses e o Reino do Congo. Primeiros Contactos". In: *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*. Braga, Universidade Católica do Porto/ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 637-660.

BOSI, Alfredo (1993). *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.

BOXER, C. R. (1977). *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa, Livros Horizonte.



BBDO@COPYRIGHT 2006

Título:

"A História das viagens e morte de Diogo Cão no contexto dos descobrimentos portugueses"

Autor: Amadeu Fontoura Mata

Coordenação de Coleção:

Tiago Filipe Ceriz Mata

Correcção:

Eduardo Fontoura Mata

Felisberto do Nascimento Fontoura Mata

Data:

Julho de 2005

Catálogo

Mata, Amadeu Fontoura

A história das viagens e morte de Diogo Cão no contexto dos descobrimentos portugueses

Amadeu Fontoura Mata – Bragança – Trás –os- Montes - Portugal.

E-mail do Autor:

Reservado todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem prévia autorização do Autor desde que lhe seja dado o devido crédito.

Índice

Autor: Amadeu Fontoura Mata

A história das viagens e morte de Diogo Cão no contexto dos descobrimentos portugueses

JULHO 2005

A história das viagens de Diogo Cão no contexto dos descobrimentos Portugueses 1

Catálogo - 2	O encontro com o rei do Congo Nzinga a Kuvu - 69	António Galvão(Tratado dos descobrimentos),
Referências Bibliográficas- 5	Para sul do Rio Zaire - 71	- Sigundo Günther – A época dos descobrimentos
Prefácio - 7	A Oração de obediência ao Papa- 72	- António Sérgio – História de Portugal
A ciência náutica peninsular- 9	1486 - O Padrão do Cabo Negro- 73	- O Globo de Martim Behaim
A construção naval - 10	O Padrão do Cabo da Serra - 80	- Luciano Cordeiro – Descobertas e descobridores, Diogo Cão
A navegação astronómica - 13	Réplica do Padrão do Cabo da Serra - 83	- Raventain, As viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias

A geografia física, meteorologia e hidrografia - 14	O litoral da costa ocidental da Namíbia- 84	- Filippo Pigafeta - Relazione del Reame di Congo et delle Circonvicine Contrade
A cartografia - 15	O mapa mundi de Henricus Germanus Martellus- 87	-Axelson, Eric – professor catedrático da Universidade de Cape Town
Curiosidades - 16	A confidencialidade – reinado de D. João II- 90	- Henrique Galvão –Outras Terras, Outras gentes
Diogo Cão, poema de Fernando Pessoa - 24	Viagens, datas e duração- 91	- Fontoura da Costa, Às Portas da Índia e A marinharia dos descobrimentos
Notas introdutórias - 25	Notícias e circunstâncias da morte do Navegador - 95	- Oração de obediência ao papa Inocêncio VIII
Continente Africano - 27	Votação ao ostracismo por el- D. João II - 97	- Navarrete (Coleccion de los viages Y descubrimientos, tomo IV, pág. 343 a 355
A costa ocidental de África a Sul do Equador - 28	Desaparecimento dos roteiros de bordo - 100	- Mapa de Cristóforo Soligo - 1486
Em busca de Diogo Cão - 29	Conclusão 102	- Mapa de Henricus Martellus Germanus - 1489
Súmula dos factos conhecidos - 1ª Viagem a Sul do equador- 33	Comentários sobre o reino do Congo - 110	Gravações das pedras de lelala - 67
1483 - Chegada ao Rio Zaire (Congo) - 36	Converção e catolização - 113	- Jaime Cortesão – A expansão dos portugueses na história da civilização
O Padrão de S. Jorge - 40	Crise congoleza: Mbwila e a fragmentação política - 118	A 170 km da foz do rio Zaire (cataratas de lelala) 66
O mito de Diogo Cão - 42	Kimpa Vita e a ressurreição imaginária - 120	O mito de Diogo Cão 65
Para sul do Rio Zaire - 44	Um importante Estado feudal - 122	João de Barros (Décadas da Ásia liv. 3º Cap.III), Duarte Pacheco Pereira (Esmeraldo de Situ Orbis
O Padrão de Stº Agostinho - 51	Notas e referências - 127	- Gastão de Sousa Dias, História da expansão portuguesa no mundo
O retorno - 56	Referências bibliográficas: - Mapas - imagens reais da www. Fallingrain.com	Análise ao mapa de Cristóforo Soligo 59
1484 – Chegada ao reino de Portugal - 57	- Fernando Pessoa – Mensagem	1485 -2ª viagem a Sul do Equador- 64

BBDO@COPYRIGHT 2006

- Os cronistas: Rui de Pina (Crónica de D. João II- Cap.62º, Garcia de Resende(Crónica D. João II, cap. CLV),



- Edgar Prestage, Descobrimientos dos Portugueses

Bibliografia sobre "O Mito de Diogo Cão":

ABRANCHES, Henrique - Comentário à tradição Nezinga, in Revista Internacional de Estudos Africanos, nº. 1, 1981, Lisboa.

COSTA, José da (informante de terreno) - Mambu mampa. Mvila a Nezinga - (manuscrito), Pinda, 1963

HILTON, Anne - The Kingdom of Kongo - Clarendon Press, Oxford, 1987

Sobre os basolongo - arqueologia da tradição oral, Ed. Fina Petróleos de Angola, Luanda. 1991

MVEMBA, André (informante de terreno) - Lutoma vina e Mvila a Nezinga (manuscrito), Ngande Soyo.

JADIN, L. - Le Congo et la scecte des Antoniens - Restauration du Royaume sous Pedro IV et la "Sant Antoine" congolaise (1694-1718) - Bulletin de L'Institut Historique Belge de Rome, T. XXXIII, pgs 411 a 614, Bruxelles, 1961.

BONCTINK, F. - Les Panzelungos, ancêtres des solongo - Annales Equatoria, T.I, V.I, 1980.

FELGAS, Helio E. - História do Congo português - Carmona 1958

LUCCA, Lourenzo da - Relations sur le Congo, 1700-1717- in Jadin, 1961

BRASIO, António - O problema da eleição e coroação dos Reis do Kongo, Fac. Letras, Coimbra, 1969.

GALLO, Bernardo da - Relations (1694-1718) - in Jadin, 1961

MARCHAL, P. Gilles, s.sp. - Sur l'origine des basolongo - in "Equatoria", Revue des sciences congolaises, n-4 ano 11, 1948, pgs 121 e ss.

CALLEWART, R.P.E. - Les moussorongos - in Bulletin de la Societé Royale Belge de Geographie, T.29, Bruxelles, 1905

GONÇALVES, António Custódio - Kongo, le lignage contre l'Etat - I.I.C. T., Univ. Évora, Évora, 1985

RAVENSTEIN, e.g. - The strange adventures os Andrew Battell of leight, in Angola and adjoining regions, 1950.

CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, J. A. - Descrição histórica dos três reinos, Congo, Matambe e Angola - (2volumes), Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1965



THORTON, J. - The development of un african catholic churc in the kingdam os Kongo, 1491- 1750 - in JOURNAL OF AFRICAN HISTORY, 25, n.2 (1984

Prefácio

No séc. XV, os portugueses foram pioneiros nas viagens que permitiram explorar a costa africana, descobrir a rota marítima para a Índia e chegar ao Novo Mundo.

Os principais motivos foram o comércio de sedas e especiarias do Oriente, mas também o espírito de combate ao infiel e o desejo de divulgar a doutrina Cristã.

A descoberta do caminho marítimo para a Índia foi o mais extraordinário feito dos tempos modernos e teve múltiplas consequências:

A viagem de Vasco da Gama, reconhecendo grande parte da costa oriental africana e abrindo ao mundo ocidental o ignoto e vasto Oriente, uniu numa larga relação os três grandes continentes do Velho Mundo – Europa, Ásia e África

Operou uma grande revolução material no comércio das riquezas, mudando o eixo da actividade comercial do Mediterrânico para o Atlântico.

No campo religioso, enfraqueceu o poderio do islamismo e abriu o Globo à expansão da Cristandade.

Trouxe uma profunda transformação espiritual no campo dos conhecimentos humanos contribuindo para a formação do novo espírito científico, com base no lema de que a "experiência é a madre de todas as coisas"

Por tudo isto foi sem dúvida Portugal o maior obreiro da civilização moderna.

Graças ao desenvolvimento das embarcações (caravela e nau) e aos avançados instrumentos de navegação (astrolábio e quadrante), os portugueses investiram na expansão por mar e o Infante D. Henrique, "o Navegador", foi nomeado por D. João I para organizar as expedições.

A primeira etapa foi o reconhecimento das ilhas atlânticas – Madeira (1419) e Açores (1427).

Em seguida, percorreu-se a costa africana, sob o exclusivo e orientação do Infante D. Henrique.

Em 1460, o impulsionador, Infante D. Henrique morre, dando continuidade às navegações o rei D. João II.

Em meados de 1482, Diogo Cão partindo de Portugal, foi além do Cabo de St^a Catarina (actual Gabão), etapa alcançada em 1475.

Chegou à foz do rio Zaire, (rio Poderoso), em Abril de 1483.

Deambulando pelo rio, durante algum tempo, mandou dois emissários à residência do imperador da terra, que ficava para o interior na M'Banza Congo.

Depois seguiu para sul, e a Setembro de 1483 chega à actual baía de Moçâmedes – Angola.

Numa segunda viagem, ano de 1485, depois de ter subido o Rio Zaire até às cataratas de Ielala (160 Km da foz), mandou gravar nuns rochedos próximos, as quinas de Portugal, a Cruz de Cristo e o nome de alguns nautas que o acompanhavam.

Como não pode ir mais além, devido às muitas cachoeiras das cataratas de Ielala, decide viajar para sul.

Para além da baía de Moçâmedes, percorreu mais de 1000 milhas de costa atingindo a latitude 22° 10' sul, Cabo do Padrão da Serra, actual Cape Cross - Namíbia.

Em finais de Janeiro de 1488, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança sem o avistar e vai ter à Baía de S. Brás em 3FEV1488.

O oriente estava cada vez mais próximo, em 20 de Maio de 1498, Vasco da Gama chegou

à Índia.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Dois anos depois, 22 de Abril de 1500, Pedro Álvares Cabral, descobre o Brasil, seguindo depois para a Índia.

Em 1415, os Portugueses iniciaram a moderna expansão da Europa, ao tomarem uma praça forte na África do Norte (Ceuta).

No espaço dum século, tinham descoberto as costas ocidental, meridional da África, chegado à Índia, às Índias Orientais, ao Brasil, além das Antilhas verdadeiras, América do Norte.

Pouco depois penetrariam na China (1513) e no Japão (1543).

E ainda ao serviço da coroa espanhola, os portugueses: Cristóvão Cólon, descobriu as Caraíbas (1492), a frota de Fernão de Magalhães, deu volta ao mundo navegando pelo estreito de Magalhães, oceano pacífico até às Filipinas (1519-1522). A costa ocidental americana (Califórnia) descoberta por João Rodrigues Cabrilho, (1542).

As suas façanhas e empreendimentos não tinham precedentes.

De todos os navegadores portugueses, poucos são dignos de fama como Diogo Cão, Bartolomeu Dias, (sul de África ocidental), Vasco da Gama (Índia) e os navegadores Cortes Reais (América do Norte).

Sem recear os mistérios da natureza nem as dores humanas da sua aventura, atingiram o Sul da África com o destemor próprio dos que sofrem para vencer, porque são portadores de um grande ideal de civilização.

Homens de cepa humilde, como o foram os outros nautas, pilotos e cartógrafos da empresa dos descobrimentos, os reveladores da costa africana a sul do Equador para além do Cabo da Boa Esperança, pertencem à estirpe dos heróis que ajudaram Portugal a abrir os caminhos da modernidade.

A CIÊNCIA NÁUTICA PENINSULAR

As origens

Os árabes cultivaram intensamente as ciências geográficas, traduzindo as principais obras de geografia e astronomia dos autores gregos.

Fixados na Península, aqui introduzem essa cultura geográfica e astronómica, à qual se dedicam particularmente os judeus peninsulares e depois os cristãos.

Toledo passou a ser, nos séc. XII e XIII, o principal centro cultural peninsular e na "escola de Toledo" foram traduzidos para latim os textos árabes, divulgando-se assim as principais obras de Aristóteles, Ptolomeu e outros autores antigos.

De todas as obras da Antiguidade, foi a Geografia (Almagesto) de Ptolomeu a que maior influência exerceu na ciência náutica, pois relacionava a Terra com a esfera celeste.

Entre as obras da escola de Toledo distinguem-se as Libros del Saber de Astronomia, de Afonso X, o Sábio (fins do séc. XIII), que constituíram o ponto de partida da aplicação prática da astronomia à navegação.

BBDO © COPYRIGHT 2006

Na Catalunha, grande centro de navegação medieval, Barcelona e Maiorca tornam-se os mais antigos focos de arte de navegar, e dali veio Jaime de Maiorca para mestre dos primeiros cartógrafos do nosso infante D. Henrique.

De Espanha, veio também, para astrónomo de D. João II, o judeu Abraão Zacuto autor do Almanach Perpetuum.

A ciência náutica portuguesa teve, assim, as suas primeiras raízes na cultura astronómica e geográfica dos astrólogos peninsulares e na arte de navegar dos povos mediterrâneos durante a Idade Média.

Em Portugal, já nos princípios do séc. XIV, eram estudadas a astronomia e a cosmografia como o prova a existência do Almanaque Perdurável e outros Almanques (1321-1339) com tábuas astronómicas e uma tábua de longitudes e latitudes – longuras e ladezas – num códice português da Biblioteca Nacional de Madrid.

Com a " escola de Sagres, do infante D. Henrique e, depois, com a Junta dos Cosmógrafos de D. João II, a ciência náutica toma em Portugal um desenvolvimento inigualável, em todas os seus vários aspectos, de harmonia com as exigências da nossa expansão marítima. Esta implicava a resolução de uma série de problemas:

A Construção naval

As primeiras explorações africanas (até 1436) foram realizadas em pequenos navios denominados barca ou barinel, de velas quadrangulares (pano redondo)

Porém, com o alargamento das viagens para o sul do Bojador e as dificuldades de regresso contra os ventos alísios de NE, reconheceu-se a necessidade de adoptar um tipo de navio mais apropriado – a caravela, que tinha dois ou três mastros, todos com velas triangulares (velame latino) o que facilitava a navegação com ventos desfavoráveis.

Depois da viagem de Bartolomeu Dias, os longos percursos vieram mostrar que as caravelas não tinham suficiente robustez para vencer os mares procelosos, e, por isso, com a expedição de Vasco da Gama, começaram a construir-se " navios mais fortes" com velame redondo, denominados naus.

À popa e à proa das naus alteavam-se castelos, para abrigo da tripulação e das guarnições militares.

Foi em caravelas que a técnica de navegar no Atlântico começou a ser desenvolvida, lenta e empiricamente pelos marinheiros de Sagres, de Lagos e de Lisboa.

O aperfeiçoamento da navegação astronómica iria dar à Europa a hegemonia sobre o mundo durante vários séculos.

Foi em caravelas que os Portugueses estudaram o regime dos ventos e correntes do Atlântico, o que veio permitir aos navios à vela escolherem as rotas apropriadas, que ainda hoje são seguidas.

Foi devido às caravelas que o ouro do Alto Senegal e do Níger, em vez de seguir em caravanas para Norte de África, passou a ser desviado para a costa, embarcado nos navios portugueses e transformado em moedas de ouro, na casa da Moeda de Lisboa.

Foi em caravelas que os Portugueses passaram do Atlântico ao Índico e procederam ao levantamento das costas, com que os cartógrafos traçariam as cartas e planisférios, que ainda hoje causam a admiração do mundo, pela exacta perfeição com que foram elaborados.

Foi com os diversos tipos de caravelas que os construtores navais portugueses conseguiram atingir um nível técnico, que as outras nações civilizadas invejavam.

A vida a bordo das caravelas dos descobrimentos era extremamente dura.

As tripulações, mal abrigadas do tempo, dormiam quase sempre no convés.

Só os principais dispunham de um pequeno cubículo no castelo da popa. Dormia-se vestido e andava-se descalço.

A navegação em costas desconhecidas fazia-se de dia e sempre com grandes cautelas. O batel era usado com frequência para indicar o caminho e, por vezes, recorria-se aos remos da própria caravela.

As grandes velas latinas, em vergas que excediam o comprimento do navio, requeriam uma atenção constante, eram de difícil manobra com ventos fortes e, quando molhadas, eram muito pesadas.

Com intervalos de alguns meses, a caravela tinha de ser carenada numa praia. A madeira do forro do casco era limpa dos limos que reduziam a velocidade e era protegida contra o teredo, molusco que perfura as madeiras imersas, muito activo em águas quentes.

O calafeto também era reparado e beneficiavam-se o massame, as velas e a mastreação.

No convés, que por ser de madeira tinha de ser molhado diariamente para se manter estanque, além do batel, dos remos, vergas e sobressalentes e alguns abastecimentos, muitas vezes havia galinhas e outros animais vivos para consumo durante a viagem, tudo isto bem amarrado e em locais que não estorvavam a manobra

Quando as caravelas eram utilizadas no comércio, a carga era arrumada no convés e no porão.

Por baixo do convés, além do lastro de pedras, guardavam-se os barris com água e vinho, os abastecimentos, velas, cabos e outros sobressalentes.

A água das infiltrações do forro e do convés acumulava-se no fundo e tinha de ser esgotada, apesar de ajudar a manter o calafeto. Os barris, mesmo os mais bem construídos, com os balanços acabavam por derramar.

Os mantimentos embarcados em Portugal, à base de pão, biscoitos, carne salgada e peixe seco, azeite, mel e frutos secos, depressa se estragavam, no ambiente quente e húmido. E os roedores sempre presentes foram hóspedes indesejáveis a bordo dos navios de todos os tempos.

A água doce, em barris de madeira, era um bem precioso que se tinha de poupar e racionar. Após algumas semanas, sobretudo em climas quentes, inquinava, constituindo com frequência o impedimento à continuação das viagens.

Quando o tempo permitia, cozinhava-se uma refeição quente no convés, num local abrigado do vento. O lume era de carvão ou lenha e ardia sobre terra ou areia.

A pesca, mesmo a navegar, era uma ocupação frequente e das raras distrações.

Logo que se chegava a terra procurava-se água, alimentos frescos e lenha.

O frio, o calor e a humidade eram suportados sem equipamento nem vestuário mais convenientes.

As doenças causadas pela má alimentação e as doenças tropicais eram rudimentarmente tratadas
BBDU/RIGHT 2006

A bordo não se podia adoecer. Os ferimentos com veneno eram lavados e untados com triaga, que era então uma espécie de panaceia para todas as feridas.

Sem comunicação com o exterior e sem apoios em terra, as tripulações estavam entregues a si próprias e à protecção divina, durante meses e até anos, e sempre na dependência do vento.

Eram muitos os que não regressavam, mas a maioria dos que voltavam, tornava novamente a partir.

A navegação astronómica

Nas primeiras descobertas, ao longo da costa, foi usado o processo mediterrânico de navegação, que consistia em seguir determinado rumo e calcular a distância percorrida – navegação por estimativa.

Mas, como tal processo não servia para navegar no mar largo, houve necessidade de recorrer a navegação astronómica para resolver o problema do " ponto" ou lugar do navio, em qualquer altura do percurso – o que se fez determinação da latitude geográfica ou altura do pólo, que têm o mesmo valor.

De começo, mediu-se a altura do pólo (latitude) pela estrela Polar; como, porém, tal medição só se podia fazer de noite, e como a Polar se tornou invisível quando ultrapassámos o equador, foi necessário recorrer à altura meridiana do Sol e a uma " tábuas de declinações" – processo ainda hoje usado por toda a navegação.

Para a medição da altura da Polar e do Sol empregavam-se o " quadrante náutico e o astrolábio (e, mais tarde, também a balestilha).

Astrolábio Dundee 1555 O Quadrante (Dundee, Art Galleries and Museums)

Os portugueses foram os primeiros a usar esta arte de navegar pela altura dos astros sendo assim os verdadeiros criadores da ciência astronómica.

A prova irrefutável da nossa propriedade, neste ramo da ciência, está nas obras da especialidade, entre as quais: - O regimento do Astrolábio e do Quadrante (edição Munique); o Esmerado de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira; o Livro da Marinharia, de João de Lisboa, o Tratado da Spera (edição de Évora; o Tratado da Sphera e outros Tratados, de Pedro Nunes; os Roteiros, de D. João de Castro – todos da primeira metade do Séc. XVI.

A geografia Física : meteorologia e hidrografia

Encontrado o tipo de navio e criados os cálculos para navegarem com segurança e certeza, os Portugueses estudaram o regime dos ventos (direcção, força, variações), o curso das correntes marítimas, sondaram os mares, dando assim notável incremento aos estudos meteorológicos e oceanográficos e seu aproveitamento para a ciência das derrotas.

A nossa prioridade e superioridade, neste campo, estão igualmente comprovadas na série notável e única de Roteiros, elaborados por navegadores portugueses, culminando entre todas as suas observações náuticas, magnéticas, meteorológicas e hidrográficas, diários minuciosos que contêm, incontestavelmente, o maior e mais valioso tesouro de tal espécie (Helman, na sua época.

Rota de Vasco da Gama, no Atlântico. Carta desenhada por Gago Coutinho – As setas indicam a direcção dos ventos; as linhas tracejadas indicam as rotas provavelmente seguidas pelos navios de Vasco da Gama. A rota sugerida por Gago Coutinho é a que mais se aproxima da costa do Brasil.

A Cartografia

A fim de fixar, com exactidão, nas cartas, as terras sucessivamente descobertas, os nossos nautas aperfeiçoaram extraordinariamente a cartografia, sendo as cartas portuguesas as primeiras em que se empregou o meridiano graduado, e sendo um português, Duarte Pacheco Pereira, quem, pela primeira vez, avaliou com notável aproximação a medida do grau do meridiano terrestre.

Além das terras, estas cartas representavam também, em preciosas miniaturas, os navios, as plantas e animais, e, por vezes, até os homens, as cidades e seus monumentos, constituindo verdadeiras obras-primas.

A cartografia foi largamente cultivada em Portugal e muitos monumentos cartográficos portugueses se encontram espalhados por países estrangeiros.

No séc. XVI possuímos, como nenhuma outra nação, um numeroso escol de cartógrafos, distinguindo-se entre outros: Pedro Reinel e Jorge Reinel, Lopo Homem, Diogo Ribeiro, Fernão Vaz Dourado e muitos mais (ver Armando Cortesão – Cartografia e cartógrafos dos séc. XV e XVI).

Toda esta prodigiosa actividade científica desenvolvida pelos Portugueses, nos séc. XV e XVI mostra:

Que, tanto ou mais do que à energia individual e à disciplina colectiva, as Descobertas se devem aos instrumentos náuticos e aos Regimentos de bordo;

Que, a arte de navegar dos tempos modernos é uma criação Portuguesa e foi Portugal que então, se tornou mestre e guia das nações europeias, fornecendo-lhes os indispensáveis meios para o total conhecimento e domínio do nosso planeta.

Sobre a importância da obra científica dos Portugueses, nesta época, é elucidativo o testemunho de investigadores estrangeiros, como D. Gernez, que depois de mostrar a influência que a cartografia portuguesa exerceu nos cartógrafos espanhóis, franceses e holandeses, declara justamente:

" A constatação de uma tão grande importância dos trabalhos hidrográficos e cartográficos portugueses do 15º e 16º séculos deve pois levar os marinheiros de todas as nações a admirar sem reservas estes demarcáveis trabalhos dos marinheiros e dos cartógrafos de Portugal que têm sido os primeiros de tantos outros e nos traçaram e escalonaram as grandes rotas do comércio mundial".

CURIOSIDADES:

A CARAVELA

É opinião corrente que o termo «caravela» proveio de «cáravo» (aportuguesamento do grego *karabos* ou do árabe *qârib*). Durante o séc. XV foi o barco ideal para as explorações do Atlântico e costa africana. O regime de correntes e ventos contrários obrigou ao desenvolvimento de um barco que bolinasse com mais eficácia e que calasse pouco para se aventurar nas explorações costeiras. Assim nasce a *caravela* que desde 1441 até à data da passagem do Cabo das Tormentas ou Boa Esperança atingiu o seu

apogeu.

BBDO@COPYRIGHT 2006

Não chegou até nós qualquer desenho ou informação detalhada deste tipo de barcos e apenas a partir de pinturas e algumas descrições podemos hoje em dia calcular como eram na época. Durante esse período houve vários tipos de *caravelas*. O *carvalho* - aqui o *ão* funciona como diminutivo - de dois mastros até à *caravela redonda* de quatro mastros.

Tinham uma coberta e um castelo de popa. Envergava nos mastros pano latino decrescendo de tamanho da proa para a popa. Não tinham cesto da gávea já que a manobra de mudar as vergas com este tipo de pano não o permitia. A tripulação variava entre os 6 e 100 homens consoante o tipo de barco e a duração da viagem.

O *caravelão* (as réplicas "*Bartolomeu Dias*" e "*Boa Esperança*" são *caravelões*!), de 2 mastros, teria uns 20 metros de comprimento, 6 de boca e 40/50 toneis. A *caravela*, de 3 mastros, variava dos 20 aos 30 metros de comprimento e dos 6 aos 8 metros de boca podendo chegar até 80 tonéis. A partir do final do séc. XV e princípios do séc. XVI nasce a *caravela redonda* com 4 mastros com pano redondo no traquete - mastro de vante. Teriam chegado até aos 150 tonéis. É este tipo de barco que vai dar origem aos famosos *galeões* portugueses.

A partir do reinado de D.João II passaram a ser artilhadas com canhões no convés em vez das armas de pouco calibre (falconetas, bombardas) que até então levavam. Também era tradicional trazerem dois olhos pintados à proa pois existia na época a crença de que *assim vêem o caminho*, tradição que perdurou até aos nossos dias como se comprova nos actuais barcos de pesca.

Para evitar que outros países tivessem acesso aos novos conhecimentos técnicos e inovações que a *caravela* possuía, esta foi alvo de rigorosas medidas de protecção que não permitiam a venda daquela a estrangeiros nem o acesso aos carpinteiros que as construía.

As penalizações iam, entre outras, até à expropriação de todos os bens de quem o fizesse.

PILOTOS, CARTÓGRAFOS E LUGARES DOS FINAIS DO SÉC. XV

Pero Escobar

Piloto de *caravela* capitânea de Diogo Cão da 2ª viagem de 1485/86/87,

Subiu o Rio Zaire, navegou por águas fluviais de fortes correntes. (92 milhas náuticas a montante da foz do Rio Zaire).

Nas gravações das rochas de Ielala, o seu nome está registado em quinto lugar.

Assistiu à implantação dos Padrões do Cabo Negro e do Cabo do Padrão (Cape Cross), e regressou ao reino.

Era um piloto muito experiente.

Atribui-se-lhe a descoberta da ilha de São Tomé a 21 de Dezembro de 1471 e 17 de Janeiro de 1472 para a Ilha do Príncipe, juntamente com João de Santarém

A 19 de Dezembro de 1490, parte do Tejo em direcção ao Congo, sendo o capitão Gonçalo de Sousa e embaixador de el-Rei D. João II .

Foi piloto da Bérrio em que era capitão Nicolau Coelho, na armada sob o comando de Vasco da Gama (1497) a caminho da Índia.

Chega a Portugal em Agosto de 1499.

A 18.02.1500, é – lhe concedida uma tença anual de 4000 reais, enquanto for mercê del-Rei, em recompensa dos serviços prestados na Guiné e no descobrimento da Índia (carta de mercê de) (Chanc. De D. Manuel , 1º - 13 f1XVº e 4º Dip.)

Pouco depois, embarca na armada de Pedro Alvares Cabral a 9 de Março de 1500 e participa na descoberta do Brasil, sendo piloto da nau de Sancho de Tovar, imediato da frota

Por estranho que pareça, o piloto desaparece da cena dos descobrimentos.

JOÃO DE SANTIAGO

Fez parte da armada de Diogo Cão na 2ª viagem de 1485/86/87. Seu nome está gravado nas pedras de lelala.

Era o piloto de uma das caravelas

Também foi piloto da naveta de Bartolomeu Dias que levava os mantimentos, e da qual também foi mestre João Álvares;

João Álvares

Há um enigma por decifrar.

Terá este nauta, viajado com Diogo Cão, na 2ª viagem?

Nos rochedos de lelala encontra-se o nome de um nauta que parece ser João (ou Gonçalo) Álvares, eis a dúvida, precedido do sinal de uma cruz, seguido " da doença ", o que quer dizer, que o nauta morrera por doença.

(da doença), seguido da letra "J ou G Álvares" são caracteres (letras) diferentes de todas as outras, isto é o estilo de letra (epigrafia) é diferente.

A ser verdade que aquele registo, foi gravado posteriormente (anos mais tarde, depois de Agosto de 1499, data da chegada da Índia- Gonçalo Álvares foi mestre de um dos navios de Vasco da Gama), julga-se que, "morto por doença", seguida de "J ou G Álvares", se refere a Gonçalo Álvares.

Na verdade, o nome Gonçalo Álvares encontra-se registado e posicionado por baixo daquela gravação, dando a entender que foi este nauta que morrera.

Nestes termos, a inscrição " morto por doença", seguida do nome do nauta, refere-se a Gonçalo Álvares, terá sido efectuada depois de 1499, numa visita efectuada pelos nossos marinheiros às pedras de lelala, depois da morte daquele marinheiro.

Assim sendo, João Álvares, não fez parte da frota de Diogo Cão.

Foi mestre da naveta de mantimentos da frota de Bartolomeu Dias (1487-1488), sendo piloto João de Santiago, que ao chegar ao reino após a descoberta do Cabo da Boa Esperança foi nomeado em 12.12.1488 almoxarife do armazém dos tratos e casa da Guiné, com os mantimentos anuais de 10000 reais. Escudeiro del –Rei (carta de mercê) (Chanc. De D. João II, 1º 14, fl 88 – 2 dipl.,

Gonçalo Álvares

BBD © COPYRIGHT 2006

O seu nome consta nos rochedos de Ielala (Out/Nov 1485) Fez parte da 2ª expedição de Diogo Cão.

Foi mestre de marinhagem, comandava os marinheiros profissionais, repartidos em quatro grupos, cada um dos quais responsável por um quarto do navio, o bombeamento e outras tarefas.

Esteve na Índia com Vasco da Gama e regressou em Agosto de 1499 ao Reino.

A inscrição nos rochedos de Ielala (Rio Zaire) " morto por doença ", refere-se a Gonçalo Álvares. Esta inscrição foi efectuada depois de Agosto de 1499, numa possível visita efectuada pelos portugueses àquelas paragens. Nesse tempo as relações com o reino do Congo eram cada vez mais amistosas.

Pêro Anes

O seu nome está gravado, nos rochedos de Ielala.

Viajou com Diogo na 2ª viagem

Era o Guanchinho, piloto muito antigo, quando em 1505 chegou à Índia, nomeado por D. Manuel " patrão da navegação da Índia e mar oceano", em atenção aos seus largos serviços. Veio a morrer como piloto-mor da armada de D. Lourenço de Almeida em Chaul, em Janeiro de 1508 - A marinharia dos descobrimentos, Fontoura da Costa, pág. 118

Em 1507 com João de Lisboa iria dentro em pouco elaborar o " Regimento do Cruzeiro do Sul"

Pêro da Costa –

Capitão de outra caravela?

Jorge do Rosário

Frade dominicano embarcado na expedição de Diogo Cão de 1485/1486/1487.

Atacado de doença morreu a bordo de uma das caravelas, quando a expedição regressava ao reino.

".....A narração "portuguesa" da história tem a forma de um diário de bordo de Jorge do Rosário, frade dominicano embarcado na expedição de Diogo Cão de 1485/1486. O próprio frade narrador é mestiço, filho de negra forra de Lisboa, e nele coincidem duas memórias e duas histórias: a da mãe, da família Nsanda, e a dos frades portugueses que o educaram e cuja religião adoptou. As cantigas e as histórias que lhe contava a mãe, e que constituem a sua herança negra, criam nele o desejo de regressar às raízes, de conhecer esse outro povo que também é o seu. A bordo, Jorge do Rosário tem um lugar ambíguo - como é comum nas personagens mestiças -, gozando da autoridade do seu papel de religioso, mas sendo, por outro lado, olhado com desconfiança e desfavor pelos outros frades. As treze entradas do diário estão datadas entre 29 de Outubro e 17 de Novembro de 1486, durante a viagem de regresso a Lisboa, depois da tentativa falhada para dobrar o Cabo das Tormentas.

No entanto a narração do frade - que está com febre, na qual o leitor adivinha a morte

próxima - é, na verdade, feita essencialmente da memória da viagem para Sul, quando as viagens ao longo da costa para aguadas haviam possibilitado o encontro de Jorge com o "seu" povo. E é este encontro que é o centro da história: da história pessoal de Jorge, que nos jovens Nsanda Kabasa e Nsanda Kakulo, descobre dois sobrinhos e a família Nsanda; e da história do Império, fundado na crioulação....".

Terá Diogo Cão passado pela Mazanga (ilha de Luanda e Mussulo)? e pela barra do Kwanza, cujas correntes estão na origem da formação daquela língua de terra? Um dominicano mestiço proveniente da Confraria do Rosário, em Lisboa, acompanha o navegador na sua segunda viagem em 1485, e acredita ir ao encontro da família remota perdida no Kongo. Mas o acaso leva-o mais para sul, ao reino do Ngola Kiluanji Kya Samba, que se prepara para recuperar o domínio das ilhas ocidentais por Mazanga onde, na exploração do zimbo (conchas) rivalizam três grupos migratórios vindos do Kongo: o do Mwani Korimba, da linhagem Nlaza, o do Kanzi a Pakala, do Soyo, cujo chefe é o Mwani Mussulo, e finalmente aquele cujo percurso se revela o mais dramático de todos, o dos Nsanda.

Mestre Rodrigo e José Vizinho

Observavam os céus da Guiné e elaboravam as regras da navegação pelos astros para além do equador. Verteu do hebraico para latim o Almanach Perpetuum, obra de seu mestre Abraão Zacuto, que era revista de quatro em quatro anos.

O Regimento da Estrela Polar, ficou ultrapassado depois de os navegadores portugueses terem perdido os pontos de orientação ao penetrarem no mar equatorial.

A partir daí guiavam-se pelas tabelas do Regimento do Sol, estabelecidas antes de 1485 por mestre José Vizinho, medindo a altura daquele astro ao meio dia e observando depois a sua inclinação até se pôr.

Martim Behaim

Negociante alemão que conhece bem Lisboa, inspira-se no planisfério de Martelus para construir o primeiro globo terrestre (1492). Fez parte da 1ª viagem que Diogo Cão efectuou ao sul do Equador? Diz-nos: " Quando Começava o ano de 1484?, o ilustríssimo rei D. João II de Portugal mandou dois navios chamados caravelas tripulados, fornecidos e armados para três anos, além das Colunas de Hércules, em África, sempre para o meio-dia e contra o nascer do Sol, enquanto lhas fosse possível...."

Martim Afonso e Fernão Martins

Intérpretes, talvez mouros convertidos que falavam correctamente o árabe, ou portugueses que o tinham aprendido por terem sido escravos em Marrocos.

Foram enviados em *Maio de 1483*, por Diogo Cão, como emissários, a sondar o interior onde se encontrava o Rei do Congo da sua residência (M'Banza Congo).

Recuperados em Outubro de 1485, nas imediações de Nóqui, regressaram às caravelas.

Em 10.12.1493, Martim Afonso, ensina a ler e escrever a 6 negros e três mestiços que tinham recibo vestuários, roupas e calçado vindos do reino do Congo.

Conhecedor da língua do Congo, na angra de S. Brás, a 25 de Novembro de 1497, é enviado a terra por Vasco da Gama a negociar a troca de um boi por pulseiras. Estava em presença da língua hotentote. Estes pegaram-lhe na mão e levaram-no à aguada, onde lhe indicaram que a água não podia ser levada.

A 10 de Janeiro de 1498, é enviado por Vasco da Gama a terra num bote acompanhado por outro, num sítio chamado do país de Boa Gente, junto a um rio chamado de rio do Cobre, hoje Inharrime (Moçambique). Para surpresa do interprete, um dos idiomas que aprendera no Congo é ali compreendido. Os interlocutores são bantos, cujas línguas são faladas na maior parte da África Austral, do Zaire ao Zimbábue. Martim Afonso não conhece a geografia do interior do continente negro mas maravilha-se por encontrar aqui os mesmos homens que encontrara num local que lhe parece situar-se no outro extremo da terra.

Apresentados ao chefe local, ofereceram uma pulseira, um casacão de marinheiro e meias e barrete vermelhos, com que ele se enfarpela, após o que acompanha os visitantes à aldeia. No caminho, pára por diversas vezes para se pavonear com os seus novos tesouros, exclamando " vejam o que eles me deram !". Na aldeia, vai de cabana em cabana com o mesmo discurso. Os portugueses são instalados num recinto, onde lhes oferecem uma galinha e uma marmita de milho miúdo. A multidão, desejava de os ver. Desfila toda a noite. No dia seguinte, o chefe acompanha-os aos navios com um carregamento de galinhas para o capitão-mor.

Caçuta

Um dos 4 negros feitos reféns no Soyo. Veio com Diogo Cão para Portugal em Abril de 1484.

Regressou ao reino do Congo em Outubro de 1485. Serviu de intérprete nas relações com o Mani Congo, rei do Congo, Nzinga-a-kuvu

Voltou a Portugal em Dezembro de 1488 com Bartolomeu Dias. De regresso ao Zaire a 19 de Dezembro de 1490, morre nas ilhas de Cabo Verde de doença.

São Jorge da Mina

Entrepósito comercial marítimo, localizado no actual país Gana (África).

Os astrólogos confrontavam os seus cálculos com os testemunhos dos pilotos que aí faziam escala, nomeadamente Álvaro Pires, João de Santiago, Pêro Escobar e Pêro de Alenquer

M'PINDA –

Residência do Manisoyo , tio do Manicongo,

Em M'Pinda existe uma missão Católica. Está a 8 Km da cidade do Soyo.

SOYO –

Ex- Stº António do Zaire – Sazaire – a 5 Km da foz do Rio Zaire, está localizada na margem esquerda do rio Zaire. Actualmente existe um porto fluvial na cidade do Soyo, a 2/3km da Ponta do Padrão. O porto serve de terminal de carga. Foi construído na década de 1980 para dar vasão à prospecção petrolífera.

RIO DE FERNÃO VAZ

Actual Rio Dande em Angola, a norte de Luanda.

Porque deram este nome ao rio "Fernão Vaz " – julga-se que foi um dos primeiros tripulantes a desembarcar nesse Rio.

Foi o piloto da caravela capitania da 1ª viagem de Diogo Cão?.

BBDO@COPYRIGHT 2006

ANGRA GRANDE

Actual Baía do rio Bengo – Esta baía fica a norte da cidade de Luanda e a sul da Barra do Dande.

É uma das maiores baías da costa angolana.

Os nautas abasteceram-se de água no actual rio Bengo.

RIO DO PAUL

Actualmente rio Catumbela, desagua a 10 Km a sul da cidade do Lobito.

O nome Paul, significa "molhes", arbustos, capim (ervas) à mistura.

RIO PODEROSO

Rio do Padrão, actualmente rio Zaire ou Congo – o nome surge pelo enorme caudal e volume de águas que transporta.

É o 2º maior rio do mundo em volumes de águas, a seguir ao Amazonas , 80.000 m3 de água por segundo, são despejadas para o mar.

A foz tem 20 Km de largura e o comprimento 4 700 Km.

Nasce nos planaltos do Catanga, no Congo Zaire. Navegável da foz às cataratas de Ielala (92 milhas náuticas) . Na região de Kinshasa, o rio torna a ser navegável. Os navios cruzam as margens de Kinshasa para Brazaville.

ILHA DAS CABRAS

Ilha de Luanda – O nome sugere a quantidade de rebanhos de cabras que os nautas viram naquela ilha. Naquele tempo não estava ligada à actual cidade de Luanda. Por ali deambulavam homens na apanha do Zimbo (concha que servia de moeda de troca no reino do Congo)

IELALA (YELALA) – RIO ZAIRE – a 170 Km da Foz – 92 Milhas Náuticas

RIO ZAIRE a montante de Matádi. Cachoeiras perto das cataratas de Ielala

RIO ZAIRE, a montante de Matádi

RIO ZAIRE, junto às Pedras de Ielala

Decalque das Inscrições de IELALA (Reprodução de: Fontoura da Costa, às portas da Índia em 1484).

O estilo de letra acima reproduzido corresponde:

Ao estilo GÓTICO, com excepção (*da doença G Alvares*) de estilo UNICIAL.

O Dr Manuel Luciano da Silva , no seu livro "Os Pioneiros Portugueses da Pedra de

Dighon" , descreve com pormenor rigor o estilo de letra utilizado nas inscrições da Pedra de Dighon (ROMANO, GÓTICO e UNCIAL).

No decalque acima reproduzido, verifica-se que o escudo Nacional Português tem a posição dos escudetes apontados para baixo.

Tal facto deve-se às modificações nele introduzidas por D. João II, depois de Março de 1485.

Embora esteja perdido o livro da Chancelaria relativo ao ano de 1485, existem elementos de arquivo (Câmara Municipal do Porto, Vereações vol. 5º fol. 83-84) que permitem asseverar que o rei D. João II não estava em Beja antes de Março de 1485, data em que decretou a modificação do Escudo.

Com efeito, os cronistas Garcia de Resende (Crónica de D. João II, cap. 55 e 56 e João de Barros (Crónica de D. João II, cap. 18 e 19) afirmam ter sido em Beja, em 1485, que o monarca decretou as modificações do escudo nacional.

Supressão da flor-de-lis (Cruz de Avis), redução do número de castelos a sete, modificação da posição dos escudetes laterais, que deixam de ser apontados ao centro, para o serem para baixo.

Tendo início a 2º viagem de Diogo Cão na 1ª quinzena de Setembro de 1485, as inscrições nas pedras de lelala foram efectuadas em Novembro de 1485.

Here goes a photo

Gravações nas Pedras (Rochedos) de lelala (Yelala)

Cinco séculos depois, continua legível o testemunho de Diogo Cão em IELALA.

QUADRO RESUMO DAS VIAGENS DE DIOGO CÃO E BARTOLOMEU DIAS

DIOGO CÃO -1482/1484 - 1ª Viagem

20 MESES = 1 ANO e 8 MESES

1482 (Lisboa)

DE ABRIL DE 1484 a AGOSTO DE 1485 , INTERREGNO – 1 ANO e 4 MESES

DIOGO CÃO -1485/1486/1487 - 2ª Viagem

18 MESES = 1 ANO e 6 MESES ?